

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
**531.710.556-00**

Nome  
**EDUARDO NAVARRO DE CARVALHO**

Nascimento  
**30/01/1963**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
**11DC:CA7A.4008.5E9E**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

**www.receita.fazenda.gov.br**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 15:38:28 do dia 19/12/2016 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00

3.º TABELÃO DE NOTAS S. PAULO  
AUTENTICAÇÃO  
Bel. Mateus Brandão Machado  
Av. SÃO LUIS, 192 - 2724 - JARDIM  
S. Paulo  
POR ATC  
RS 146

13340  
AUTENTICAÇÃO  
44 X 0983178

Atenção: a presente cópia impressa confere validade apenas a partir da apresentação na parte retrofrente, ao qual deve ser anexado o comprovante de identificação.

FERNANDES AFFONSO BORGES R. NOR - Escritório  
Atendimento ao Contribuinte - CAC - 115

Handwritten initials and a circular stamp with the number 183.

Telefônica

vivo



**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizada  
CNPJ/MF 02 558.157/0001-02 - NIRE 35.3.001.5881-4

**ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 08 de julho de 2016, às 11h00, na sede social da Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica" ou "Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, 20º andar, auditório, Bairro Cidade Monções.

**2. CONVOCAÇÃO:** Realizada mediante edital publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 23, 24 e 25 de junho de 2016, páginas 35, 21 e 12, respectivamente e, no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 23, 24 e 25/26/27 de junho de 2016, páginas B11, B7 e B8, respectivamente.

**3. PRESENCAS:** Compareceram os acionistas representando mais de 94% das ações ordinárias, conforme registros e assinaturas que constam no Livro de Presença de Acionistas de nº 003, folha 04 frente e verso, verificando-se o quorum legal para instalação desta Assembleia e de deliberação das matérias constantes da Ordem do Dia. Registrada, ainda, a presença do Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, Secretário Geral e Diretor Jurídico.

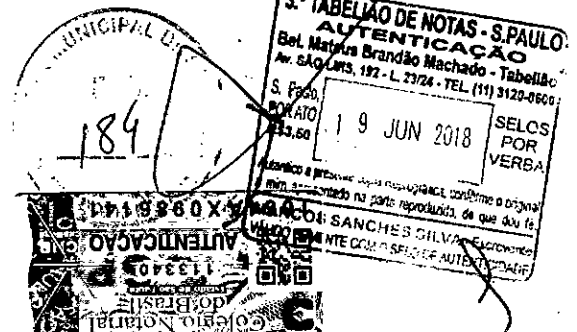
**4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Carolina Simões Cardoso – Presidente e Pablo Andrez Pinheiro Gubert – Secretário.

**5. ORDEM DO DIA:**

(a) Aprovar a proposta de modificação do Estatuto Social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 14, de forma a excluir a exigência de que os membros do Conselho de Administração sejam acionistas da Companhia, bem como dos artigos 20 e 23 para adequar a denominação do cargo de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; e

(b) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando as alterações acima propostas.

**6. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão acerca dos itens constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações:



Telefônica

09 07 16

TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.6881-4

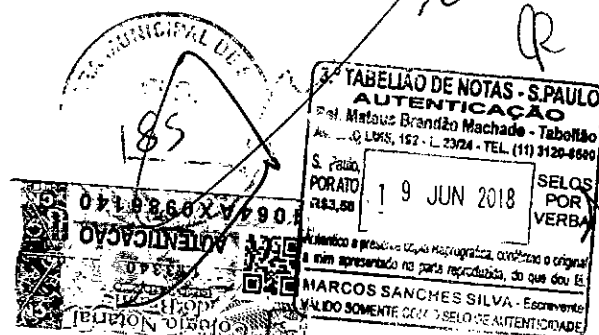
ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016

**B - DIRETOR DE FINANÇAS E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES:**

1. Estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia na área econômico-financeira e de gestão dos títulos mobiliários de emissão da Companhia, contábil e controle de gestão, bem como supervisionar a administração de fundos de previdência complementar;
2. Representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as bolsas de valores e demais órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários;
3. Delegar, se for o caso, competência aos demais Diretores para a prática de atos específicos;
4. Representar a Companhia na forma prevista no presente Estatuto Social; e
5. Executar outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Conselho de Administração.  
(...)"

(b) Foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes (conforme mapa de votação constante do Anexo A), a consolidação do Estatuto Social da Companhia, sem quaisquer ressalvas, nos termos das alterações do Estatuto Social deliberadas nesta Assembleia, o qual segue como Anexo B da presente ata.

7. MAPA DE VOTAÇÃO: Em atendimento ao artigo 30, §4º, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, o mapa de votação que é firmado pela Presidente e pelo Secretário da presente Assembleia, o qual é parte integrante desta ata como seu Anexo A, indica quantas aprovações, rejeições e abstenções cada deliberação recebeu.



Telefônica | vivo

TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

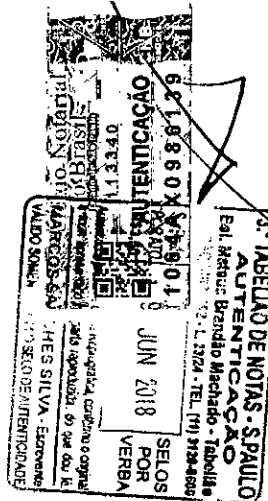
ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016

Anexo A  
Mapa de Voto

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	A FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	RESULTADO DA VOTAÇÃO
(a) Modificação dos artigos 14, 20 e 23 do Estatuto Social da Companhia	Número de ações (ON) 540.224.071	Número de ações (ON)	Número de ações (ON)	Aprovada por unanimidade de votos
(b) Consolidação do Estatuto Social da Companhia	540.224.071			Aprovada por unanimidade de votos

Carolina Simões Cardoso  
Presidente da Assembleia

Pablo Andrez Pinheiro Gubert  
Secretário da Assembleia



Handwritten initials and scribbles

Vertical stamp with '8090' and '8090' (mirrored)

Telefônica

DUCEAP  
29 07 16

**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558 157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5581-4

**ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016**

V - efetuar atividades de estudos e pesquisas, visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações;

VI - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das atribuições e responsabilidades;

VII - exercer outras atividades afins ou correlatas que lhe forem atribuídas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; e

VIII - comercializar equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações.

**SEDE**

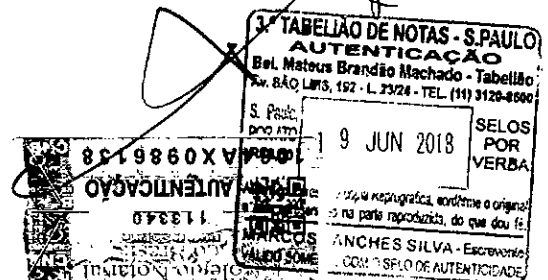
Art. 3 - A Sociedade tem sede na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar e extinguir, por decisão da Diretoria, filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações, em qualquer ponto do território nacional, conforme disposto no artigo 22, (vii) deste Estatuto Social.

**CAPÍTULO II - DO CAPITAL**

**CAPITAL AUTORIZADO**

Art. 4 - A Sociedade está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 1º - Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.





7

Telefônica

vivo 07 16

**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5681-4

**ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016**

Parágrafo 1º - Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos correspondentes termos, permanecendo nos respectivos cargos até a efetiva posse dos seus sucessores.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral de Acionistas deverá fixar a remuneração global dos administradores da Sociedade, incluindo os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, sendo o Conselho de Administração competente para distribuir essa remuneração entre os seus membros e os da Diretoria.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral de Acionistas poderá atribuir aos administradores participação nos lucros da Sociedade, desde que observado o disposto no art. 152, § 1º e § 2º da Lei 6.404/76, conforme proposta apresentada pela administração.

Parágrafo 4º - A Sociedade e seu acionista controlador deverão manter, durante o prazo da concessão e sua prorrogação, a efetiva existência, em território nacional, dos centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais e técnicas envolvidas no cumprimento dos contratos de concessão dos quais a Sociedade seja parte.

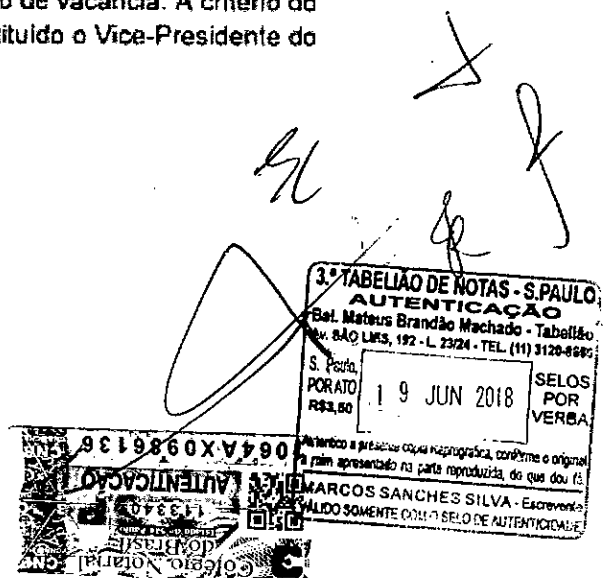
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**COMPOSIÇÃO**

Art. 14 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 17 (dezessete) membros, eleitos e destituíveis do órgão pela assembleia geral, observado o disposto na legislação aplicável, computados neste número o membro eleito pelos acionistas titulares de ações preferenciais nos termos do disposto no parágrafo Único do artigo 9 deste Estatuto e o membro eleito pelos minoritários, se for o caso.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração deverá nomear, dentre os seus membros, o Presidente do órgão, ou seu substituto, no caso de vacância. A critério do Conselho de Administração, poderá ser nomeado e/ou destituído o Vice-Presidente do órgão.

5



Telefônica

vivo

02 558 157 0001-02

TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-02 - NIRE 35.3.001.5881-4

**ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016**

(vi) - aprovar a criação de Comitês técnicos e consultivos para seu assessoramento em assuntos de interesse da Sociedade, eleger os membros de tais Comitês e aprovar seus regulamentos internos, que conterão as regras específicas relativas a composição, funções, competência, remuneração e funcionamento;

(vii) - fiscalizar a gestão dos Diretores da Sociedade, examinar, a qualquer tempo, os livros da Sociedade, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, ou quaisquer outros atos;

(viii) - aprovar a estrutura organizacional da Sociedade, podendo atribuir limites à Diretoria para o exercício de tal competência, observadas as disposições legais e estatutárias;

(ix) - aprovar e alterar o regimento interno do Conselho de Administração;

(x) - deliberar sobre emissão de ações pela Sociedade, com aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, definindo os termos e as condições dessa emissão;

(xi) - deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

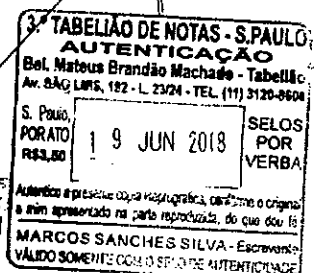
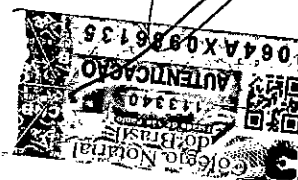
(xii) - deliberar, por delegação da Assembleia Geral de Acionistas, acerca dos seguintes aspectos nas emissões de debêntures pela Sociedade: (i) oportunidade da emissão, (ii) época e condições de vencimento, amortização ou resgate, (iii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver, (iv) modo de subscrição ou colocação e, (v) tipo das debêntures;

(xiii) - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

(xiv) - deliberar sobre a emissão de notas promissórias para distribuição pública ("Commercial Papers") e sobre a submissão das ações da Sociedade a regime de depósito para comercialização dos respectivos certificados ("Depositary Receipts");

(xv) - autorizar a aquisição de ações de emissão da Sociedade, para cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;

8





Telefônica

viva

07

16

TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

**ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016**

(xxvi) - aprovar a distribuição de dividendos intermediários;

(xxvii) - escolher ou destituir os auditores independentes;

(xxviii) - indicar e destituir o titular da auditoria interna, que se reportará ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Auditoria e Controle, quando em funcionamento, bem como o titular da Diretoria de Atacado, responsável este, exclusivamente, por todos os processos de atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes às Ofertas de Referência dos Produtos no Mercado de Atacado; e

(xxix) - aprovar o plano de cargos e salários, políticas de incentivos e desenvolvimento profissional, o regulamento e os quadros de pessoal da Sociedade, bem como os termos e condições de acordos coletivos de trabalho a serem firmados com os sindicatos representativos das categorias dos empregados da Sociedade e a adesão ou desligamento de fundos complementares de aposentadoria, tudo com relação aos empregados da Companhia, podendo o Conselho de Administração, quando entender necessário, atribuir à Diretoria limites para deliberar sobre essas matérias.

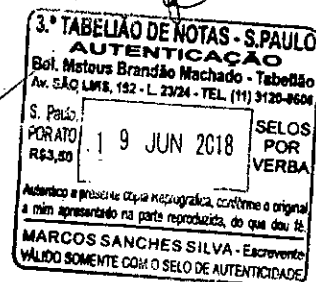
Art. 18 - As atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração são:  
(a) representar o Conselho na convocação da Assembleia Geral de Acionistas; (b) presidir a Assembleia Geral de Acionistas e escolher o Secretário, dentre os presentes; e (c) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

**REUNIÕES**

Art. 19 - O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ordinariamente, uma vez a cada 3 (três) meses e, (ii) extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente, lavrando-se ata de suas deliberações.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho deverão ser convocadas por escrito, com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, devendo a convocação conter a ordem do dia e as matérias a serem deliberadas na respectiva reunião.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, presente a maioria de seus membros em exercício, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade, nos casos de empate.



Handwritten signatures and initials in the right margin.

**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5851-4

**ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016**

cumprir este Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas e praticar todos os atos necessários ou convenientes à gestão dos negócios sociais. Compete à Diretoria, coletivamente, o seguinte:

(i) - propor ao Conselho de Administração planos e programas gerais da Sociedade, especificando os planos de investimento na expansão e modernização da planta;

(ii) - autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração em instrumento normativo interno, a alienação ou oneração dos bens do ativo permanente, inclusive aqueles relacionados aos serviços públicos de telecomunicações que se encontrarem desativados ou inservíveis, bem como submeter ao referido órgão a alienação ou oneração dos bens que ultrapassem esses limites;

(iii) - submeter ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhados do parecer dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício;

(iv) - aprovar, de acordo com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração: a) compras de materiais, equipamentos, bens, obras e serviços; b) vendas de bens do ativo;

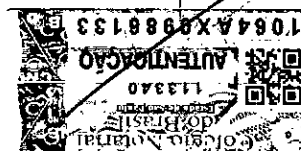
(v) - aprovar a celebração de outros contratos, não mencionados acima, de acordo com os limites impostos pelo Conselho de Administração;

(vi) - aprovar, anualmente, planejamento de operações financeiras e, trimestralmente, um resumo do cumprimento do referido planejamento;

(vii) - aprovar a criação e a extinção de filiais, escritórios, agências, sucursais e representações da Sociedade, no País;

(viii) - aprovar, conforme lhe for atribuído pelo Conselho de Administração, a estrutura organizacional da Sociedade, mantendo o Conselho de Administração informado a respeito;

(ix) - zelar pelo cumprimento das normas de conduta ética da Sociedade, estabelecidas pelo Conselho de Administração;



Telefônica

DUCE SP  
07 16

TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

**ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016**

- (ii) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Sociedade;
- (iii) representação da Sociedade em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe;
- (iv) outorga de mandato a advogado para a representação judicial ou em processos administrativos;
- (v) representação em juízo, ou em processos administrativos, exceto para a prática de atos que importem em renúncia a direitos;
- (vi) representação em licitações públicas e concursos privados de que participe a Sociedade, visando a prestação dos serviços contemplados em seu objeto social; e
- (vii) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

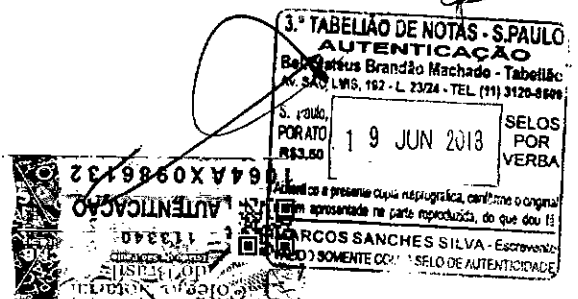
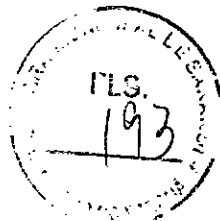
**COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DA DIRETORIA**

Art. 23 – São as seguintes as competências específicas dos membros da Diretoria:

**A – DIRETOR PRESIDENTE:**

1. Representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral, podendo nomear procuradores em conjunto com outro Diretor e designar prepostos, delegar competência aos demais Diretores para a prática de atos específicos;
2. Acompanhar e fiscalizar a implementação das determinações do Conselho de Administração em relação às suas atividades e atribuições;
3. Estabelecer diretrizes, coordenar e supervisionar as atividades da Companhia relacionadas com: finanças e controle; recursos corporativos; a área jurídica em geral; relações institucionais; regulação; comunicação corporativa; Fundação Telefônica; recursos humanos; redes e operações de campo, estratégia e planejamento corporativo, tecnologia da informação; atendimento ao cliente e qualidade; negócios empresariais; negócios móvel; negócios fixa.

14





Telefônica

JUL 2018

TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

**ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA  
EM 08 DE JULHO DE 2016**

Parágrafo Único - Os dividendos intermediários distribuídos nos termos deste artigo serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Art. 28 - Por deliberação do Conselho de Administração e, observadas as disposições legais, a Sociedade poderá pagar, aos seus acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, "ad referendum" da assembleia geral.

**CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 29 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral de Acionistas determinar o modo da liquidação e indicar o liquidante.

Art. 30 - A aprovação, pela Sociedade, através de seus representantes, de operações de fusão, cisão, incorporação ou dissolução de suas controladas será precedida de análise econômico-financeira por empresa independente, de renome internacional, confirmando estar sendo dado tratamento equitativo a todas as sociedades interessadas, cujos acionistas terão amplo acesso ao relatório da citada análise.

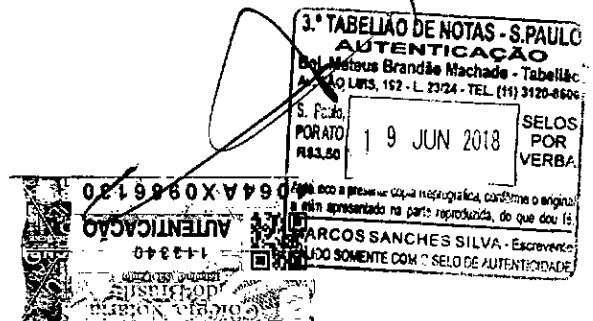
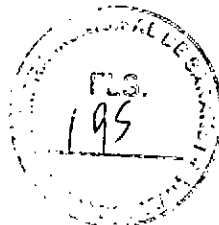
Art. 31 - Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, a Sociedade se regerá pelas disposições legais que forem aplicáveis.

*Carolina Simões Cardoso*

Carolina Simões Cardoso  
Presidente da Assembleia

*Pablo Andres Pinheiro Gubert*

Pablo Andres Pinheiro Gubert  
Secretário da Assembleia





**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

**ATA DA 297ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.**

1. **DATA, HORA e LOCAL:** 10 de junho de 2016, às 08:00, realizada na sede social da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Bairro Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

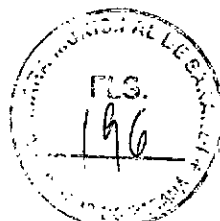
2. **CONVOCAÇÃO e PRESENÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração, os quais subscrevem esta ata, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia.

3. **MESA:** Eduardo Navarro de Carvalho – Presidente da Reunião e Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Secretário da Reunião.

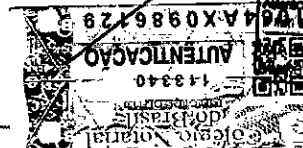
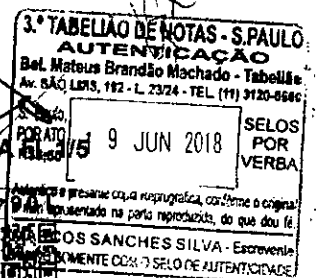
4. **DELIBERAÇÕES:**

4.1. **NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO:** Nos termos do artigo 14, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada a nomeação do Conselheiro, Sr. Eduardo Navarro de Carvalho, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 52.558.558-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 531.710.556-00, residente e domiciliado em Madrid, Espanha, com endereço comercial à Ronda de la Comunicación s/nº, Edifício Central, 1ª Planta, na Cidade de Madrid, Espanha, 28050, como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, para o novo mandato que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no ano de 2019.

4.2. **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS COMITÊS:** Os seguintes Conselheiros foram eleitos para compor os Comitês que auxiliam o Conselho de Administração da Companhia para o novo mandato que se encerrará juntamente com os seus respectivos mandatos de membros do Conselho de Administração da Companhia:



Ata da 297ª RCA



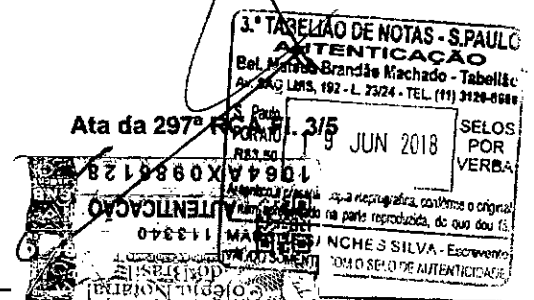
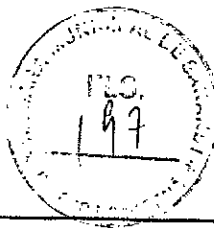
Telefônica | vivo

**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

**ATA DA 297ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.**

(iii) Comitê de Qualidade do Serviço e Atensão Comercial: Sr. **Antonio Carlos Valente da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade CREA RJ nº 31.547-D, inscrito no CPF/MF sob nº 371.560.557-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, na qualidade de Presidente do Comitê; Sr. **Roberto Oliveira de Lima**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG 4.455.053-4, inscrito no CPF/MF sob nº 860.196.518-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936 e Sra. **Sonia Julia Sulzbeck Villalobos**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.417.132-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.306.678-82, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Estrada Carlos Queiroz Telles, 100, Apto. 101 – CEP 05704-150, na qualidade de membros do Comitê.

**4.3. NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO:** Foi aprovada a nomeação do Sr. **Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional OAB/RS sob o nº 45.479, inscrito no CPF/MF sob o nº 711.936.930-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, como Secretário-Geral do Conselho de Administração da Companhia, para o novo mandato que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no ano de 2019.



Telefônica | vivo

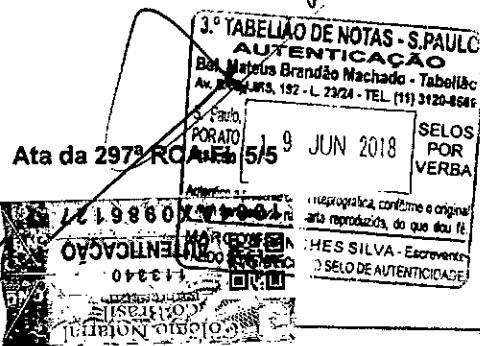
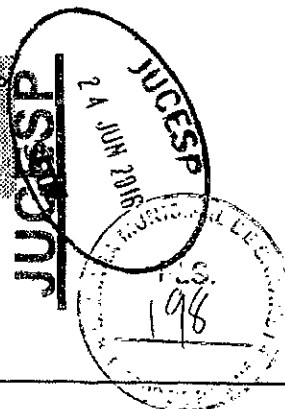
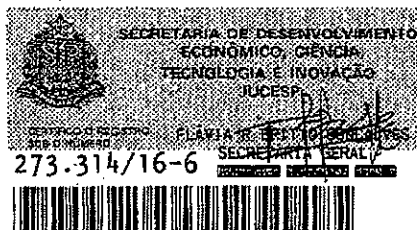
**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

**ATA DA 297ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata pelo Secretário do Conselho, a qual foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes, passando a constar do livro próprio. São Paulo, 10 de junho de 2016. (aa) Eduardo Navarro de Carvalho – Presidente da Reunião; Amos Genish; Ángel Vilá Boix; Antonio Gonçalves de Oliveira; Sonia Julia Sulzbeck Villalobos; Francisco Javier de Paz Mancho; Luis Francisco Javier Bastida Iburgüen; Luiz Fernando Furlan; Narcís Serra Serra; Ramiro Sánchez de Lerín Garcia-Ovies; Roberto Oliveira de Lima e Antonio Carlos Valente da Silva. Secretário do Conselho de Administração: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da 297ª reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de junho de 2016, lavrada em livro próprio.

**Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira**  
Secretário do Conselho de Administração



X  
ec  
J



Telefônica | vivo

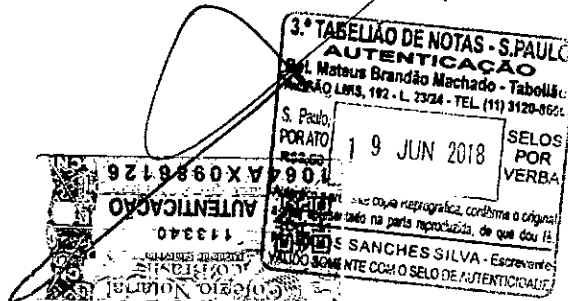
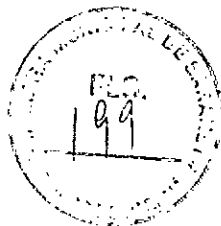
**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

### TERMO DE POSSE

Eu, **Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional OAB/RS sob o nº 45.479, inscrito no CPF/MF sob o nº 711.936.930-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, atendendo à deliberação da 297ª Reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.558.157/0001-62 ("Companhia"), realizada no dia 10 de junho do corrente ano, declaro, neste ato, aceitar o cargo de **Secretário Geral e Diretor Jurídico**, com mandato que se inicia nesta data e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2019, pelo que será lavrado o presente Termo de Posse, para que surta os devidos efeitos legais, ficando assim investido em todos os direitos e obrigações que conferem a Lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro e ratifico, sob as penas da Lei, não me encontrar incurso nos impedimentos legais, inclusive aqueles mencionados no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício do cargo para o qual fui eleito.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

**Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira**





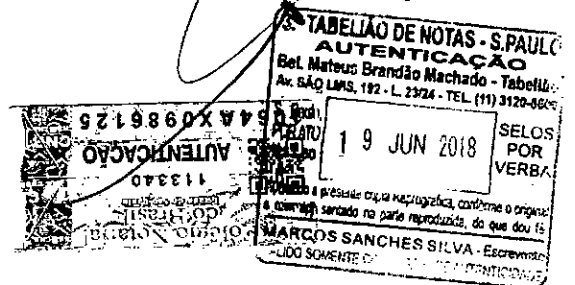
**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

### DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no § 4º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 367/2002, eu, **Amos Genish**, israelense, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE nº V305047-D (CGPI/DIREX/DPF) e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.194.169-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, 32º andar, CEP 04571-936, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaro: (i) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

**Amos Genish**



Handwritten initials: JC, S, and a signature.



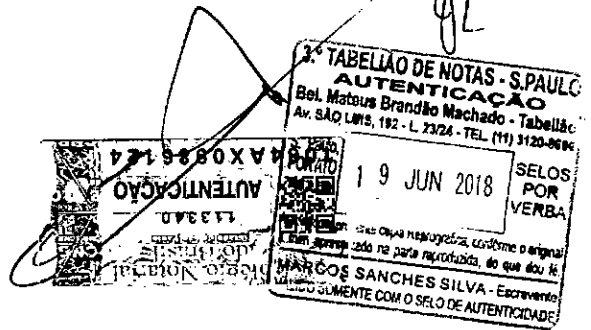
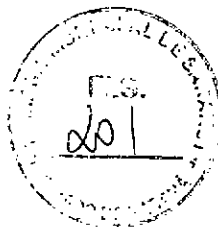
TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no § 4º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 367/2002, eu, **David Melcon Sanchez-Friera**, espanhol, casado, economista, portador do RNE nº G240737-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.558.708-45, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, declaro: (i) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

David Melcon Sanchez-Friera



Telefônica

VIVO

JUCESP PROTOCLO  
2.220.797/16-8



TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

**ATA DA 305ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.**

1. **DATA, HORA e LOCAL:** Aos 16 de novembro de 2016, às 18:00hs, realizada na sede social da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Bairro Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **CONVOCAÇÃO e PRESENÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração, os quais subscrevem esta ata, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia.

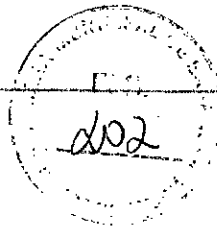
3. **MESA:** Eduardo Navarro de Carvalho – Presidente da Reunião e Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Secretário da Reunião.

4. **EXPOSIÇÕES E DELIBERAÇÕES:**

4.1. Foi aprovada a eleição do Sr. **Eduardo Navarro de Carvalho**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 52.558.558-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 531.710.556-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-936, para o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, em substituição ao Sr. **Amos Genish**, em complementação ao mandato em curso. O mandato do Diretor Presidente ora eleito se inicia nesta data e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2019.

Nesta oportunidade, os membros do Conselho de Administração expressaram seus votos de agradecimento ao Sr. **Amos Genish** pelos relevantes serviços prestados à Companhia no desempenho do referido cargo, desejando contínuo sucesso em seus novos desafios.

J  
JC  
B



Ata da 305ª RCA FI. 1/3

3.º TABELÃO DE NOTAS - S. PAULC  
AUTENTICAÇÃO  
Bel. Matheus Brandão Machado - Tabelão  
R. SÃO LUIS, 112 - L. 2324 - TEL. (11) 3120-9070

S. PAULC  
PORATO  
R\$3,90

10644X0986123

19 JUN 2018

SELOS  
POR  
VERBA

gratifica, conforme o original  
colado, do que dou fé

SILVA - Escrivão  
DE AUTENTICIDADE



TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4.

**ATA DA 305ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.**

Carlos Valente da Silva. Secretário do Conselho de Administração: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da 305ª reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 16 de novembro de 2016, lavrada em livro próprio.

*Breno R. Pacheco de Oliveira*

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira  
Secretário do Conselho de Administração

JUCESP  
07 DEZ 2016

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIAS,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
JUCESP  
516.559/16-3  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JUCESP

*8*  
*SC*  
*J*

Ata da 305ª RCA FI. 3/3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
FLS.  
*203*  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.º TABELÃO DE NOTAS - S. PAULISTA  
AUTENTICAÇÃO  
Belo Horizonte Brandão Machado - Tabelão  
Av. SÃO LUIS, 192 - L. 2324 - TEL. (11) 3120-6640  
S. Paulo, JUN 2018  
SELOS POR VERBA  
MARCO ANTÔNIO CHES SILVA - Escrevente  
JUCESP

Telefônica

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

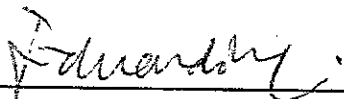
Companhia Aberta

CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

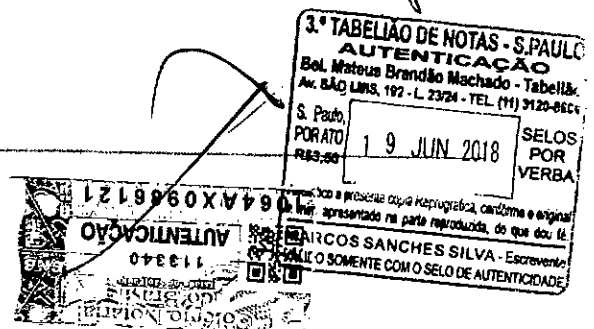
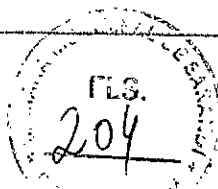
TERMO DE POSSE

Eu, **Eduardo Navarro de Carvalho**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 52.558.558-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 531.710.556-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-936; atendendo à deliberação da 305ª Reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.157/0001-62 ("Companhia"), realizada nesta data, declaro, neste ato, aceitar o cargo de Diretor Presidente, com mandato que se inicia nesta data e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2019, pelo que será lavrado o presente Termo de Posse, para que surta os devidos efeitos legais, ficando assim investido em todos os direitos e obrigações que conferem a Lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro e ratifico, sob as penas da Lei, não me encontrar incurso nos impedimentos legais, inclusive aqueles mencionados no art. 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício do cargo para o qual fui eleito.

São Paulo, 16 de novembro de 2016.



EDUARDO NAVARRO DE CARVALHO



AGV Holding S.A.  
CNPJ nº 04.788.780/00-22 - NIRE 31.300.321/21  
Endereço: Rua Lúcia, nº 370/10, no 1º andar, bairro de Vila Rica, cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP nº 31210-000.

AGV Holding S.A. (AGV) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 04.788.780/00-22, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais. A AGV atua no setor de serviços de tecnologia da informação, oferecendo soluções em áreas como desenvolvimento de sistemas, consultoria e suporte técnico. A empresa possui uma estrutura organizacional diversificada, com departamentos dedicados a cada uma das suas principais atividades. A AGV mantém uma política de transparência e prestação de contas, sendo submetida a auditorias independentes e divulgando regularmente suas informações financeiras e operacionais. A AGV possui uma base de clientes ampla e diversificada, abrangendo setores como varejo, indústria e serviços. A empresa também mantém uma forte presença em mercados internacionais, com operações em diversos países. A AGV é considerada uma das principais empresas do setor de tecnologia da informação no Brasil e no exterior.

Link Partners S.A.  
CNPJ nº 20.177.009/01-00 - NIRE 31.000.000/01  
Endereço: Rua Paraíba, nº 100, bairro de São Paulo, cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP nº 31210-000.

Liberty Capital S.A.  
CNPJ nº 04.788.780/00-22 - NIRE 31.300.321/21  
Endereço: Rua Lúcia, nº 370/10, no 1º andar, bairro de Vila Rica, cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP nº 31210-000.

Liberty Capital S.A. (Liberty) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 04.788.780/00-22, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais. A Liberty atua no setor de serviços de tecnologia da informação, oferecendo soluções em áreas como desenvolvimento de sistemas, consultoria e suporte técnico. A empresa possui uma estrutura organizacional diversificada, com departamentos dedicados a cada uma das suas principais atividades. A Liberty mantém uma política de transparência e prestação de contas, sendo submetida a auditorias independentes e divulgando regularmente suas informações financeiras e operacionais. A Liberty possui uma base de clientes ampla e diversificada, abrangendo setores como varejo, indústria e serviços. A empresa também mantém uma forte presença em mercados internacionais, com operações em diversos países. A Liberty é considerada uma das principais empresas do setor de tecnologia da informação no Brasil e no exterior.

La Rondine Atreazin Geral Ltda.  
CNPJ nº 07.260.000/00-00 - NIRE 31.000.000/01  
Endereço: Rua Paraíba, nº 100, bairro de São Paulo, cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP nº 31210-000.

TELEFONICA BRASH S.A.  
CNPJ nº 04.788.780/00-22 - NIRE 31.300.321/21  
Endereço: Rua Lúcia, nº 370/10, no 1º andar, bairro de Vila Rica, cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP nº 31210-000.

TELEFONICA BRASH S.A. (Telefonica) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 04.788.780/00-22, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais. A Telefonica atua no setor de serviços de tecnologia da informação, oferecendo soluções em áreas como desenvolvimento de sistemas, consultoria e suporte técnico. A empresa possui uma estrutura organizacional diversificada, com departamentos dedicados a cada uma das suas principais atividades. A Telefonica mantém uma política de transparência e prestação de contas, sendo submetida a auditorias independentes e divulgando regularmente suas informações financeiras e operacionais. A Telefonica possui uma base de clientes ampla e diversificada, abrangendo setores como varejo, indústria e serviços. A empresa também mantém uma forte presença em mercados internacionais, com operações em diversos países. A Telefonica é considerada uma das principais empresas do setor de tecnologia da informação no Brasil e no exterior.

Liberty Capital S.A.  
CNPJ nº 04.788.780/00-22 - NIRE 31.300.321/21  
Endereço: Rua Lúcia, nº 370/10, no 1º andar, bairro de Vila Rica, cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP nº 31210-000.









Handwritten notes and signatures in the top left corner of the page.

Autenticação 8807860X A 111340  
19 de Junho de 2016  
SECRETARIA DE ENERGIA

1. DATA, HORA e LOCAL: 19 de Junho de 2016, às 14:00h, realizada na sede social da  
Empresária Aberta  
CNPJ nº 03.983.931/0103 - NIRE nº 35.300.179.231  
Ata do 22º Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2016  
1. DATA, HORA e LOCAL: 19 de Junho de 2016, às 14:00h, realizada na sede social da  
Empresária Aberta  
CNPJ nº 03.983.931/0103 - NIRE nº 35.300.179.231  
Ata do 22º Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2016

DA TELEFONICA BRASIL S.A.  
CNPJ nº 02.358.557/0001-67 - NIRE 15.3.00184-1  
Empresária Aberta  
TELEFONICA BRASIL S.A.

Empresária Aberta  
CNPJ nº 02.358.557/0001-67 - NIRE 15.3.00184-1  
TELEFONICA BRASIL S.A.  
VIVO  
Empresária Aberta  
CNPJ nº 02.358.557/0001-67 - NIRE 15.3.00184-1  
TELEFONICA BRASIL S.A.  
VIVO

Empresária Aberta  
CNPJ nº 03.983.931/0103 - NIRE nº 35.300.179.231  
Ata do 22º Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2016  
1. DATA, HORA e LOCAL: 19 de Junho de 2016, às 14:00h, realizada na sede social da  
Empresária Aberta  
CNPJ nº 03.983.931/0103 - NIRE nº 35.300.179.231  
Ata do 22º Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2016

Empresária Aberta  
CNPJ nº 03.983.931/0103 - NIRE nº 35.300.179.231  
Ata do 22º Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2016  
1. DATA, HORA e LOCAL: 19 de Junho de 2016, às 14:00h, realizada na sede social da  
Empresária Aberta  
CNPJ nº 03.983.931/0103 - NIRE nº 35.300.179.231  
Ata do 22º Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2016

Empresária Aberta  
CNPJ nº 03.983.931/0103 - NIRE nº 35.300.179.231  
Ata do 22º Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2016  
1. DATA, HORA e LOCAL: 19 de Junho de 2016, às 14:00h, realizada na sede social da  
Empresária Aberta  
CNPJ nº 03.983.931/0103 - NIRE nº 35.300.179.231  
Ata do 22º Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2016

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

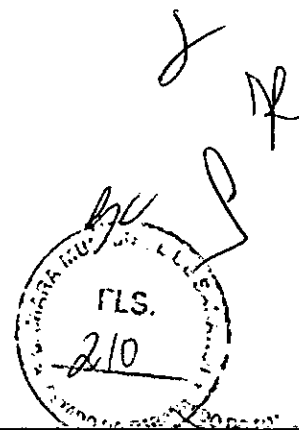
A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.558.157/0001-62 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 04/06/1998
NOME EMPRESARIAL TELEFONICA BRASIL S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM 61.20-5-01 - Telefonia móvel celular 61.20-5-99 - Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - Sociedade Anônima Aberta			
LOGRADOURO AV ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI	NÚMERO 1376	COMPLEMENTO	
CEP 04.571-936	BAIRRO/DISTRITO CIDADE MONCOES	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO TELEFONICA@TELEFONICA.COM		TELEFONE (11) 3430-0000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/12/2016	
MOT.VO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 05/04/2018 às 17:39:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 Secretaria da Receita Federal do Brasil  
 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
 FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **TELEFONICA BRASIL S.A.**  
 CNPJ: **02.558.157/0001-62**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

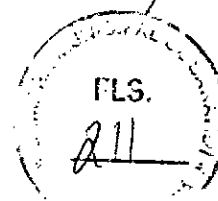
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
 Emitida às 19:11:55 do dia 08/04/2018 <hora e data de Brasília>.  
 Válida até 05/10/2018.

Código de controle da certidão: **6F11.E8F6.A001.4E04**  
 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos

Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 02558157

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:**

Relativos a ICMS Arrecuação

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 02.558.157/0001-62

IE: 108383949112

CDA	Situação
1.001.091.352	Inscrito / Suspenso
1.092.093.312	Inscrito / Suspenso
1.093.419.206	Inscrito / Suspenso
1.216.146.050	Inscrito
1.233.879.400	Inscrito
1.233.974.546	Inscrito / Suspenso

Relativos a ICMS Declarado

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 02.558.157/0001-62

IE: 108383949112

CDA	Situação
712.938.246	Inscrito

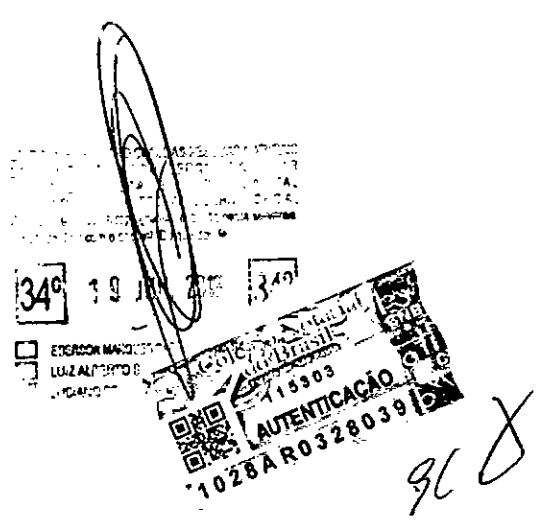
Relativos a Multa Ipcas

Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR -

CNPJ: 02.558.157/0001-62

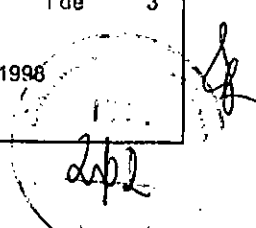
IE: 108383949112

CDA	Situação
1.064.704.859	Inscrito
1.092.896.951	Inscrito / Suspenso
1.095.266.596	Inscrito / Suspenso
1.136.125.829	Inscrito / Suspenso
1.136.709.099	Inscrito / Suspenso
1.139.412.435	Inscrito / Suspenso



Local de emissão : DRTC - I	Responsável : EDINEIA A. M. REZENDE Supervisora RG. 19.953.718-5
--------------------------------	---

CRDA nº 18213942	Folha 1 de 3
Data e hora da emissão 22/03/2018 16:26:49 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 06 ( SEIS ) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Procuradoria da Dívida Ativa**

**Certidão Positiva de Débitos**  
**Inscritos na Dívida Ativa**

**CNPJ BASE:** 02558157

**IE:**

CDA	Situação
1.239.274.676	Inscrito
1.239.885.300	Inscrito / Suspenso
1.240.113.002	Inscrito / Suspenso
1.242.316.362	Inscrito / Suspenso
1.244.818.960	Inscrito
1.245.248.378	Inscrito

**Relativos a Taxa Judiciária**

**Origem:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CNPJ:** 02.558.157/0001-62

**IE:**

CDA	Situação
1.245.380.442	Inscrito

**Anotação SEFAZ:**

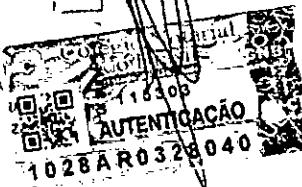
A CERTIDÃO POSITIVA TEM EFEITO DE NEGATIVA PARA OS DÉBITOS ACIMA CITADOS CONFORME MANIFESTAÇÃO DA D. SUBPROCURADORIA FISCAL PF-6 EXARADA EM 22/03/2018 NO GDOC 1000084-173135/2018. PARA ELABORAÇÃO DA CERTIDÃO FORAM PESQUISADOS TODOS OS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ A PRESENTE DATA.

Final da Certidão

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS  
DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR  
RUA FREI CAREÇA, 371 - DE SANTA  
ADOLPHO JOSÉ D'AVILA - GUARÁ  
Autuação em 19/06/2018 às 14:03:00  
Aqui contém uma cópia da que deu fe

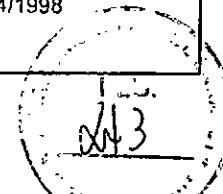
34º 19 JUN. 2018

- ESCRITURADORIA
- LIZALBERTO OLIVEIRA
- JOSINO FERREIRA RODRIGUES
- SÔNIA RUISE DE OLIVEIRA
- Escriturantes Aux.



Local de emissão : DRTC - I	Responsável : EDINÉIA A. M. REZENDE Supervisora RG. 19.953.718-5
--------------------------------	---

CRDA nº 18213942	Folha 3 de 3
Data e hora da emissão 22/03/2018 16:26:49 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	

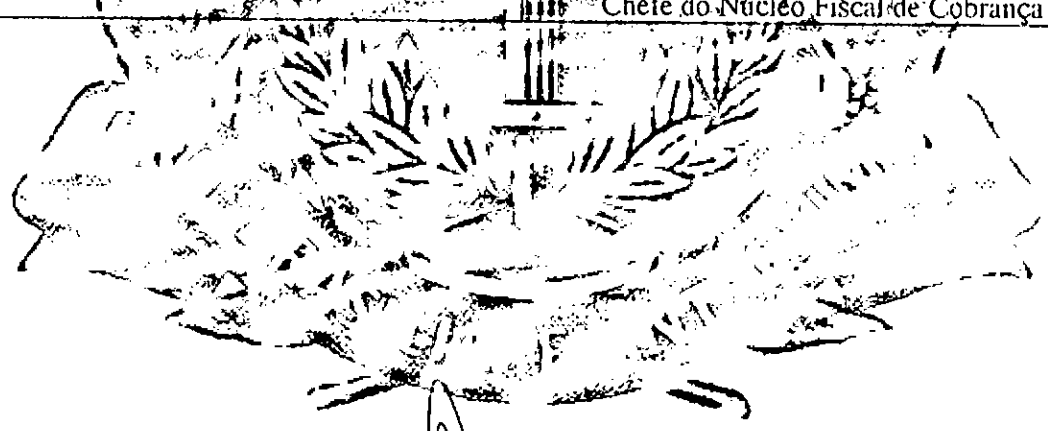


Handwritten signatures and initials on the right side of the page.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DA CAPITAL DRTC-III  
NÚCLEO FISCAL DE COBRANÇA  
Rua Butantã, 260 térreo - 05424-000 São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3093-3700

Certidão NFC Nº 642/2018 GDOC 51220-170378/2018	
CNPJ/CPF: 02.558.157/0001-62	
Certifico que INEXISTEM débitos exigíveis de ICMS, antes da inscrição em Dívida Ativa, de responsabilidade do interessado.	
1- A presente certidão só é válida em relação ao interessado. 2- Fica ressalvado o direito à Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados. 3- Prazo de Validade da certidão: 06 (seis) meses conforme Portaria CAT 20/1998 (DOE de 02/04/98). 4- Esta certidão não atesta a inexistência de débitos de IPVA e ITCMD.	
Local de Emissão: São Paulo Emitido por: NFC/DRTC-III	Data da Emissão: 22/06/18 Responsável:
Leandro Raposo Barreto Agente Fiscal de Rendas	Leandro Raposo Barreto Agente Fiscal de Rendas Chefe do Núcleo Fiscal de Cobrança

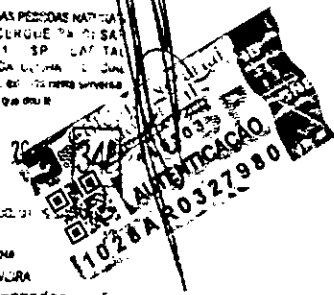


OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS  
DO 34º SUBDISTRITO CUNQUEM PAZ DA SA  
RUA FREI CANECA 371 - SP - CAPITAL  
ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA SILVA  
Autentico esta cópia reproduzida de documento original  
A qual contém com o original. To que ou se

34º 19 JUN 2018

- EDERSON MENEZES CARVALHO
- LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
- LUCIANO PEREIRA RODRIGUES
- SANCHEZ, PAULO DE OLIVEIRA

Escreventes Autorizados




Handwritten initials and marks, including a large 'X' and the number '96'.





**SECRETARIA DA FAZENDA**

**FOLHA LÍDER**

INTERESSADO	TELEFONIA BRASIL S/A - 108.383.949.112
LOCALIDADE	SÃO PAULO
ASSUNTO	TRIB GERAL - PROCESSO DE PEDIDO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - 18.02.02.71
COMPLEMENTO DO ASSUNTO	PEDIDO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS
DATA	21/03/2018
 S1220-170378/2018  volume: 0001	

Protocolado por: CLAUDINEI SOUZA SANTOS

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS  
 DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CASAR  
 RUA FREI CANECA, 371 - SÃO CARLOS  
 ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - OAB/SP  
 Autentico esta cópia reprográfica, esta cópia é verdadeira e fiel.  
 A qual confere com o original. Do que dou fé.

34º 19 JUN. 2018

- EDERSON MARQUES CARDOZO
  - LUIZ ALBERTO SILVINO
  - LUCIANO PEREIRA ROCHA
  - SIMONE RUSO DE OLIVEIRA
- Escreventes Autorizados

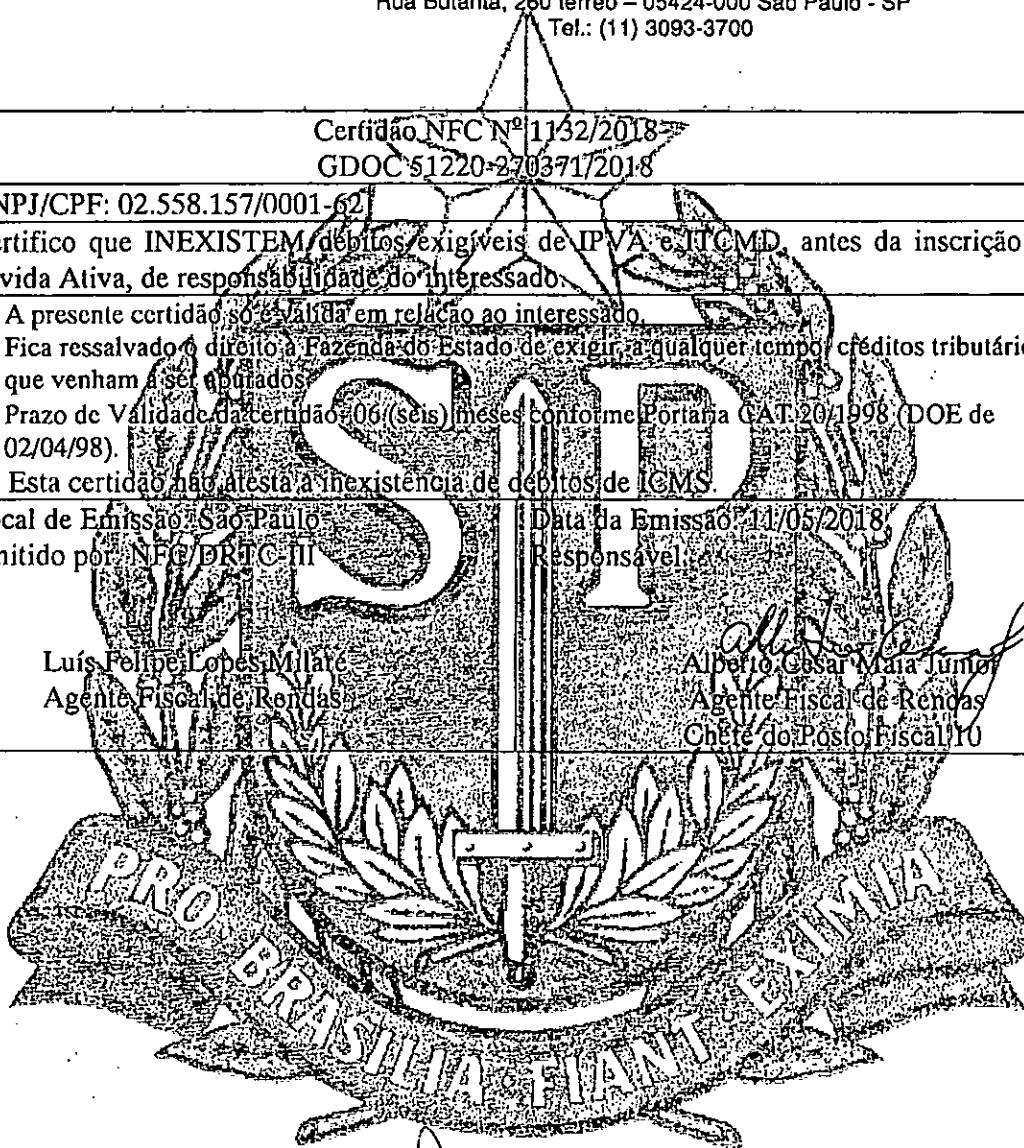


*Handwritten signatures and initials*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DA CAPITAL DRTC-III  
NÚCLEO FISCAL DE COBRANÇA  
Rua Butantã, 260 térreo - 05424-000 São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3093-3700

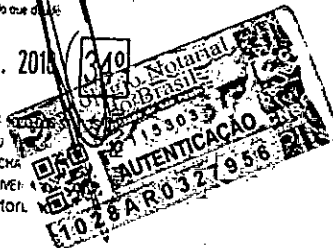
Certidão NFC Nº 1132/2018 GDOC 51220-2703717/2018	
CNPJ/CPF: 02.558.157/0001-62	
Certifico que INEXISTEM débitos exigíveis de IPVA e ITCMD, antes da inscrição em Dívida Ativa, de responsabilidade do interessado.	
1- A presente certidão só é válida em relação ao interessado. 2- Fica ressalvado o direito a Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham ser apurados. 3- Prazo de Validade da certidão: 06 (seis) meses conforme Portaria CAT-20/1998 (DOE de 02/04/98). 4- Esta certidão não atesta a inexistência de débitos de ICMS.	
Local de Emissão: São Paulo Emitido por: NFC/DRTC-III	Data da Emissão: 11/05/2018 Responsável:
Luis Felipe Lopes Milare Agente Fiscal de Rendas	Alberto Cesar Maia Junior Agente Fiscal de Rendas Chefe do Posto Fiscal 10



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
DO 34º SUBDISTRITO CENSOSSO DA CEAR  
RUA FREI CANECA, 371 - SP - CAPITAL  
ADOLFO JOSÉ BASTOS CAVALINHA, OFICIAL  
Atesto esta cópia reprográfica, extraída nos termos  
A qual compare com o original. Do que dá fé.

34º 19 JUN. 2018

- EDESON MARQUES CAS
  - LUIZ ALBERTO SILVEIO
  - LUCIANO PEREIRA ROCKA
  - SIMONE RUSSO DE OLIVEI
- Escreventes Autor.



X  
sl  
J  
f



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0072429 - 2018

**CPF/CNPJ Raiz:** 02.558.157/

**Contribuinte:** TELEFONICA BRASIL S.A

**Liberação:** 14/02/2018

**Validade:** 13/08/2018

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 2.871.449-0- Início atv :01/01/1995 (AV ENG LUIZ CARLOS BERRINI, 01376 - CEP: 04571-000 )  
CCM 3.179.420-3- Início atv :01/02/2001 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 03015 - CEP: 01452-000 - Cancelado em: 07/12/2009)  
CCM 3.201.512-7- Início atv :04/06/1998 (R CATARINO ANDREATTA, 00056 - CEP: 04786-050 )  
CCM 3.204.335-8- Início atv :04/06/1998 (ES CORONEL JOSE GLADIADOR, 00107 - CEP: 05267-000 )  
CCM 3.326.400-7- Início atv :01/06/2001 (R TABAPUA, 01499 - CEP: 04533-014 )  
CCM 3.332.161-2- Início atv :02/01/1999 (AL DOS NHAMBIQUARAS, 00700 - CEP: 04090-001 )  
CCM 3.343.273-2- Início atv :14/04/2004 (R JOSE DORIA DE ANDRADE, 00074 - CEP: 08285-340 )  
CCM 3.519.696-3- Início atv :30/03/2006 (R CATULO DA PAIXAO CEARENSE, 00544 - CEP: 01045-010 )  
CCM 3.550.739-0- Início atv :11/11/2005 (AL CAMPINAS, 01070 - CEP: 01404-001 - Cancelado em: 12/06/2013)  
CCM 3.576.658-1- Início atv :06/05/2000 (R BRIGADEIRO TOBIAS, 00684 - CEP: 01032-001 - Cancelado em: 05/05/2017)  
CCM 3.576.662-0- Início atv :04/06/1998 (AV VEREADOR JOAO DE LUCA, 01788 - CEP: 04381-001 )  
CCM 3.576.667-0- Início atv :26/11/2001 (AV NOSSA SENHORA DO O, 01946 - CEP: 02715-000 )  
CCM 3.576.669-7- Início atv :30/12/1999 (AV PAULISTA, 02300 - CEP: 01310-300 - Cancelado em: 12/06/2013)  
CCM 3.576.673-5- Início atv :04/06/1998 (AV ADOLFO PINHEIRO, 00962 - CEP: 04734-002 - Cancelado em: 07/12/2009)  
CCM 3.576.675-1- Início atv :07/05/2001 (AV AGUIA DE HAIA, 02670 - CEP: 03694-000 )  
CCM 3.576.678-6- Início atv :23/11/2001 (R TUJUBA, 00820 - CEP: 03608-050 )  
CCM 3.576.682-4- Início atv :04/06/1998 (AV CARLOS OBERHUBER, 00261 - CEP: 04836-130 )  
CCM 3.576.687-5- Início atv :04/06/1998 (R CONEGO VICENTE MIGUEL MARINO, 00059 - CEP: 01135-020 - Cancelado em: 23/10/2013)  
CCM 3.576.690-5- Início atv :25/08/2004 (R ALEXANDRE DUMAS, 02200 - CEP: 04717-004 - Cancelado em: 30/12/2010)  
CCM 3.576.692-1- Início atv :27/11/2001 (R LUCAS DE FREITAS AZEVEDO, 00047 - CEP: 02046-060 )  
CCM 3.576.694-8- Início atv :04/06/1998 (AV IPIRANGA, 00200 - CEP: 01046-010 - Cancelado em: 02/09/2010)

Certidão expedida com base na INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015 e Decreto 50.691, de 29 de Junho de 2009

Certidão emitida às 15:46:05 horas do dia 14/02/2018 (hora e data de Brasília).

**Código de Autenticidade:** 60D56A55

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

213



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários**

CCM 3.925.397-0- Início atv :26/03/2008 (R ANTONIO PONTES, 00115 - CEP: 02065-050 )  
CCM 3.925.399-6- Início atv :26/03/2008 (R ELEONORA CINTRA, 01100 - CEP: 03337-000 )  
CCM 3.925.403-8- Início atv :26/03/2008 (R VINTE E CINCO DE JULHO, 00100 - CEP: 04182-050 )  
CCM 3.925.404-6- Início atv :26/03/2008 (R XAVIER CURADO, 00515 - CEP: 04210-100 - Cancelado em 14/10/2016)  
CCM 3.925.407-0- Início atv :26/03/2008 (AV ULTRAMARINO, 01028 - CEP: 02441-001 )  
CCM 3.925.410-0- Início atv :26/03/2008 (R ANANAI, 00747 - CEP: 08032-370 )  
CCM 3.925.413-5- Início atv :26/03/2008 (R BARRAS DAS PEDRAS, 00013 - CEP: 02262-020 )  
CCM 3.925.414-3- Início atv :26/03/2008 (R AGOSTINHO GOMES, 01536 - CEP: 04206-000 - Cancelado em: 12/01/2011)  
CCM 3.925.417-8- Início atv :26/03/2008 (AV RIO DAS PEDRAS, 02190 - CEP: 03452-200 )  
CCM 3.925.420-8- Início atv :26/03/2008 (R DA MOOCA, 02800 - CEP: 03165-000 )  
CCM 3.925.435-6- Início atv :28/12/1975 (R ANDRADE NEVES, 00429 - CEP: 05087-020 )  
CCM 3.925.436-4- Início atv :28/01/1980 (R MOGEIRO, 00303 - CEP: 05204-180 )  
CCM 3.925.440-2- Início atv :03/08/1992 (R JURUBIM, 00391 - CEP: 05170-100 )  
CCM 3.925.441-0- Início atv :12/11/1997 (AV ENG GEORGE CORBISIER, 00168 - CEP: 04345-000 )  
CCM 3.925.445-3- Início atv :25/11/1975 (R CD DE ITU, 00751 - CEP: 04741-001 )  
CCM 3.925.447-0- Início atv :11/09/1987 (R TUPANACI, 00060 - CEP: 04131-020 )  
CCM 3.925.449-6- Início atv :18/11/1999 (R CARD CAGLIORI, 00421 - CEP: 05454-030 )  
CCM 3.925.452-6- Início atv :01/04/1973 (R FRANCA PINTO, 00616 - CEP: 04016-002 )  
CCM 3.925.454-2- Início atv :11/02/1984 (PC HENRY LAURENS, 00420 - CEP: 04246-020 )  
CCM 3.925.457-7- Início atv :23/10/1991 (R RUI AMARAL LEMOS, 00967 - CEP: 05388-070 )  
CCM 3.925.458-5- Início atv :10/09/1992 (R JOAQUIM MARIA, 00241 - CEP: 04240-170 )  
CCM 3.925.461-5- Início atv :13/10/1988 (R CUSTODIO SERRAO, 00560 - CEP: 05116-011 )  
CCM 3.925.463-1- Início atv :22/09/1993 (R MICHIGAN, 01253 - CEP: 04566-002 )  
CCM 3.925.465-8- Início atv :23/06/1992 (AV EUSEBIO MATOSO, 00500 - CEP: 05423-000 - Cancelado em: 21/09/2009)  
CCM 3.925.467-4- Início atv :07/12/1993 (AV STO AMARO, 01411 - CEP: 04505-002 - Cancelado em: 25/08/2009)  
CCM 3.925.468-2- Início atv :31/01/1994 (R PARAPUA, 01135 - CEP: 02831-001 )  
CCM 3.925.472-0- Início atv :05/08/1993 (AV DONA BELMIRA MARIN, 04100 - CEP: 04846-000 )  
CCM 3.925.477-1- Início atv :18/03/1991 (AV ENG HEITOR ANTONIO EIRAS GARCIA, 01095 - CEP: 05588-001 - Cancelado em: 14/05/2013)  
CCM 3.925.480-1- Início atv :28/12/1978 (R VIEIRA DE MORAIS, 00153 - CEP: 04617-010 )  
CCM 3.925.483-6- Início atv :01/04/1973 (R INHAUMA, 00169 - CEP: 01139-020 - Cancelado em: 05/05/2017)  
CCM 3.925.486-0- Início atv :20/07/1992 (R SILVESTRE RODRIGUES, 00090 - CEP: 05849-480 )  
CCM 3.925.489-5- Início atv :10/07/1992 (R JOSE VERISSIMO DA C. PEREIRA, 00350 - CEP: 04324-050 )  
CCM 3.925.491-7- Início atv :20/07/1992 (R PDE FELICIANO DOMINGUES, 00373 - CEP: 02965-140 - Cancelado em: 28/07/2017)  
CCM 3.925.492-5- Início atv :28/07/1992 (R GAL LUCIDIO DE ARRUDA, 00138 - CEP: 04930-030 )  
CCM 3.925.494-1- Início atv :31/07/1992 (R COMEN MIGUEL CALFAT, 00369 - CEP: 04537-081 )  
CCM 3.925.499-2- Início atv :21/12/1976 (R JAGUARE, 00390 - CEP: 05344-030 )  
CCM 3.925.503-4- Início atv :05/09/1975 (R BELA CINTRA, 02370 - CEP: 01415-002 )  
CCM 3.925.504-2- Início atv :03/11/1992 (AV MARQ DE SAO VICENTE, 02353 - CEP: 05036-040 )

Certidão expedida com base na INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015 e Decreto 50.691, de 29 de Junho de 2009

Certidão emitida às 15:46:05 horas do dia 14/02/2018 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 60D56A55

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

218



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários**

CCM 4 526.683-2- Início atv :23/03/2012 (R SETE DE ABRIL, 00295 - CEP: 01043-000 )  
CCM 5 182.002-1- Início atv :25/07/2012 (AV ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 01376 - CEP: 04571-000 )  
CCM 4.751.347-0- Início atv :14/02/2013 (R MARTINIANO DE CARVALHO, 00851 - CEP: 01321-001,)  
CCM 5.340.139-5- Início atv :23/07/2015 (AV AGUA FRIA, 00412 - CEP: 02332-000 )  
CCM 5.340.151-4- Início atv :27/07/2015 (R BARRA BONITA, 00053 - CEP: 03073-040 )  
CCM 5 340.154-9- Início atv :28/07/2015 (R FIDALGA, 00811 - CEP: 05432-070 )  
CCM 5.340.150-6- Início atv :30/07/2015 (AV DAS NACOES UNIDAS, 12901 - CEP: 04578-000 )  
CCM 5.340.046-1- Início atv :05/08/2015 (AV DAS NACOES UNIDAS, 12901 - CEP: 04578-000 )  
CCM 5.340.152-2- Início atv :06/08/2015 (R ANTONIO DAS CHAGAS, 01196 - CEP: 04734-002 )  
CCM 5.584.621-1- Início atv :01/01/2016 (R JÚLIO DINIZ, 190 - CEP: 04547-090 )  
CCM 5.584.627-0- Início atv :01/01/2016 (AV DOUTOR CARDOSO DE MELO, 1450 - CEP: 04548-005 )  
CCM 5.584.619-0- Início atv :01/01/2016 (R XAVIER CURADO, 515 - CEP: 04210-100 )  
CCM 5.584.192-9- Início atv :26/09/2016 (R MARTINS FONTES, 152 - CEP: 01050-000 )  
CCM 5.596.497-4- Início atv :05/10/2016 (R DO LIVRAMENTO, 66 - CEP: 04008-030 )  
CCM 5.597.618-2- Início atv :05/10/2016 (R DOUTOR FAÚSTO FERRAZ, 172 - CEP: 01333-030 )  
CCM 5 722.193-6- Início atv :05/05/2017 (R Brigadelro Tobias, 00684 - CEP: 01032-001 )  
CCM 5 722.196-0- Início atv :05/05/2017 (R Inhaúma, 00169 - CEP: 01139-020 )  
CCM 5.783.841-0- Início atv :28/07/2017 (R PDE FÉLICIANO DOMINGUES, 00373 - CEP: 02965-140 )  
CCM 5.835.611-8- Início atv :14/09/2017 (AV MARQ DE SÃO VICENTE, 00288 - CEP: 01139-000 )

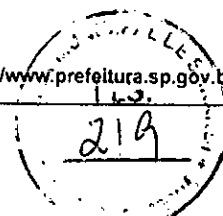
Ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município de São Paulo cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venha a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, a Secretaria Municipal da Fazenda CERTIFICA que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente à quitação dos tributos abrangidos por esta certidão, até o presente data é REGULAR. Consta(m) o(s) All(s) - Auto(s) de Infração e Intimação nº 006241770-3, 006241772-0, 006241775-4, 006241776-2, 006241778-9, 006241780-0, 006241781-9 e 006241782-7 com exigibilidade suspensa, aplicando-se os artigos nº 151 e 206 do CTN - Código Tributário Nacional, em virtude da ACE nº 966/0017851-20.2005.8.26.0053.

Certidão expedida com base na INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015 e Decreto 50.691, de 29 de Junho de 2009

Certidão emitida às 15:46:05 horas do dia 14/02/2018 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 60D56A55

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



JSC

Handwritten signature



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários**

CCM 3.935.158-0- Início atv :21/05/1992 (ES DA BARRAGEM, 00000 - CEP: 04895-020 )  
CCM 3.936.969-2- Início atv :04/06/1998 (R ARROIO ANTUNES, 00030 - CEP: 08472-310 )  
CCM 3.993.028-9- Início atv :24/01/1983 (R DO LIVRAMENTO, 00066 - CEP: 04008-030 - Cancelado em: 05/10/2016)  
CCM 3.993.031-9- Início atv :23/03/1977 (AV MARQ DE SAO VICENTE, 00288 - CEP: 01139-000 )  
CCM 3.993.032-7- Início atv :10/03/1971 (R JUNQUEIRA FREIRE, 00272 - CEP: 01507-020 )  
CCM 3.993.035-1- Início atv :11/08/1982 (AV GIOVANNI GRONCHI, 02728 - CEP: 05651-002 )  
CCM 3.993.036-0- Início atv :02/10/1951 (R IPEROIG, 00486 - CEP: 05016-000 )  
CCM 3.993.037-8- Início atv :21/01/1966 (R SERRA DE BOTUCATU, 01631 - CEP: 03317-001 )  
CCM 3.993.039-4- Início atv :31/12/1999 (R BRIG TOBIAS, 00566 - CEP: 01032-001 )  
CCM 3.993.156-0- Início atv :05/06/1968 (R DR FAUSTO FERRAZ, 00172 - CEP: 01333-030 - Cancelado em: 05/10/2016)  
CCM 3.993.158-7- Início atv :05/03/1921 (R BRIG GALVAO, 00265 - CEP: 01131-000 )  
CCM 3.993.159-5- Início atv :28/03/1934 (R XAVIER CURADO, 00473 - CEP: 04210-100 - Cancelado em: 29/07/2016)  
CCM 3.993.162-5- Início atv :20/06/2005 (R CLARINDO, 00000 - CEP: 05718-300 )  
CCM 3.993.164-1- Início atv :16/05/1946 (R HUMBERTO I, 00880 - CEP: 04018-033 )  
CCM 3.995.089-1- Início atv :02/12/2005 (AV SENADOR TEOTONIO VILELA, 00261 - CEP: 04801-010 )  
CCM 3.995.090-5- Início atv :18/11/1965 (PC AGENTE CICERO, 00000 - CEP: 03002-010 - Cancelado em: 22/11/2010)  
CCM 3.995.093-0- Início atv :15/11/1973 (AV WASHINGTON LUIS, 00000 - CEP: 04626-911 )  
CCM 3.995.094-8- Início atv :31/12/1999 (AV CIDADE JARDIM, 00400 - CEP: 01454-901 - Cancelado em: 23/10/2013)  
CCM 3.995.097-2- Início atv :30/04/2008 (AV MARIA COELHO AGUIAR, 00215 - CEP: 05804-900 )  
CCM 3.995.098-0- Início atv :01/08/2006 (R ALEXANDRE DUMAS, 02200 - CEP: 04717-004 - Cancelado em: 30/12/2011)  
CCM 3.995.101-4- Início atv :01/11/1994 (R DOS INGLESES, 00600 - CEP: 01329-904 - Cancelado em: 23/11/2010)  
CCM 3.995.103-0- Início atv :26/06/1998 (AV MORUMBI, 08668 - CEP: 04703-002 - Cancelado em: 22/11/2010)  
CCM 4.010.206-8- Início atv :04/06/1998 (R GAL OSORIO, 00532 - CEP: 01213-000 )  
CCM 4.012.248-4- Início atv :21/07/1967 (R BELISARIO CAMPANHA, 00040 - CEP: 02521-000 )  
CCM 4.012.251-4- Início atv :17/07/2000 (ES DO MBOI MIRIM, 07988 - CEP: 04948-030 )  
CCM 4.012.252-2- Início atv :01/08/2006 (R ALEXANDRE DUMAS, 02200 - CEP: 04717-004 - Cancelado em: 01/08/2006)  
CCM 5.563.505-9- Início atv :29/07/2016 (AV BOLONHA, 277 - CEP: 05334-000 )  
CCM 4.526.588-7- Início atv :23/03/2012 (AV GIOVANNI GRONCHI, 05819 - CEP: 05724-003 )  
CCM 4.526.562-3- Início atv :23/03/2012 (RV RAPOSO TAVARES, 00000 - CEP: 05576-100 )  
CCM 4.526.544-5- Início atv :23/03/2012 (AV PROFESSOR FRANCISCO MORATO, 02718 - CEP: 05512-300 )  
CCM 4.526.684-0- Início atv :23/03/2012 (AV DAS NACOES UNIDAS, 04777 - CEP: 05477-000 )  
CCM 4.526.715-4- Início atv :23/03/2012 (AV REBOUCAS, 03970 - CEP: 05402-600 )  
CCM 4.526.547-0- Início atv :23/03/2012 (AV DASNACOES UNIDAS, 22540 - CEP: 04795-000 )  
CCM 4.526.705-7- Início atv :23/03/2012 (AV PAULISTA, 00854 - CEP: 01310-100 )  
CCM 4.526.553-4- Início atv :23/03/2012 (AV CHUCRI ZAIDAN, 00940 - CEP: 04583-906 )  
CCM 4.526.694-8- Início atv :23/03/2012 (AV CHUCRI ZAIDAN, 00940 - CEP: 04583-906 )  
CCM 4.526.702-2- Início atv :23/03/2012 (AV CHUCRI ZAIDAN, 00902 - CEP: 04583-903 )  
CCM 4.526.603-4- Início atv :23/03/2012 (R DO ROCIO, 00313 - CEP: 04552-000 )

Certidão expedida com base na INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015 e Decreto 50.691, de 29 de Junho de 2009

Certidão emitida às 15:46:05 horas do dia 14/02/2018 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 60D56A55

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

X 94

220



# PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

## Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

**Certidão Número:** 0000088845-2018  
**Número do Contribuinte:** 085.641.2218-9  
**Nome do Contribuinte:** INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL  
**Local do Imóvel:** AV ENG LUIZ CARLOS BERRINI, 01376, REMANESCENTE, TORRE B - CEP: 04571-000  
**Cep:** 04571-000  
**Liberação:** 22/02/2018  
**Validade:** 21/08/2018

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR**. . **Constam débitos vinculados à área maior que deu origem ao contribuinte atual pelo SQL 085.641.0116-5, cuja exigibilidade está suspensa, aplicando-se os artigos 151 e 206 do CTN - Código Tributário Nacional, relativos aos exercícios de 2006 até 2009, NL 3, por decisão judicial, nos termos do SEI nº 6017.2018/0001829-0..**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.  
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017. Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012.

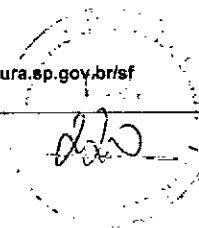
Certidão emitida às 12:31:50 horas do dia 22/02/2018 (hora e data de Brasília)

**Código de autenticidade:** 4E5CDA45

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

J  
M

J  
M



IMPRESSO VOLAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02558157/0001-62  
**Razão Social:** TELEFONICA BRASIL SA  
**Endereço:** AV ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI 1376 / CIDADE MONCOES / SAO PAULO / SP / 4571-011

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

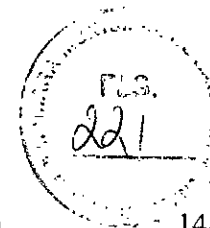
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/06/2018 a 11/07/2018

**Certificação Número:** 2018061201152614065207

Informação obtida em 14/06/2018, às 18:29:38.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



X

h.c

J  
R





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: TELEFONICA BRASIL S.A.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.558.157/0001-62

Certidão nº: 145809253/2018

Expedição: 08/03/2018, às 09:35:42

Validade: 03/09/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que TELEFONICA BRASIL S.A.  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
02.558.157/0001-62, CONSTA do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas  
no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade  
suspensa:

0011670-17.2014.5.01.0026 - TRT 01ª Região \*  
0115600-92.2007.5.01.0027 - TRT 01ª Região \*  
0190200-11.2003.5.01.0032 - TRT 01ª Região \*  
0011449-25.2015.5.01.0050 - TRT 01ª Região \*  
0000114-71.2013.5.01.0246 - TRT 01ª Região \*  
0196800-75.2009.5.01.0246 - TRT 01ª Região \*  
0010000-33.2007.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*  
0012800-73.2003.5.02.0002 - TRT 02ª Região \*\*  
0203200-09.2001.5.02.0004 - TRT 02ª Região \*  
0171000-41.2004.5.02.0004 - TRT 02ª Região \*  
0058700-67.2003.5.02.0006 - TRT 02ª Região \*\*  
0109300-50.2007.5.02.0007 - TRT 02ª Região \*  
0164400-51.2002.5.02.0011 - TRT 02ª Região \*  
0107800-82.2008.5.02.0016 - TRT 02ª Região \*  
0064800-02.2003.5.02.0018 - TRT 02ª Região \*\*  
0001137-55.2012.5.02.0021 - TRT 02ª Região \*  
0151400-81.2003.5.02.0032 - TRT 02ª Região \*\*  
0045700-48.2005.5.02.0032 - TRT 02ª Região \*\*  
0178500-40.2005.5.02.0032 - TRT 02ª Região \*  
0256200-79.2002.5.02.0038 - TRT 02ª Região \*\*  
0085100-09.2009.5.02.0039 - TRT 02ª Região \*  
0000274-24.2012.5.02.0046 - TRT 02ª Região \*  
0072300-79.2006.5.02.0062 - TRT 02ª Região \*  
0239000-76.2005.5.02.0063 - TRT 02ª Região \*\*  
0214400-83.2008.5.02.0063 - TRT 02ª Região \*\*

222

*[Handwritten marks and signatures]*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

0455700-89.2008.5.12.0054 - TRT 12ª Região \*

0049600-06.2004.5.15.0002 - TRT 15ª Região \*\*

0047100-61.2004.5.15.0003 - TRT 15ª Região \*

0080700-39.2005.5.15.0003 - TRT 15ª Região \*\*

0020600-06.2005.5.15.0008 - TRT 15ª Região \*

0069300-96.2008.5.15.0011 - TRT 15ª Região \*

0144200-23.2003.5.15.0012 - TRT 15ª Região \*\*

0115300-42.2008.5.15.0016 - TRT 15ª Região \*

0186400-86.2001.5.15.0021 - TRT 15ª Região \*

0073300-80.2006.5.15.0021 - TRT 15ª Região \*

0070400-28.2005.5.15.0032 - TRT 15ª Região \*

0201100-93.2004.5.15.0043 - TRT 15ª Região \*

0136500-20.2005.5.15.0046 - TRT 15ª Região \*

0107800-87.2003.5.15.0051 - TRT 15ª Região \*

0043000-16.2004.5.15.0051 - TRT 15ª Região \*

0101400-23.2004.5.15.0051 - TRT 15ª Região \*

0154000-16.2003.5.15.0064 - TRT 15ª Região \*

0183900-39.2006.5.15.0064 - TRT 15ª Região \*

0164900-76.2008.5.15.0066 - TRT 15ª Região \*

0000602-56.2011.5.15.0068 - TRT 15ª Região \*

0001197-85.2012.5.15.0079 - TRT 15ª Região \*

0000146-68.2014.5.15.0079 - TRT 15ª Região \*

0000229-84.2014.5.15.0079 - TRT 15ª Região \*

0034200-27.2009.5.15.0082 - TRT 15ª Região \*

0117200-73.2001.5.15.0091 - TRT 15ª Região \*

0169400-17.2002.5.15.0093 - TRT 15ª Região \*

0146800-94.2005.5.15.0093 - TRT 15ª Região \*

0161500-75.2005.5.15.0093 - TRT 15ª Região \*

0180700-70.2002.5.15.0094 - TRT 15ª Região \*\*

0015500-06.2005.5.15.0094 - TRT 15ª Região \*

0131200-66.2001.5.15.0095 - TRT 15ª Região \*

0147200-73.2003.5.15.0095 - TRT 15ª Região \*

0031100-92.2004.5.15.0097 - TRT 15ª Região \*

0102000-28.2003.5.15.0100 - TRT 15ª Região \*

0140200-67.2004.5.15.0101 - TRT 15ª Região \*

0000770-70.2013.5.15.0106 - TRT 15ª Região \*

0006200-23.2006.5.15.0114 - TRT 15ª Região \*

0129300-07.2005.5.15.0128 - TRT 15ª Região \*

0001003-63.2011.5.15.0130 - TRT 15ª Região \*

0054700-08.2007.5.15.0140 - TRT 15ª Região \*\*

0055400-81.2007.5.15.0140 - TRT 15ª Região \*

0056200-12.2007.5.15.0140 - TRT 15ª Região \*\*

RS.  
223

Handwritten marks and signatures on the right side of the page.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9235181**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 14/06/2018, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**TELEFÔNICA BRASIL S.A**, CNPJ: 02.558.157/0001-62, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

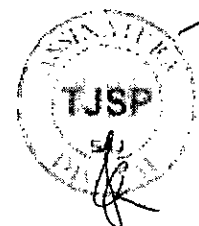
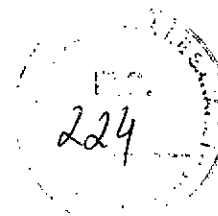
Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 15 de junho de 2018.

**PEDIDO Nº:**

**6800195**



## BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 02.558.157/0001-62

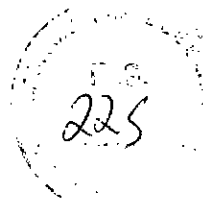
Número de Ordem do Livro: 60

Período Selecionado: 01 de Dezembro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
<b>ATIVO</b>	<b>RS 101.957.504.929,93</b>	<b>RS 102.163.152.625,37</b>
<b>CIRCULANTE:</b>	<b>RS 17.482.265.604,44</b>	<b>RS 16.668.038.832,40</b>
Caixa e equivalentes de caixa	RS 4.675.627.255,38	RS 3.681.173.163,72
Aplicações financeiras	RS 0,00	RS 0,00
Contas a receber, líquidas	RS 8.282.685.546,77	RS 8.413.402.960,30
Estoques	RS 368.150.593,56	RS 324.710.675,58
Dividendos e juros sobre o capital próprio	RS 0,00	RS 323.206.442,85
Tributos a recuperar	RS 2.952.622.107,26	RS 2.386.257.827,57
Depósitos e bloqueios judiciais	RS 302.349.379,66	RS 324.464.909,97
Operações financeiras	RS 68.943.299,22	RS 87.642.758,72
Despesas antecipadas	RS 336.507.756,99	RS 425.297.614,54
Outros ativos	RS 495.379.665,60	RS 701.882.479,15
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>	<b>RS 84.475.239.325,49</b>	<b>RS 85.495.113.792,97</b>
Aplicações financeiras	RS 78.152.877,48	RS 81.472.304,67
Contas a receber, líquidas	RS 200.536.643,44	RS 167.681.827,24
Tributos a recuperar	RS 474.240.067,49	RS 740.104.267,20
Tributos diferidos	RS 0,00	RS 0,00
Depósitos e bloqueios judiciais	RS 5.974.732.665,41	RS 6.155.820.777,42
Instrumentos financeiros derivativos	RS 144.050.486,33	RS 76.762.397,07
Despesas antecipadas	RS 35.340.543,45	RS 21.684.622,32
Outros ativos	RS 53.363.575,34	RS 86.346.618,23
Investimentos	RS 1.407.153.238,43	RS 1.949.274.298,81
Imobilizado, líquido	RS 31.837.549.090,42	RS 33.112.531.302,99
Intangível, líquido	RS (44.270.120.137,70)	RS 43.103.435.377,02
<b>PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>RS 101.957.504.929,93</b>	<b>RS 102.163.152.625,37</b>
<b>CIRCULANTE:</b>	<b>RS 20.280.286.162,81</b>	<b>RS 18.819.861.138,77</b>
Pessoal, encargos e benefícios sociais	RS 746.798.185,89	RS 648.956.522,51
Fornecedores e contas a pagar	RS 7.539.395.358,81	RS 8.560.844.143,54
Impostos, taxas e contribuições	RS 1.698.334.208,08	RS 1.669.740.702,28
Empréstimos e financiamentos	RS 2.542.975.342,07	RS 1.620.955.191,15
Debêntures	RS 2.120.504.025,88	RS 1.412.485.816,96
Instrumentos financeiros derivativos	RS 183.211.474,00	RS 5.107.474,46
Dividendos e juros sobre o capital próprio	RS 2.195.030.973,09	RS 2.396.116.059,89
Provisões	RS 1.183.622.858,15	RS 1.434.910.566,72

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.1 do Visualizador



Página 1 de 2

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

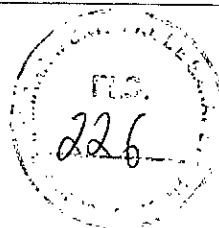
Período da Escrituração: 01/12/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 02.558.157/0001-62

Número de Ordem do Livro: 60

Período Selecionado: 01 de Dezembro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 59.633.011.828,68	R\$ 61.886.869.626,94
Receitas de prestação de serviços	R\$ 56.351.657.413,49	R\$ 58.630.355.141,33
Receitas de vendas de mercadorias	R\$ 3.281.354.415,19	R\$ 3.256.514.485,61
(-) Deduções da Receita Bruta	R\$ (21.007.616.978,25)	R\$ (22.543.141.254,66)
(-) Receitas de prestação de serviços	R\$ (18.922.441.566,81)	R\$ (20.357.454.839,10)
(-) Receitas de vendas de mercadorias	R\$ (2.085.175.411,44)	R\$ (2.185.686.415,56)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ 38.625.394.850,43	R\$ 39.343.728.372,28
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS	R\$ (18.715.016.678,33)	R\$ (19.135.194.585,08)
(-) CSP - Custo dos serviços prestados	R\$ (16.712.133.399,45)	R\$ (17.349.383.907,87)
(-) CMV - Custo das mercadorias vendidas	R\$ (2.002.883.278,88)	R\$ (1.785.810.677,21)
LUCRO BRUTO	R\$ 19.910.378.172,10	R\$ 20.208.533.787,20
(-) RECEITAS OPERACIONAIS (DESPESAS OPERACIONAIS)	R\$ (14.772.983.188,36)	R\$ (15.301.694.458,67)
(-) Despesas comerciais	R\$ (12.005.881.160,29)	R\$ (12.758.951.871,54)
(-) Despesas administrativas	R\$ (2.645.241.008,63)	R\$ (2.334.904.912,97)
Outras receitas operacionais	R\$ 831.142.183,31	R\$ 782.932.100,88
(-) Outras despesas operacionais	R\$ (953.003.202,75)	R\$ (990.769.775,04)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	R\$ 5.137.394.983,74	R\$ 4.906.839.328,53
Resultado Financeiro, líquido	R\$ 2.652.105.677,83	R\$ 1.675.172.278,01
(-) Despesas Financeiras	R\$ (3.933.847.996,91)	R\$ (2.636.114.268,74)
Equivalência patrimonial	R\$ 845.774.983,25	R\$ 1.303.483.745,96
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	R\$ 4.701.427.647,91	R\$ 5.249.381.083,76
(-) Tributos diretos	R\$ (616.185.490,01)	R\$ (640.590.993,14)
RESULTADO DO PERÍODO	R\$ 4.085.242.157,90	R\$ 4.608.790.090,62



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300158814 CNPJ 02.558.157/0001-62

NOME EMPRESARIAL TELEFONICA BRASIL S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Livro Diário

NATUREZA DO LIVRO

LIVRO DIÁRIO GERAL

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

76.DB.43.F2.09.22.6E.B7.94.AB.F7.62.A6.B9.BA.9D.F7.7B.AD.21

PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO

01/01/2017 a 31/01/2017

NÚMERO DO LIVRO

49

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	152404251385536049 440134843299430473 710	25/09/2017 a 24/09/2020	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A	103297895740067389 982384815092713939 096	21/12/2017 a 21/12/2018	Sim
Diretor	86724509572	JOAO ORLANDO LIMA CARNEIRO:86724509572	541510396455301149 1	27/04/2016 a 27/04/2019	Não

NÚMERO DO RECIBO:

76.DB.43.F2.09.22.6E.B7.94.AB.F7.62.  
A6.B9.BA.9D.F7.7B.AD.21-3

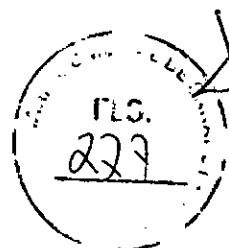
Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 11/05/2018 às 08:38:00

BC.DD.6D.68.1F.5E.43.C5  
2F.06.2B.B5.C5.C0.48.2E

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



Handwritten signature and initials.

## RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

### IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300158814 CNPJ 02.558.157/0001-62  
NOME EMPRESARIAL TELEFONICA BRASIL S.A.

### IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

#### FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Livro Diário

#### NATUREZA DO LIVRO

LIVRO DIÁRIO GERAL

#### IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

B0.8E.26.89.5D.ED.CD.0F.40.DE.E6.4D.00.36.04.49.DA.52.BC.E8

#### PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO

01/03/2017 a 31/03/2017

#### NÚMERO DO LIVRO

51

### ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	152404251385536049 440134843299430473 710	25/09/2017 a 24/09/2020	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A	103297895740067389 982384815092713939 096	21/12/2017 a 21/12/2018	Sim
Diretor	86724509572	JOAO ORLANDO LIMA CARNEIRO:8672450957 2	541510396455301149 1	27/04/2016 a 27/04/2019	Não

### NÚMERO DO RECIBO:

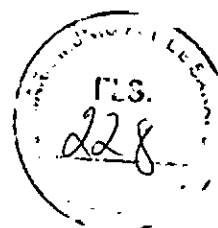
B0.8E.26.89.5D.ED.CD.0F.40.DE.E6.4  
D.00.36.04.49.DA.52.BC.E8-6

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 10/05/2018 às 16:24:02

A4.F5.9D.FC.D0.B0.76.0A  
36.7B.2D.D7.18.7F.4D.F3

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.883/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



Handwritten signature and initials.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 5.0.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300158814	CNPJ 02.558.157/0001-62
NOME EMPRESARIAL TELEFONICA BRASIL S.A.	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/05/2017 a 31/05/2017
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO GERAL	NÚMERO DO LIVRO 53
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 0B.A0.D1.D6.27.E3.D4.F4.88.DA.11.39.76.11.36.1B.14.08.CF.87	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A	103297895740067389 982384815092713939 096	21/12/2017 a 21/12/2018	Sim
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	152404251385536049 440134843299430473 710	25/09/2017 a 24/09/2020	Não
Diretor	86724509572	JOAO ORLANDO LIMA CARNEIRO:8672450957 2	541510396455301149 1	27/04/2016 a 27/04/2019	Não

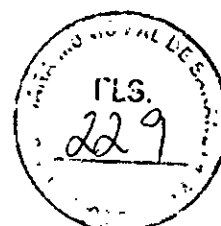
NÚMERO DO RECIBO:

0B.A0.D1.D6.27.E3.D4.F4.88.DA.11.39.  
76.11.36.1B.14.08.CF.87-8

Escrituração recebida via Internet  
 pelo Agente Receptor SERPRO  
 em 11/05/2018 às 09:09:35  
 E7.C9.4F.00.21.87.72.6B  
 4B.37.49.81.2A.24.97.14

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



Handwritten signatures and initials, including a large 'S' and 'J' and a smaller 'P'.



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300158814 CNPJ 02.558.157/0001-62  
NOME EMPRESARIAL TELEFONICA BRASIL S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/07/2017 a 31/07/2017  
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIÁRIO GERAL NÚMERO DO LIVRO 55  
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)  
D2.37.DF.E7.5E.7D.79.27.3F.4C.D7.CC.6E.74.25.FC.36.69.96.B7

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	152404251385536049 440134843299430473 710	25/09/2017 a 24/09/2020	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A	103297895740067389 982384815092713939 096	21/12/2017 a 21/12/2018	Sim
Diretor	86724509572	JOAO ORLANDO LIMA CARNEIRO:8672450957 2	541510396455301149 1	27/04/2016 a 27/04/2019	Não

NÚMERO DO RECIBO:

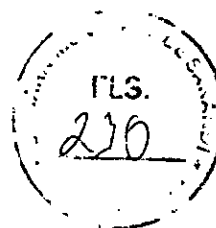
D2.37.DF.E7.5E.7D.79.27.3F.4C.D7.CC  
.6E.74.25.FC.36.69.96.B7-9

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 11/05/2018 às 09:49:12

E6.75.6E.18.BA.EF.71.86  
55.B3.CF.14.C3.6B.38.89

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



Handwritten signature and initials.

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300158814 CNPJ 02.558.157/0001-62  
NOME EMPRESARIAL TELEFONICA BRASIL S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/09/2017 a 30/09/2017  
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIÁRIO GERAL NÚMERO DO LIVRO 57  
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 19.FE.2F.C3.D2.06.D8.CC.7A.61.02.46.DA.B9.92.DA.EB.3F.2F.90

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	152404251385536049 440134843299430473 710	25/09/2017 a 24/09/2020	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A	103297895740067389 982384815092713939 096	21/12/2017 a 21/12/2018	Sim
Diretor	86724509572	JOAO ORLANDO LIMA CARNEIRO:86724509572	541510396455301149 1	27/04/2016 a 27/04/2019	Não

NÚMERO DO RECIBO:

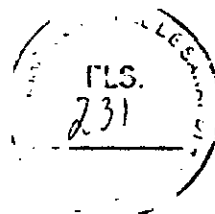
19.FE.2F.C3.D2.06.D8.CC.7A.61.02.46.  
DA.B9.92.DA.EB.3F.2F.90-1

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 11/05/2018 às 10:31:31

73.05.BB.A1.6D.39.EA.D8  
86.A0.5B.FE.A0.AF.4C.D3

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



Handwritten signature and initials.

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300158814 CNPJ 02.558.157/0001-62

NOME EMPRESARIAL  
TELEFONICA BRASIL S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Livro Diário

NATUREZA DO LIVRO

LIVRO DIÁRIO GERAL

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

CD.3C.37.26.F6.17.48.FA.62.4D.9C.5C.50.93.08.4A.33.61.D9.D1

PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO

01/11/2017 a 30/11/2017

NÚMERO DO LIVRO

59

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	152404251385536049 440134843299430473 710	25/09/2017 a 24/09/2020	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A	103297895740067389 982384815092713939 096	21/12/2017 a 21/12/2018	Sim
Diretor	86724509572	JOAO ORLANDO LIMA CARNEIRO:8672450957 2	541510396455301149 1	27/04/2016 a 27/04/2019	Não

NÚMERO DO RECIBO:

CD.3C.37.26.F6.17.48.FA.62.4D.9C.5C.  
50.93.08.4A.33.61.D9.D1-1

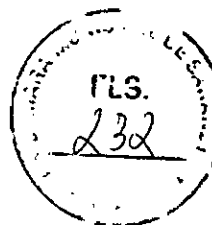
Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 11/05/2018 às 11:17:07

A6.35.20.94.15.A0.09.90  
C1.23.F4.ED.2E.1E.A5.E9

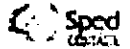
Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



Handwritten signature and initials.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



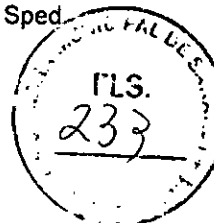
Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.  
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/01/2017 CNPJ: 02.558.157/0001-62  
Número de Ordem do Livro: 49  
Período Selecionado: 25/04/2018 18:07:53

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.  
NIRE 35300158814  
CNPJ 02.558.157/0001-62  
Número de Ordem 49  
Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL  
Município SAO PAULO  
Data do arquivamento dos atos constitutivos 04/06/1998  
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
Data de encerramento do exercício social 31/12/2017  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 17642391

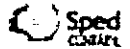
TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.  
Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL  
Número de ordem 49  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 17642391  
Data de inicio 01/01/2017  
Data de término 31/01/2017



*Handwritten signatures and initials*

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



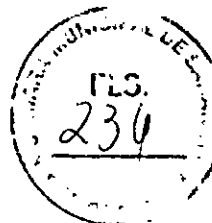
Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.  
Período da Escrituração: 01/03/2017 a 31/03/2017 CNPJ: 02.558.157/0001-62  
Número de Ordem do Livro: 51  
Período Selecionado: 26/04/2018 13:54:06

TERMO DE ABERTURA

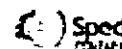
Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.  
NIRE 35300158814  
CNPJ 02.558.157/0001-62  
Número de Ordem 51  
Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL  
Município SAO PAULO  
Data do arquivamento dos atos constitutivos 04/06/1998  
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
Data de encerramento do exercício social 31/12/2017  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 19221215

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.  
Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL  
Número de ordem 51  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 19221215  
Data de início 01/03/2017  
Data de término 31/03/2017



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.  
 Período da Escrituração: 01/05/2017 a 31/05/2017 CNPJ: 02.558.157/0001-62  
 Número de Ordem do Livro: 53  
 Período Selecionado: 26/04/2018 09:34:36

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.

NIRE 35300158814

CNPJ 02.558.157/0001-62

Numero de Ordem 53

Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL

Município SAO PAULO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 04/06/1998

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2017

Quantidade total de linhas do arquivo digital 18965065

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.

Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL

Número de ordem 53

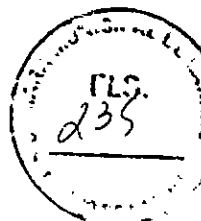
Quantidade total de linhas do arquivo digital 18965065

Data de inicio 01/05/2017

Data de término 31/05/2017

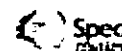
Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.1 do Visualizador



X SL  
 S R

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.  
 Período da Escrituração: 01/07/2017 a 31/07/2017 CNPJ: 02.558.157/0001-62  
 Número de Ordem do Livro: 55

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.  
 NIRE 35300158814  
 CNPJ 02.558.157/0001-62  
 Número de Ordem 55  
 Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL  
 Município SAO PAULO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 04/06/1998

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2017

Quantidade total de linhas do arquivo digital 17370309

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.

Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL

Número de ordem 55

Quantidade total de linhas do arquivo digital 17370309

Data de inicio 01/07/2017

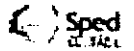
Data de término 31/07/2017

*Handwritten signature*



*Handwritten initials*

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



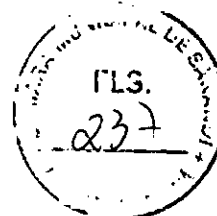
Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.  
Período da Escrituração: 01/09/2017 a 30/09/2017 CNPJ: 02.558.157/0001-62  
Número de Ordem do Livro: 57  
Período Selecionado: 26/04/2018 13:37:05

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.  
NIRE 35300158814  
CNPJ 02.558.157/0001-62  
Número de Ordem 57  
Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL  
Município SAO PAULO  
Data do arquivamento dos atos constitutivos 04/06/1998  
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
Data de encerramento do exercício social 31/12/2017  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 16250393

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.  
Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL  
Número de ordem 57  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 16250393  
Data de inicio 01/09/2017  
Data de término 30/09/2017



*J SC*  
*SR*



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



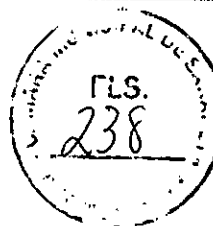
Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.  
 Período da Escrituração: 01/11/2017 a 30/11/2017 CNPJ: 02.558.157/0001-62  
 Número de Ordem do Livro: 59  
 Período Selecionado: 26/04/2018 10:57:03

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.  
 NIRE 35300158814  
 CNPJ 02.558.157/0001-62  
 Número de Ordem 59  
 Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL  
 Município SAO PAULO  
 Data do arquivamento dos atos constitutivos 04/06/1998  
 Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
 Data de encerramento do exercício social 31/12/2017  
 Quantidade total de linhas do arquivo digital 16501188

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial TELEFONICA BRASIL S.A.  
 Natureza do Livro LIVRO DIARIO GERAL  
 Número de ordem 59  
 Quantidade total de linhas do arquivo digital 16501188  
 Data de inicio 01/11/2017  
 Data de término 30/11/2017



*X gl*

*3 gl*



INSTITUTO DE  
PESQUISAS  
TECNOLOGICAS

# Atestado

Atestamos para os devidos fins que a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A., localizada na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, inscrita no CNPJ/MF sob o número 02.558.157/0001-62, mantém com o IPT, no âmbito do contrato CS/CGP PE 011/12-B1 Processo nº 0085/12, prestação de serviços de Telefonia Móvel - STM, através de 12 (doze) chips, instalados em Central Telefônica Digital.

## Condições de Atendimento:

- ✓ Início do Contrato: 09/11/2012
- ✓ Término do Contrato: 10/09/2014
- ✓ Valor Total: R\$ 236.922,75

Declaramos ainda, que até a presente data não existe em nossos registros nada que a desabone.

São Paulo, 29 de agosto de 2014.

*Selma Arruda*  
Selma Arruda Alves de Oliveira  
Coordenadora de Suprimentos  
NRE: 8551

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855  
(Esp. c/a R. Parahyba) - Tel: 3043-0515/0058-5100  
AUTENTICAÇÃO - Autêntico e Presente  
cópia reprográfica extraída, conforme  
original apresentado, do(a)  
S. Paulo.

15º 05 JUL. 2017

COLEÇÃO NOTAS  
PÉRICIAS ROBSON BRASILEIRO  
ESCRITÓRIO DE AUTENTICAÇÃO  
LISTAS

10599BA0109094

ALDO SIMONE  
DO SELO DE  
AUTENTICIDADE

PROTÓCOLO  
Recebido em: 02/09/14  
Nome: *Arruda*  
Empresa / Área: *ST*

FLS.  
239

*GU*  
*JJ*  
*4*  
*b*

MISTO  
FSC  
FSC-C-0378C

Av. prof. Almeida Prado, 533 - Burenã  
São Paulo - SP 13055-901  
Tel: 11 3767 4000 Fax: 11 3767 4002 ipt@ipt.br



Ats SA GPS/0076

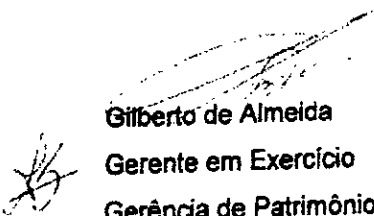
**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

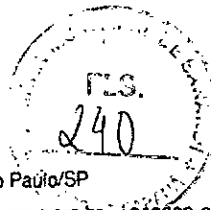
O Serviço Social do Comércio – Sesc –, inscrito no CNPJ nº 03.667.884/0001-20, Inscrição Estadual nº 147.414.850.110, com sede nesta Capital na Avenida Álvaro Ramos, nº 991, atesta, para os devidos fins e a quem possa interessar, que a empresa Telefônica Brasil S.A., inscrita no CNPJ nº 02.558.157/0001-62, com sede na Av. Eng.º Luiz Carlos Berrini, nº 1376 – São Paulo – SP, executa, com boa qualidade técnica e operacional, os serviços alusivos ao objeto do Contrato abaixo relacionado:

- Contrato nº 2944
- Objeto: Serviço de Comunicação de Dados Móvel, por meio de SIM Card com tecnologias 3G e 4G com quantitativo de 289 (duzentos e oitenta e nove);
- Data de assinatura do Contrato: 16/11/2009
- Vigência: de 15/1/2010 a 14/1/2015

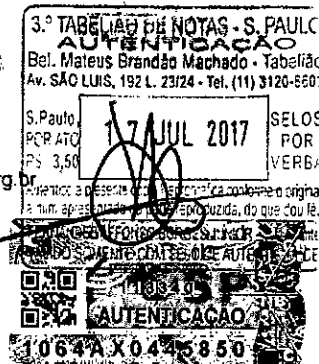
Atestamos ainda, que em nossos arquivos não existem registros de fatos que desabonem sua conduta técnica.

São Paulo, 8 de janeiro de 2014.

  
 Gilberto de Almeida  
 Gerente em Exercício  
 Gerência de Patrimônio e Serviços



Av. Álvaro Ramos, 991 – CEP 03331-000 – São Paulo/SP  
Tel.: + 55 11 2607-8000 – Fax: + 55 11 2607-8080 – sescsp@sescsp.org.br – sescsp.org.br





SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL  
COORDENADORIA DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, Companhia Aberta, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 1376, Bairro Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04.571-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.558.157/0001-62, NIRE nº. 35.3.001.5881-4, sucessora por incorporação de VIVO S/A, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob o nº 02.449.992/0001-64, com filial na Avenida Afonso Pena, nº 2386, Centro, Campo Grande/MS, CEP: 79002-074, executa para a SEJUSP - Secretaria de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ: 03.015.475/0001-40, estabelecida no Parque dos Poderes, bloco 06, SN - CEP.: 79.031-902 - Campo Grande/MS, o(s) serviço(s) cotado(s), abaixo especificado(s), no período de 09/11/2010 até a presente data:

- 1851 acessos, sendo 450 acessos dados e 1401 acessos de VOZ/SMARTPHONES.

Atestamos ainda, que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações contratuais assumidas.

Campo Grande, 29 de Julho de 2013

**Rosângela Costa Carneiro**  
Coordenador de Informática e Tecnologia - SEJUSP/MS

PARQUE DOS PODERES BLOCO 06 - CEP 79031-902 - CAMPO GRANDE-MS FONE 318-0713

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1833  
(Ex-ant. Funman) - Tel. 2042-0515/30815100  
AUTENTICAÇÃO - Autêntico a Presença  
cópia reprográfica extraída, conforme  
original apresentado, dou fe.  
S. Paulo

08 JUN 2013

159

Jackson Santa Rosa  
ESCREVENTE  
CUSTAS CONTRIB. P.V.E.

Sigilo Notarial  
do Brasil

20987759

46

241



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaramos para os devidos fins, que a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, sediada na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.376 – Cidade Monções – São Paulo - SP, inscrita no CNPJ nº 02.558.157/0001-62, presta serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), de comunicação de voz e dados conforme a tabela abaixo, à SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DO ESTADO DA BAHIA – SEINFRA, inscrita no CNPJ sob o nº 02931604/0001-87, sediada na 4ª Avenida, Quadra 440, Centro Administrativo da Bahia-CAB, CEP 41.750-300, conforme o Pregão nº 002/2016, Processo Administrativo nº 0900150062650, Homologado em 20/12/2016 e com término previsto para 20/12/2021.

Resumo da Contratação:

**TABELA 2 – QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL**

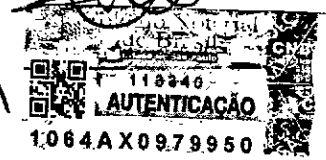
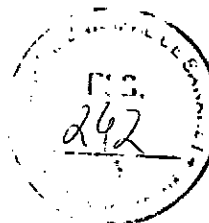
Serviço	Item de Cobrança	Unidade	Perfil A	Perfil B	Perfil C	Qtde.
			Qtde.	Qtde.	Qtde.	
SMP	Assinatura Mensal Serviço Móvel	Unidade	200	2.700	2.900	5.800
	Assinatura Mensal Intra-Grupo Local	Unidade	200	2.700	2.900	5.800
	Gestão	Unidade	200	2.700	2.900	5.800
MÓVEL - MÓVEL	VC1 para a mesma Operadora	Minutos	164.000	173.000	185.000	522.000
	VC1 para outra Operadora	Minutos	60.000	75.000	37.000	172.000
	VC2 para mesma operadora	Minutos	25.000	18.000	5.000	48.000
	VC2 para outra operadora	Minutos	14.000	13.000	5.000	32.000
	VC3 para mesma operadora	Minutos	5.000	4.000	1.000	10.000
	VC3 para outra operadora	Minutos	5.800	4.400	500	10.700
MÓVEL - FIXO	SMS	Evento	2.600	2.650	100	5.350
	VC1 para Fixo	Minutos	30.000	30.000	10.000	70.000
	VC2 móvel para fixo	Minutos	6.200	3.200	2.000	11.400
DADOS	VC3 móvel para fixo	Minutos	2.900	1.800	200	4.900
	Assinatura mensal pacote de Dados (10GB)	Unidade	200	2.700	-	2.900
	Assinatura mensal pacote de Dados (5GB)	Unidade	-	-	2.900	2.900
	Assinatura mensal Plano de Internet para Modem (10GB)	Unidade	1.300	2.230	-	3.530
	Assinatura mensal plano de Internet para Tablet (10GB)	Unidade	70	-	-	70

Informamos ainda que os serviços foram/estão sendo executados dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados, nada havendo que desabone sua conduta.

Salvador, 15 de maio de 2018

  
**Manoel do Carmo F. Matos**  
Superintendência de Energia e Comunicações  
Diretoria de Comunicações  
Coordenador de Voz e Serviços Associados  
(071) 3115-2234  
[manoel.matos@infra.ba.gov.br](mailto:manoel.matos@infra.ba.gov.br)

MANOEL DO CARMO F. MATOS  
COORD. DE VOZ E SERVIÇOS ASSOCIADOS  
CAD. 24.542.937-8  
SEINFRA



*Handwritten initials and marks*



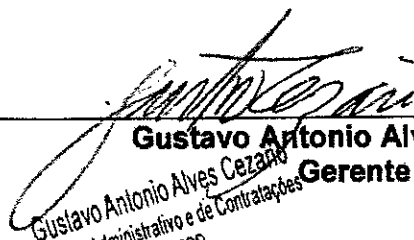
### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a **TELEFONICA BRASIL S/A**, com sede à Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.376 Cidade Monções - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ Nº 02.558.157/0001-62, vem prestando Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), e Encaminhamento de Ligações de Longa Distância, para **AGENCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SP**, CNPJ 02.538.438./0001-53, sito à Avenida Paulista, 2313 – São Paulo – SP, conforme descrito abaixo:

- Número de contrato: ARSESP 052/01/2013
- Período contratual: 15+15+15+15 = 60 meses
- Quantidade de aparelhos em Comodato: 41
- Quantidade de minutos VC1: 5.800
- Quantidade de minutos VC2: 600
- Quantidade de minutos VC3: 600
- Pacotes de dados 3G/4G: 41, com 3GB de Capacidade
- Quantidade de Modem 3G/4G em Comodato: 12
- Pacotes de dados modem 3G/4G: 12, com 3GB de Capacidade

Atestamos ainda que, quanto à qualidade e prazo convencionados, apresentam-se satisfatórios, demonstrando assim que a referida empresa dispõe de capacidade técnica necessária, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Paulo, 23 de Janeiro de 2018

  
 Gustavo Antonio Alves Cezario  
 Gerente Administrativo e de Contratações  
 ARSESP

Gerência Administrativa e de Contratações  
 Endereço: Avenida Paulista, 2313 – 1º ao 4º andares – Consolação  
 São Paulo/SP CEP 01311-300  
 Telefone de Contato: (11) 3293-5130

X

3.º TABELIÃO DE NOTAS - S. PAULO  
**AUTENTICAÇÃO**  
 Bel. Mateus Brandão Machado - Tabelião  
 Av. SÃO LUIS, 192 L. 23724 - Tel. (11) 3120-8800

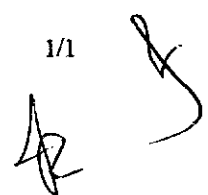
8895780X799  
 64AX0845688

13 MAR 2018

SELOS POR VERBA

WANDERSON FRANCISCO BORGES JUNIOR - Escrevente  
 AUTENTICADO COM SELO DE AUTENTICIDADE

123  
 243





ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA  
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E PROJETOS  
GERÊNCIA DE SERVIÇOS

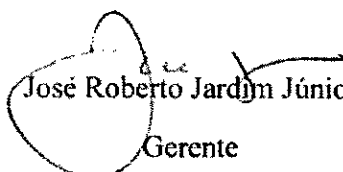
Goiânia, 10 de agosto de 2017

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa Telefônica Brasil S/A., inscrita no CNPJ sob nº 02.558.157/0001-62, sediada à Av. Engº Luiz Carlos Berrini, 1376 – Cidade Monções – São Paulo - SP, CEP 04571-936, presta Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), de comunicação de voz e dados conforme tabela abaixo, à Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.655/0001-80, sediada na Avenida Vereador José Monteiro, nº 2233, Complexo Fazendário Meia Ponte, Setor Negrão de Lima, Goiânia - GO, conforme Processo Administrativo 201600004026006, Contrato nº 011/2016, assinado em 14/06/2016 com término em previsto para 14/06/2018.

Descrição	Quantidade
Assinatura Mensal	530
Intragrupo Nacional	150
Gestão Via WEB	300
Minutos VC1 Móvel - Fixo	19.500
Minutos VC1 Móvel - Móvel (Mesma Operadora)	27.000
Minutos VC1 Móvel - Móvel (Outras Operadoras)	85.000
Minutos VC2 Móvel - Fixo	500
Minutos VC2 Móvel - Móvel (Mesma Operadora)	750
Minutos VC2 Móvel - Móvel (Outras Operadoras)	1.250
Minutos VC3 Móvel - Fixo	250
Minutos VC3 Móvel - Móvel (Mesma Operadora)	350
Minutos VC3 Móvel - Móvel (Outras Operadoras)	750
Caixa Postal	4.000
SMS	200
Pacote de Dados - 4GB	380
Pacote de Dados - 512MB	20

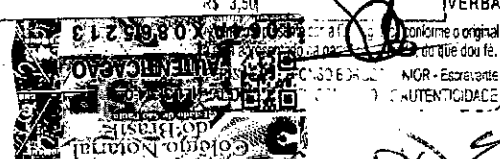
Informamos ainda que os serviços foram/estão sendo executados dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados, nada havendo que desabone sua conduta.

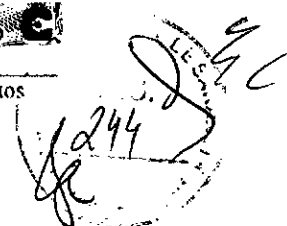
  
José Roberto Jardim Júnior  
Gerente

3.º TABELÃO DE NOTAS - S. PAULO  
CENTRO DE AUTENTICAÇÃO  
Bel. Mateus Brandão Machado - Tabelação  
Av. Eng.º Luiz Carlos Berrini, nº 1.376 - L. 23/24 - Tel. (11) 3120-6600

S. Paulo, 29 MAR 2018  
POR ATC R\$ 3,50  
SELOS POR VERBA

conforme o original  
do que dou fé.  
NOR - Escrivante  
AUTENTICIDADE



  
244

SANTOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DSANTOS**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

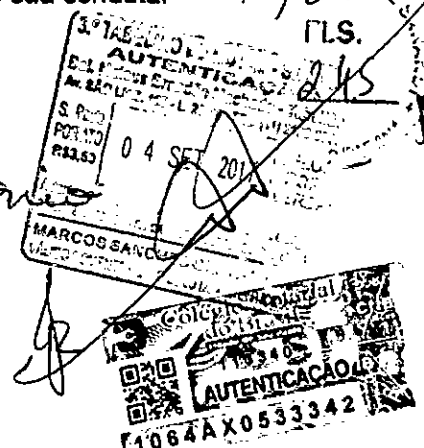
Atestamos para os devidos fins, que a empresa Telefônica Brasil S.A., inscrita no CNPJ sob nº 02.558.157/0001-62, sediada à Av. Eng.º Luiz Carlos Berrini, 1376 – Cidade Monções – São Paulo / SP, CEP 04571-936, presta serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) de comunicação de voz e dados com o fornecimento de aparelhos e modems em comodato e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) conforme tabela abaixo a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, inscrita no CNPJ sob nº 58.200.015/0001-83, sediada à Pça. Mauá, s/nº -Santos - SP, conforme o Pregão nº 13.056/2010, Processo administrativo nº 111.065/2009-73, contrato nº 341/2012, assinado em 31/07/2012 com termino em /previsto para 31/07/2016.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE / R\$
ASSINATURA	997 linhas
Tarifa Zero local (VC1) / Ilimitado	ILIMITADO
GESTÃO VIA WEB	997 linhas
MINUTOS VC1 MOVEL - FIXO	200.000 minutos
MINUTOS VC1 P/MESMA OPERADORA	
MINUTOS VC1 P/OUTRA OPERADORA	
MINUTOS EXCEDENTES PARA LIGAÇÕES VC1	150.000 minutos
MINUTOS VC2 P/MESMA OPERADORA	R\$ 19.050,00
MINUTOS VC2 P/OUTRA OPERADORA	
MINUTOS VC3 MOVEL - FIXO	
MINUTOS VC2 MOVEL - FIXO	
MINUTOS VC3 P/MESMA OPERADORA	
MINUTOS VC3 P/OUTRA OPERADORA	
PACOTE DADOS 4GB - SMARTPHONE 10MB	16 linhas
PACOTE DADOS 3GB - MODEM	32 linhas
PACOTE DADOS 300Mb - SMARTPHONE	16 linhas

Informamos ainda que os serviços foram/estão sendo executados dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados, nada havendo que desabone sua conduta.

Santos, 21 de outubro de 2015

*Sandra Cristina Antonio*  
ENG.ª SANDRA CRISTINA ANTONIO  
COORDENADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS





ANEXO VI  
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E INEXISTÊNCIA DE FATO  
SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

À CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI-PR

PREGÃO PRESENCIAL 005/2018

A empresa Telefônica Brasil S/A, inscrita no CNPJ sob nº 02 558 157 0001-62, estabelecida na Av. Luiz Carlos Berrini, 1376 – Cidade Monções, CEP 04571-936 – São Paulo, através de seu representante legal, o Sr. Luis Fernando Borro portador da Cédula de Identidade nº 12.396.000-9 SSP/SP e CPF nº 117.274.288-03, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data NÃO EXISTE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO, BEM COMO NÃO SE ENCONTRA EM ESTADO DE INIDONEIDADE DECLARADO, OU SUSPENSA, POR NENHUM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU DO DISTRITO FEDERAL, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Sarandi (Pr), 02 de julho de 2018

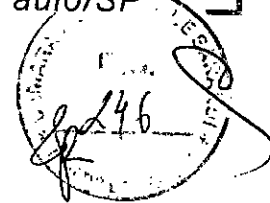


Luis Fernando Borro  
GERENTE DE NEGÓCIOS  
RG 12.396.000-9 SSP/SP  
CPF: 117.274.288-03  
PROCURADOR  
Telefone: Cel + 55 44 99185-2544

02.558.157/0001-62  
TELEFONICA BRASIL S/A  
Av. Engº Luiz Carlos Berrini 1376  
Cidade Monções-CEP:04571-936  
São Paulo/SP

Telefônica Brasil S/A  
CNPJ/MF: 02.558.157/0001-62  
Inscrição Estadual: 108.383.949.112

End. Correspondência: Av. Dr. Chucrí Zaidan, 860, 3º andar - Lado A – CEP 04583-110 – Itaim Bibi – São Paulo/SP.  
End. Sede: Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1376, 16º andar – CEP 04571-000 – Cidade Monções – São Paulo/SP.



ANEXO VII  
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENORES

À CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI-PR  
PREGÃO PRESENCIAL 005/2018

A empresa Telefônica Brasil S/A, inscrita no CNPJ sob nº 02 558 157 0001-62, estabelecida na Av. Luiz Carlos Berrini, 1376 – Cidade Monções, CEP 04571-936 – São Paulo, através de seu representante legal, o Sr. Luis Fernando Borro portador da Cédula de Identidade nº 12.396.000-9 SSP/SP e CPF nº 117.274.288-03, DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo sob a condição de menor aprendiz, a partir de quatorze anos.

Sarandi (Pr), 02 de julho de 2018

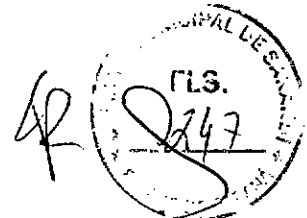


Luis Fernando Borro  
GERENTE DE NEGÓCIOS  
RG 12.396.000-9 SSP/SP  
CPF: 117.274.288-03  
PROCURADOR  
Telefone: Cel + 55 44 99185-2544

02.558.157/0001-62  
TELEFONICA BRASIL S/A  
Av. Engº Luiz Carlos Berrini 1376  
Cidade Monções-CEP:04571-936  
São Paulo/SP

Telefônica Brasil S/A  
CNPJ/MF: 02.558.157/0001-62  
Inscrição Estadual: 108.383.949.112

End. Correspondência: Av. Dr. Chucri Zaidan, 860, 3º andar - Lado A - CEP 04583-110 - Itaim Bibi - São Paulo/SP.  
End. Sede: Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1376, 16º andar - CEP 04571-000 - Cidade Monções - São Paulo/SP.



## ANEXO X


## DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES DO EDITAL


À CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI-PR  
PREGÃO PRESENCIAL 005/2018

A empresa Telefônica Brasil S/A, inscrita no CNPJ sob nº 02 558 157 0001-62, estabelecida na Av. Luiz Carlos Berrini, 1376 – Cidade Monções, CEP 04571-936 – São Paulo, inscrição estadual nº **108.383.949.112**, neste ato representado por seu representante legal o Sr. Luis Fernando Borro, brasileiro, divorciado, administrador, endereço Avenida João Paulino Vieira Filho, 771 – Centro 87.020-015 | Maringá – Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 12.396.000-9 SSP/SP e CPF nº 117.274.288-03, através da presente declaração, declara para os devidos fins de que recebeu os documentos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, incluindo compatibilidade com equipamentos, rede, softwares operacionais e estrutura lógica existente.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Sarandi (Pr), 02 de julho de 2018

  
Luis Fernando Borro  
GERENTE DE NEGÓCIOS  
RG 12.396.000-9 SSP/SP  
CPF: 117.274.288-03  
PROCURADOR  
Telefone: Cel + 55 44 99185-2544

  
02.558.157/0001-62  
TELEFONICA BRASIL S/A  
Av. Engº Luiz Carlos Berrini 1376  
Cidade Monções-CEP:04571-936  
São Paulo/SP

Telefonica Brasil S/A  
CNPJ/MF. 02.558.157/0001-62  
Inscrição Estadual: 108.383.949.112

End. Correspondência: Av. Dr. Chucri Zaidan, 860, 3º andar - Lado A – CEP 04583-110 – Itaim Bibi - São Paulo/SP.  
End. Sede: Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1376, 16º andar – CEP 04571-000 – Cidade Monções - São Paulo/SP.




## ANEXO VIII

## DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO - ART. 78 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

À CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
PREGÃO PRESENCIAL 005/2018

A empresa Telefônica Brasil S/A, inscrita no CNPJ sob nº 02 558 157 0001-62, estabelecida na Av. Luiz Carlos Berrini, 1376 – Cidade Monções, CEP 04571-936 – São Paulo, através de seu representante legal, o Sr. Luis Fernando Borro portador da Cédula de Identidade nº 12.396.000-9 SSP/SP e CPF nº 117.274.288-03, DECLARA, especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 005/2018-CMS – que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante como: Prefeito, Vice Prefeito, Secretários, Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer um deles por matrimônio, subsistindo a proibição até seis (6) meses após findas as respectivas funções. Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

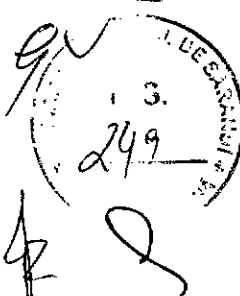
Sarandi (Pr), 02 de julho de 2018

  
Luis Fernando Borro  
GERENTE DE NEGÓCIOS  
RG 12.396.000-9 SSP/SP  
CPF: 117.274.288-03  
PROCURADOR  
Telefone: Cel + 55 44 99185-2544

↓  
02.558.157/0001-62  
TELEFONICA BRASIL S/A  
Av. Engº Luiz Carlos Berrini 1376  
Cidade Monções-CEP:04571-936  
São Paulo/SP

Telefônica Brasil S/A  
CNPJ/MF: 02.558.157/0001-62  
Inscrição Estadual: 108.383.949.112

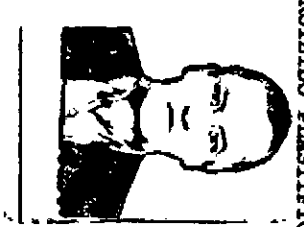
End. Correspondência: Av. Dr. Chucri Zaidan, 860, 3º andar - Lado A – CEP 04583-110 – Itaim Bibi - São Paulo/SP.  
End. Sede: Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1376, 16º andar – CEP 04571-000 – Cidade Monções - São Paulo/SP.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

9999-4

PROIBIDO PLASTIFICAR



*Eduardo*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 52.558.558-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/JAN/2008

NOME EDUARDO NAVARRO DE CARVALHO

FILIAÇÃO JOÃO BOSCO CARVALHO

E RITA DE CÁSSIA NAVARRO CARVALHO

NATURALIDADE BELO HORIZONTE -MG DATA DE NASCIMENTO 30/JAN/1963

DOC ORIGEM BELO HORIZONTE-MG

TERCEIRO SUBDISTRITO

CN: LV.A166/FLS.267 /N.153626

CPF 531710556/00

*de Carvalho*

Divisório

116308

AUTENTICAÇÃO

1028AR0257932

FOR AUTENTICAÇÃO

*J*

*250*

*J*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



poleg. Direito

*BPPD*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1053328066 DATA DE CAPTAÇÃO 26/04/2012

NOME **BREÑO RÓDRIGO PACHECO DE OLIVEIRA**

FILIAÇÃO ELOY SILVA DE OLIVEIRA  
MOREIRA REGINA P DE OLIVEIRA  
NACIONALIDADE SÃO LEOPOLDO RS

DATA DE NASCIMENTO 20/07/1975

DOC. CIVIL C CAS MONTENEGRO RS  
MATRÍCULA: 097188 01 55 1998 2 00014 104 0006476 31

CPF 711.936.930-04

PERMANENTE, RS  
2 VIA

*Carl Eduardo Falcão Junior*  
ASSINATURA DO TITULAR

100945 / 100945

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

15  
AUTENTICAÇÃO  
115303  
1028A R0257843

36  
28

115303  
1028A R0257843

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria de Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome BRENO RÓDRIGO PACHECO DE OLIVEIRA

Nº de Inscrição 711936930-04

Data de Nascimento 20/07/79

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emiteo em: 09/01/84

Nome BRENO RÓDRIGO PACHECO DE OLIVEIRA

CPF 711.936.930-04

15  
AUTENTICAÇÃO  
115303  
1028A R0257843

Luiz  
de Oliveira  
de Oliveira

FOR AUTENTICAÇÃO



**Prefeitura do Município de São Paulo**

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

**FDC - Ficha de dados cadastrais**

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 02.558.157/0001-62

C.C.M: 2.871.449-0

Contribuinte : TELEFONICA BRASIL S.A.  
Pessoa Jurídica : Comum  
Tipo de unidade : Produtiva  
Endereço : AV ENG LUIZ CARLOS BERRINI 01376 REMANESCENTE  
Bairro : TORRE B  
CEP : 04571-000  
Telefone : Não Consta  
Início de Funcionamento : 01/01/1995  
Data de Inscrição : 10/02/2000  
CCM Centralizador : Não consta  
Tipo de Endereço : Comercial  
Nro. do Contribuinte de IPTU : 085.641.2218-9  
Última Atualização Cadastral : 19/06/2017

**CNAE**

Código	Descrição	Tipo	Data Início
6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	Principal	01/12/2016
6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	Secundário	01/12/2016

**Código(s) de tributo(s)**

Código	Data de Início	Tributo	Alíquota do Imposto	Qtd. Anúncios
31909	01/12/2016	TFE	-	



J SC

RP





**Consulta Cadastral**

**Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp**

Inicio      Local      Atividade      Classificação      Situação      Inscrição      Produtos Eletrônicos      Encerramento

Imprimir      Voltar

IE: 108.383.949-112  
 CNPJ: 02.558.157/0001-62  
 Nome Empresarial: TELEFONICA BRASIL S A

Situação: Ativo  
 Data da Inscrição no Estado: 05/08/1970  
 Regime Estadual: RFA

**Empresa - Geral**

Nome Empresarial: TELEFONICA BRASIL S A  
 Natureza Jurídica: Sociedade Anônima Aberta  
 Data Início da Atividade: 05/08/1970  
 CNPJ da Matriz: 02.558.157/0001-62

Porte: Demais  
 Capital Social: R\$ 63.571.415.965,09  
 Regime Estadual: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO

Data início do regime: 01/07/2000

Regime Especial de IE Única: Sim

Regime Especial de IE Única por Município: Não

**Participantes**

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Participação no Cap. Social	Data de Entrada
711.936.930-04	BRENO RODRIGO PACHECO DE OLIVEIRA	Diretor		04/07/2011

**Endereço do Participante**

Logradouro: AVENIDA AYRTON SILVA  
 Nº: 2200  
 CEP: 22.775-003  
 Município: RIO DE JANEIRO

Complemento: ANDAR 2  
 Bairro: BARRA DA TIJUCA  
 UF: RJ

**Contato do Participante**

Telefone: (11)3150-3035  
 e-mail:

Fax:

238.558.708-45

DAVID MELCON SANCHEZ FRIERA

Diretor

27/04/2016

**Endereço do Participante**

Logradouro: AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376  
 Nº: 1376  
 CEP: 04.571-936  
 Município: SAO PAULO

Complemento: ANDAR 12  
 Bairro: CIDADE VOACÕES  
 UF: SP

**Contato do Participante**

Telefone: (11)3430-0000  
 e-mail: TELEFONICA@TELEFONICA.COM

Fax:

531.710.556-00

EDUARDO NAVARRO DE CARVALHO

Presidente

01/12/2016

**Endereço do Participante**

Logradouro: AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI,  
 Nº: 1376  
 CEP: 04.571-000  
 Município: SAO PAULO

Complemento: ANDAR 32  
 Bairro: CIDADE VOACÕES  
 UF: SP

**Contato do Participante**

Telefone: (11)3430-0000  
 e-mail:

Fax:

**Sucessão**

**Empresas Sucidadas**

Data da Ocorrência	Ocorrência	CNPJ da Sucidida
28/04/2005		04.027.547/3936-51
17/10/2008	Incorporação	03.056.714/0001-00
30/12/2009		03.498.897/0001-13
03/10/2011	Incorporação	02.558.074/0001-73
01/07/2013	Incorporação	05.069.728/0001-93
09/04/2016	Incorporação	03.420.925/0001-24

11/05/2018

Consulta Completa - Impressão

Logradouro: AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI

Nº: 1376

CEP: 04.571-936

Município: SAO PAULO

Referência: PROXIMO A RUA FLORIDA

Complemento:

Bairro: CIDADE MONCOES

UF: SP

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Versão: 3.50.0

FEZ.  
254  
J  
m

MARINELE FEITOSA GUIMARAES PAVAO  
Apoio Técnico da Secretaria da Primeira Instância do  
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
atendendo a solicitação de

TEL: FÔNICA BRASIL S/A  
GNP: 02.553.157/0001-32

**CERTIFICA** para fins de Citação Pública que as certidões de distribuição cível da Comarca de São Paulo são expedidas unicamente pelo Serviço de Cartório Estadual - SCFCV, nos termos da Portaria nº 5.014/2016, de 10/02/2016, que dispõe sobre a organização do Serviço Técnico de Informações Cíveis da Comarca de São Paulo, em face da unificação dos Cartórios de Distribuição Cível. **CERTIFICA** que são considerados em geral para a expedição de certidões todos os feitos em andamento cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas, Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo, nos termos do Comunicado SPI nº 23/2016. **CERTIFICA FINALMENTE** que, desde 05/05/2016, as certidões de distribuição cível solicitadas pela internet e presencialmente, passaram a ter assinatura digital, nos termos do Comunicado SPI nº 23/2016. **NADA MAIS.** O referido é verdade e certifica-se.

Prazo de validade desta certidão: 90 dias

São Paulo, 07 de junho de 2018.

Eu, \_\_\_\_\_ (OGIMAR PATRÍCIO DA LUZ) Escrevente digital;  
Eu, \_\_\_\_\_ (SELMA APARECIDA PIMENTEL, Chefe de Seção Judiciária,  
Conferi;  
Eu, \_\_\_\_\_ (MARINELE FEITOSA GUIMARAES PAVAO) Diretora de Apoio  
Técnico da Secretaria da Primeira Instância - SPI 3, suscrevi.

Esta certidão é sem custas.



**PREPOSTO - ITEM 4.2.11**

PREGÃO PRESENCIAL 005/2018-CMS

A empresa Telefônica Brasil S/A, inscrita no CNPJ sob nº 02 558 157 0001-62, estabelecida na Av. Luiz Carlos Berrini, 1376 – Cidade Monções, CEP 04571-936 – São Paulo, através de seu representante legal, o Sr. Luis Fernando Borro portador da Cédula de Identidade nº 12.396.000-9 SSP/SP e CPF nº 117.274.288-03, vem indicar como preposto...

Luis Fernando Borro / RG 12.396.000-9 SSP/SP / CPF: 117.274.288-03

Endereço: Avenida João Paulino Vieira Filho, 771 – Centro CEP: 87.020-015 | Maringá - Paraná

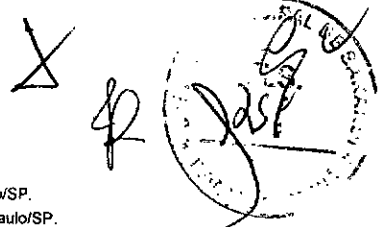
TELEFONE: 44 99185-2544- E-MAIL: [luis.borro@telefonica.com](mailto:luis.borro@telefonica.com)**Sarandi (Pr), 02 de julho de 2018**

Luis Fernando Borro  
GERENTE DE NEGÓCIOS  
RG 12.396.000-9 SSP/SP  
CPF: 117.274.288-03  
PROCURADOR  
Telefone: Cel + 55 44 99185-2544

02.558.157/0001-62  
TELEFONICA BRASIL S/A  
Av. Engº Luiz Carlos Berrini 1376  
Cidade Monções-CEP:04571-936  
São Paulo/SP

Telefônica Brasil S/A  
CNPJ/MF: 02.558.157/0001-62  
Inscrição Estadual: 108.383.949.112

End. Correspondência: Av. Dr. Chucri Zaidan, 860, 3º andar - Lado A – CEP 04583-110 – Itaim Bibi - São Paulo/SP.  
End. Sede: Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1376, 16º andar – CEP 04571-000 – Cidade Monções - São Paulo/SP.





continuação

# Telefônica

## Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.658.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015861-4

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mantendo a liderança absoluta no *market share* pós-pago, a Companhia apresentou em 2017 mais quatro novidades para os planos Vivo Família: bônus de Internet para uso exclusivo em aplicativos de vídeo e música (Spotify, YouTube, Vivo Música, Netflix e NBA), acesso a aplicativos essenciais sem consumir dados do plano (Cabby, Easy Taxi, Incluir de serviços digitais como Studio+ (entertainment), Vivo Sync e Vivo Família Drive (segurança), Vivo Educa (educação) e Vivo PlayKids (Infant), Por fim, alguns planos elegíveis do Vivo Família permitem que os clientes recebam sete diários do Vivo Travel e mais 100 minutos de ligações longa distância enquanto estiverem em viagens ao exterior. A comunicação para os planos Família recebeu enfoque nas novas composições familiares sob o mote: "Viver menos do mesmo".

A tecnologia 4G liberada pela Vivo manteve sua reconhecida qualidade em 2017 e ainda houve forte expansão da cobertura, com o alcance de mais de 2.300 municípios. A empresa continuou na liderança do *market share* da Internet móvel. Em alinhamento com a estratégia de transformação digital, foi anunciado em dezembro a cobertura de todos os capitais brasileiros com o 4G+ (LTE-Advanced), totalizando 118 municípios. O serviço de voz sobre LTE (VoLTE) foi ainda ativado em Rio Verde/GO e Brasília/DF, permitindo o uso de voz em redes 4G de telefonia móvel.

A frente móvel também contou com uma série de ações e iniciativas visando contribuir com a ampliação da diferenciação, em linha com a estratégia "mais por mais", dentre as quais destacamos: parceria com a Moville (aplicativo de educação com mais de 50 cursos em vídeo), NBA (distribuição de conteúdo pelo celular com jogos ao vivo e com realidade virtual), aplicativo Vivo Recado Premium (transcrição automática de voz para texto postal para texto), GoRead (revistas digitais em parceria com o Grupo Abril), aplicativo Vivo Meditação (guiado pelo monge Satyananda), Vivo Transfer (aplicativo gratuito para o usuário transferir dados de um celular para outro), e outras ações destacadas foram: "test drive" do smartphone LG G6 nas lojas físicas da Vivo e uma parceria estratégica com a loja Pápe para comercialização de iPhones com planos Pós-pagos e Controle.

Por fim, o negócio fixo, o ano de 2017 foi marcado pela expansão robusta da banda larga, compensando parcialmente a tendência de maturação na voz. A forte atividade comercial e a melhoria no mix de acessos de banda larga e TV por assinatura impulsionaram novamente a receita média por usuário (ARPU da sigla em inglês).

O ano finalizou com a expansão da rede de fibra óptica em mais 15 municípios. Segundo dados da ANATEL, a Telefônica Brasil registrou 1,3 milhão de acessos de banda larga via fibra (FTTH), crescimento da 45% em relação ao ano anterior. No Estado de São Paulo, superamos a concorrência em número de adesões líquidas através de fibra com mais de 300 mil novos acessos no ano. No âmbito nacional, a Companhia registrou um desempenho expressivo em termos de crescimento dos acessos com velocidades acima de 34Mbps. Apresentamos uma elevação de 29% no comparativo anual refletindo os esforços da Companhia direcionados ao aumento da base e à migração de clientes para velocidades mais altas. Destacou-se também o efeito no crescimento da velocidade média dos acessos dos clientes residenciais, que aumentou 22% neste mesmo período.

Com a campanha publicitária "Viver menos do mesmo" a Companhia marcou a evolução do posicionamento "Viva Tudo", convidando as pessoas a experimentar as novas possibilidades com as três velocidades de Vivo Fibra (de 50Mbps a 300Mbps). A empresa também expandiu o serviço de TV por fibra óptica (IPTV) em mais 3 estados: Curitiba, Rio de Janeiro e Ribeirão Preto. A oferta de referência para o segmento de jogos online, a empresa apresentou 14 lançamentos em 2017: lançamento do Vivo Games4U, serviço que reúne o melhor do mundo dos jogos e mais de 300 jogos. Anunciou o patrocínio da equipe de eSports, Vivo Key, e, por fim, a nova temporada do documentário Game Changers.

As ações de convergência permaneceram ativas durante o ano com campanhas comerciais divulgando ofertas de banda larga fixa com minutos em ligações no serviço móvel e bônus de dados para internet móvel. Num ano marcado pela transformação digital, as iniciativas de melhoria contínua da experiência do cliente se fizeram notar pelos avanços significativos no atendimento digital. O volume de atendimentos virtuais registrou nos últimos meses do ano mais de 1 milhão de atendimentos por mais canais de site web e móvel, aplicativo Vivo Vivo, Facebook Messenger, entre outros canais digitais. As interações digitais demonstraram o engajamento da Companhia em sua estratégia de promover mais qualidade com diferenciação e melhoria contínua.

**Nossa Marca**  
No ano de 2017, a marca Vivo evoluiu o posicionamento "Viva Tudo", trazendo um novo olhar sobre a tecnologia, por meio de uma opinião de marca mais contida. Com o conceito "Menos do Mesmo", convidamos nossos clientes a saírem de suas bolhas ideológicas e refletirem sobre novas possibilidades abertas pela conexão. Incentivamos as pessoas a viverem menos os padrões e conceitos pré-estabelecidos e se abrirem para o novo. Desta maneira, a marca buscou estar mais próxima das pessoas, participando das discussões que tem pausado nossa sociedade, como estereótipos de gênero, idade ou composição familiar. Mais uma vez, o ano foi marcado por uma série de reconhecimento e prêmios que demonstram a força e solidez da nossa marca. A Vivo continua a figurar entre as marcas mais valiosas do Brasil, mantendo a 6ª posição do ranking de construção Interbrand, com valor estimado em R\$2,356 bilhões, e pelo décimo ano consecutivo, foi eleita pela renomada pesquisa do jornal Folha de São Paulo como a marca Top of Mind nas categorias telefonia celular e banda larga.

O nosso compromisso com os clientes também foi reconhecido. A Vivo foi eleita a marca que mais ouzou a consumidor pela revista Consumidor Moderno nas categorias "operadora de telefonia fixa" e "operadora de telefonia móvel" e, segundo a Revista Seleções em parceria com o Datafolha, foi eleita pela 14ª vez a operadora de telefonia mais confiável do Brasil, com 5 pontos de mais em comparação a 2016. A empresa também foi destaque nos principais rankings de mercado. A Telefônica Brasil foi reconhecida como a melhor empresa de TI Telecom no usuário Vivo: 1000, promovida pelo jornal Valor Econômico, e liderou o ranking "As Melhores da Diretoria 2017" na categoria Responsabilidade Social. Foi terceiro ano consecutivo, conquistamos o primeiro lugar da categoria Telecom na pesquisa Estado Empresas Mais. Também fomos homenageados pelo Prêmio Empresas Notáveis de 2017, desenvolvido pelo Grupo Pápe/Consumidor Moderno, na categoria "Convergência Mídia". A TDAl, subsidiária de tecnologia da Telefônica Brasil, conquistou o título de melhor empresa do setor de Telecomunicações no ranking Melhores e Maiores, da revista Exame. Planos e Campanhas de Comunicação

Ao longo deste ano, tivemos o desafio de apresentar a evolução do posicionamento de marca "Viva Tudo" da forma integrada à comunicação de nossos serviços a partir do mote "Viver menos do mesmo". Este conceito foi lançado para reforçar a conexão com a nova campanha de banda larga Vivo Fibra. Valecamos várias filmes que reforçam a crença da marca no poder da conexão para transformar a vida das pessoas e fazer com que elas busquem novas descobertas. Também conquistamos esse serviço de forma diferenciada no meio digital. Iniciamos o ano com a continuidade da linha "Grandes Dramas da Banda Larga", uma série de três filmes que apresentavam as funcionalidades da Banda Larga Vivo Fibra de forma divertida. A linguagem dos filmes foi baseada nos clássicos animes de terror e o ponto de virada deles era sempre a chegada do nosso técnico para instalação de Vivo Fibra. Essa campanha seguiu uma estratégia de "brandformance", que conecta os processos de geração de awareness, conscientização e performance em uma entrega multicanal. Após este período, lançamos a campanha online "A Revolta dos Condições": uma série de três filmes que apresentavam a superioridade do Vivo Fibra de forma didática, mobilizadora e com uma pitada de humor. Os filmes, veiculados de junho a dezembro, se basearam no insight de que o consumidor que não tem banda larga de qualidade está acomodado, e tem como objetivo levá-lo à história e mobilizá-lo a mudar para Vivo Fibra. Além disso, o conceito "Destrua, mude para Vivo Fibra", representamos os conteúdos mais comumente consumidos através da Banda Larga como shows, games e filmes, revoltados com a baixa qualidade da conexão do usuário, que não permite de "travar".

Em complemento a esta abordagem, contamos com uma campanha contínua de performance online, que atingiu o público com maior propensão à aquisição do serviço. Essa linha reforça de forma objetiva as diferenciais da banda larga Vivo Fibra e leva o cliente diretamente para o canal de vendas. Também desenvolvemos esforços para comunicar a forte expansão do serviço de Vivo Fibra, que chegou em 16 novas cidades em 2017. Com uma mensagem objetiva e com foco na oferta, usamos diversos meios como TV pública, cinema, OOH (Out of Home), mídia exterior, mídia impressa, rádio e meios típicos de impacto como caixão de pizza e parcerias com academias locais.

Por fim, o serviço Vivo TV, nosso desafio de comunicação foi posicioná-lo como a TV com variedade de conteúdo e qualidade de Vivo Fibra. Para isso, realizamos campanhas cooperadas, promovendo a parceria com canais como HBO e Telecine para divulgar os principais lançamentos e reforçar a qualidade da TV da Vivo. As campanhas de comunicação para o serviço móvel pós-pago e destaque para Planos Família 4G+ e acompanharam a estratégia de posicionamento. Apresentamos formações familiares diferentes, mais reais, abordando histórias verdadeiras e emocionantes sob o conceito "Viva mais as novas famílias e menos os mesmos planos". Destacamos também os novos benefícios dos planos pós-pago com uma iniciativa inovadora de conteúdo: a Web série "Cacos de família", um conteúdo exclusivo para o digital, feito para o YouTube, estrelado pelo ator Julia Knebel com 5 episódios que mostram o dia a dia de uma família super conectada em situações bem-humoradas que evidenciam as vantagens de ser cliente Vivo Pós, entre elas: Vivo Bas, Vivo Renova, VozKit, Compartilhamento de Internet e dependentes grátis. A série teve mais de 50 milhões de visualizações, alto engajamento e terá uma sequência em 2018.

Por fim, também tivemos a expansão do 4G com a implementação do 4G+ no país - uma tecnologia que ofereceu o dobro de velocidade na rede móvel. A comunicação do serviço aconteceu nacionalmente através de vídeos em TV aberta, TV por assinatura e OOH nas principais capitais do Brasil que já contam com o serviço. Para comunicar a expansão da cobertura de rede 4G em todo Brasil, trabalhamos em uma estratégia de comunicação regionalizada, com OOH e materiais para mais de 2000 cidades em 09 meses durante todo ano. Também destacamos a comunicação feita nos estados em que somos líderes de cobertura.

Ao longo de todo o ano, produzimos mais de 30 campanhas coordenadas com fabricantes parceiros como Samsung, Motorola, LG e Apple, com o propósito de lançamento do iPhone 8 que apresentou o filme "Unidade: uma história da aproximação entre pai e filha através de um universo virtual, um retorno de realidade aumentada, que se tornou um vínculo entre eles. Além disso, iniciamos uma nova estratégia para venda de aparelhos com a campanha "Smart ofertas", com comunicação direcionada ao varejo, em jornais e shoppings de São Paulo. A estratégia se fortaleceu em 2018 com a adição de mais fabricantes e diversificação da estratégia de divulgação.

No segmento móvel pré-pago, demos continuidade à estratégia de utilização de influenciadores digitais ao lado de Ivete Sangalo. Neste ano, além de reforçar Vivo Turbo como a melhor opção para o cliente pré-pago, comunicamos novos diferenciais: a promoção do Bônus de 1GB para recargas e parcerias RSO e a funcionalidade exclusiva de compartilhamento de dados.

2 Fonte: Anatel - dezembro de 2017.  
3 Fonte: Anatel - dezembro de 2017.

No meio digital, buscamos reforçar nossa proximidade com o mercado de games para que a Vivo seja sempre vista como a melhor escolha para este público, lançando a segunda temporada da web série Game Changers. Na primeira temporada, em 2016, fomos pioneiros ao mostrar o tamanho desse segmento e destacar algumas curiosidades. Agora, sob nossa visão do marca Menos do Mesmo, buscamos por episódios que tivessem como protagonistas pessoas com histórias únicas: como a jogadora de Counter Strike Nani Fraga, que se dedica integralmente ao jogo. Os primeiros episódios já estão disponíveis no YouTube da Vivo e a temporada será finalizada em 2018.

No segmento de e-Car, tivemos o desafio de evoluir a comunicação do aplicativo Meu Vivo, agora contemplando a ideia de solução móvel, a plataforma para clientes da fura. Permanecemos com o detalhamento utilizado anteriormente e trouxemos o conceito "Em Que Tempo Você Vive?", fazendo uma provocação ao público que, mesmo familiarizado com diversas formas de tecnologia, ainda tem o hábito de utilizar canais tradicionais de atendimento. A companhia foi veiculada na TV e no Digital com quatro filmes dando destaque às seguintes funcionalidades: Segunda via de conta, Troubleshooting, Recarga, Troca de Plano, Consumo de Dados e Corra Digital.

No segundo semestre do ano, lançamos o aplicativo Vivo Meditação, que reforça a percepção da Vivo como uma empresa de soluções digitais inovadoras e próximas dos clientes. Com mais de mil meditações guiadas pelo mestre Satyananda, o aplicativo estimula tanto iniciativas quanto práticas experientes a se conectarem com uma nova perspectiva diárias mesmos através do "Conectando Você com a sua Paz". Nossa estratégia contava com uma entrega baseada no dia a dia dos usuários e reforços de famosos e influenciadores do tema, como blogueiros de bem-estar e consultores de saúde. Pela primeira vez, comunicamos de forma extensiva o Vivo Ads, nossa plataforma de marketing móvel. Destacamos o alcance massivo da nossa solução, com mais de 70 milhões de pessoas na base, a qualidade dos dados e o diferencial de contratação, com pagamento apenas mediante o sucesso da mídia. Para divulgação foi criada uma estratégia à altura, focada em formatos diferenciados direcionados ao mercado publicitário.

No final do ano, fomos um dos indicados no Prêmio Cabotê na categoria Melhor do Comunicação do Ano ao lado de gigantes como o Instagram. Ao longo do ano, lançamos dois filmes com o tenista Rafael Nadal, personalidade que tem muita afinidade à marca Vivo e a estratégia de comunicação em ATPs e patrocinios relacionados ao tênis. Aproveitamos o fato dele ter alcançado a primeira posição no ranking mundial de tênis para produzir filmes que trazem awareness para a marca Vivo e contribuem para a construção do nosso posicionamento "Viva menos do mesmo". Nosso novo posicionamento também foi protagonista em três campanhas institucionais realizadas em datas comemorativas com o objetivo de resgatar a importância das relações humanas através da conexão tecnológica. A primeira iniciativa foi a campanha #Renovare, em que narramos a história de um rapaz que, cansado de ver a namorada dando mais atenção à tela do celular, captura novamente o olhar dela utilizando a própria conexão, em um jogo lúdico que os levará a um encontro romântico, pessoalmente. Com a campanha, provocamos as pessoas a "viver mais o amor e menos todo o resto" e criamos uma conexão entre o mundo físico e virtual.

Por fim, o Dia dos Pais, lançamos a #Aproxime, uma história emocionante sobre o relacionamento entre pai e filho. O filme mostra a ligação entre eles desde a infância até a vida adulta, valorizando a reaproximação emocional. As cenas reforçam que a conexão digital pode ajudar a aproximar a relação entre eles. Já para celebrar o encerramento do ano, convidamos as pessoas a refletir sobre diferentes possibilidades e a viver menos os padrões e conceitos pré-estabelecidos. A campanha #repensa2018 abordou assuntos em pauta na sociedade contemporânea propondo que pessoas reavaliem seus padrões a respeito de temas como: casual sem filhos, empoderamento feminino, e movimentos culturais como grafite e funk. A evolução do nosso marca também foi refletida para o público corporativo. No segundo semestre de 2017, o posicionamento de Vivo Empresas com o conceito "Abra sua empresa para o Novo". Reforçamos nossa crença de que para construir um novo negócio, empreender ou até sustentar uma empresa já consolidada é preciso ter muita criatividade e inovação, conceitos intimamente relacionados com nossa visão "Menos do Mesmo". Com veiculação na TV, forte presença no Digital e divulgação nos eventos que participamos e patrocinamos no segmento, demos peso aos serviços de Telefonia, Internet, Segurança da Informação, Cloud, Big Data e TI, consolidando Vivo Empresas como a *Market Place* de soluções.

Por fim, com a participação de 2018, ano de Copa, posicionamos nos conteúdos diretamente para marcar presença nesse território. Entendemos que nosso papel como empresa patrocinadora da Seleção Brasileira é aproximar e nos conectar com os nossos clientes. Com base nisso, criamos o conceito Torio Mundo Jogando Junto, sintetizado na hashtag #JogamosJunto, que guiou todas as ações para a Copa Rússia 2018 e é base para nosso primeiro filme: uma homenagem ao clássico "Na Cadeia do Samba" com ritmo e linguagem modernas, unindo talentos geracionais. "Que Bonito É" é um show de cor e movimento, mostrando que todo brasileiro é um craque - dentro e fora de campo.

**Eventos e ações de relacionamento**  
Em 2017, a Vivo se manteve como importante apoiadora da cultura no País, patrocinando diversas peças teatrais, museus e eventos.

A nossa plataforma teatral proporcionou experiências culturais para mais de 11 milhões de clientes, que tiveram a oportunidade de realizar resgates de ingressos através do Programa de Relacionamento Vivo Valoriza. Ao todo foram 17 espetáculos com 352 sessões, entre musicais e peças, destacando o musical *As Músicas*, baseado no clássico musical de Victor Hugo e visto por mais de 70 milhões de pessoas em 44 países.

O Teatro Vivo recebeu mais de 12 mil pessoas para assistir em 5 peças em cartaz. Já a casa de espetáculos Vivo Rio, patrocinou o renomado espetáculo de 2006, realizou 124 shows para um público de 160 mil pessoas, sendo que 30 mil clientes utilizaram o desconto do programa de relacionamento. Reforçamos o compromisso da Vivo em promover cada vez mais a conexão entre o público e a arte no Brasil, com o patrocínio das exposições SP Arte e SP Arte-Foto. Durante a SP Arte, a Vivo apresentou um novo conceito de lounge aberto desenvolvido e assinado pelo artista plástico Eduardo Sbr. Circularam mais de 30 mil pessoas para a exposição e 675 pares de ingressos foram distribuídos aos clientes do programa Vivo Valoriza. A cobertura nas redes sociais, com influenciadores, e no site Glamorama, atingiu mais de 450 mil usuários. E as visitas guiadas oferecidas pela Vivo durante a SP Arte-Foto, contou com a participação de mais de 1.000 visitantes adultos e 50 crianças.

Em 2017, também foram realizadas ações ligadas ao patrocínio da Seleção Brasileira de Futebol, em parceria com o Programa de Relacionamento Vivo Valoriza: clientes viviam a experiência de um jogador profissional na Granja Comary (Rio de Janeiro) e puderam assistir aos treinos e jogos da Seleção Brasileira. A marca Vivo teve grande visibilidade em placas de campo e nos uniformes de treino dos times masculino e feminino de futebol, além de comissão técnica. Com a conquista da vaga antecipada para Eliminatórias de Copa do Mundo de 2018, mantivemos repercussão positiva na mídia e uma proximidade dos clientes com o golfeiro torcer pela Seleção.

No âmbito, com o patrocínio ao patrocinador a Brasil Open (Segundo maior torneio do país) e a continuidade no patrocínio ao Instituto Tóris (Centro de excelência em treinamento para jovens atletas), mantivemos visibilidade da marca e uma aproximação junto aos clientes apaixonados pela modalidade.

Para os clientes corporativos, realizamos eventos com o propósito de gerar oportunidades, melhorar a qualidade, fidelização e reforçar o posicionamento da marca, durante o ano de 2017 com três pilares principais: experiências e patrocinios. Realizamos 321 ações impactando mais de 1.300 clientes em espaços exclusivos - nos maiores estádios de futebol do País: Allianz Air, Vivo Rio e Teatro Vivo.

A Vivo ofereceu 30 experiências gastronômicas que promoveram aproximadamente 430 empregos e apresentaram nas maiores e mais importantes praças comerciais do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Fortaleza, Curitiba, Salvador, entre outras). E através dos patrocinios de 35 eventos de tecnologia (Latinam Retail Show, Fórum, Summit Leaders, entre outros), com divulgação do nosso portfólio de serviços digitais (Segurança, Big Data, Cloud e IOT) impactamos mais de 45.000 pessoas, e obtivemos resultados expressivos com eventos de negócios, com mais de 280 reuniões exclusivas com os clientes.

**Unidade de Negócios Corporativos**  
Os clientes do segmento corporativo (B2B), essencialmente os verticais formados pelo comércio, serviços e indústria, que representam o maior consumo de serviços de telecomunicações, foram os mais atingidos pela desativação no crescimento do PIB durante em 2017. Ainda assim, focamos nossa estratégia no mercado da obra de voz com foco em melhor custo benefício, além da expansão das receitas de TV e fibra. O potencial da sinergia obtida com a aquisição da GVT em 2015, a inadimplência se manteve por baixo, resultado de políticas de crédito e cobrança e governança interna bastante consistente. No negócio móvel, o lançamento dos planos SmartVivo Empresas limitados criou o primeiro portfólio dedicado para clientes B2B com ligações limitadas e Serviços Digitais limitados. Além disso, possibilitamos transferência de dados com compartilhamento e SMS limitado. Ainda no portfólio SmartVivo Empresas, reforçamos nossas ofertas vigentes com franquias de minutos onnet de até 700 minutos e franquias de dados que podem chegar a 40GB.

A estratégia de digitalização das receitas oriundas dos produtos tradicionais avançou. Como primeiro passo, foi lançada o primeiro bundle de voz, Internet Móvel e a solução Vivo Segurança On-Line, direcionado ao Segmento Massivo, dando início ao processo de massificação de SVAs em seu parque de clientes.

Como destaque do negócio de voz, avançamos tanto os investimentos na rede de fibra em São Paulo, como as sinergias com a rede GVT fora de São Paulo. Em banda larga, continuamos apresentando grande crescimento de migrações e sobrelotação para fibra. Em dados fixo, mantivemos o crescimento em clientes de médio porte, potencializado ainda mais pela abrangência da rede da GVT, além de consolidar nossa posição nos grandes clientes.

Em 2017, aumentamos a penetração de pacotes de dados móveis em 67 p.p., além de implementar a receita fixada em 34%. Avançamos também em 19% nas receitas de fibra, devido ao grande crescimento de novos usuários e migrações de outros tecnologias. No mercado de *Magazine do Mercado*, consolidamos nossa liderança e atingimos 41% de participação de mercado em novembro de 2017.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 21/02/2018 03:01:49.  
Número de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761ASB98E811553919BC912C6E  
[Ticket: 27108404] - www.imprensaoficial.com.br

Handwritten signatures and stamps, including a large circular stamp with the number 14 and a rectangular stamp with the number 303.

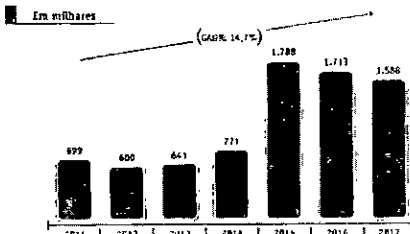
continuação

**Telefônica**

**Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

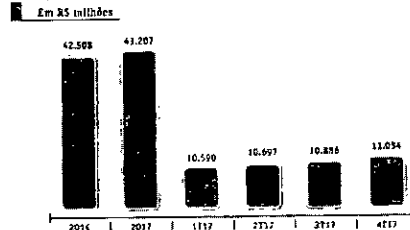


Dessa forma, a Companhia encerrou 2017 com 97.797 milhões em receitas, um crescimento de 0,7% em relação ao ano anterior, uma vez que as descobertas de clientes de voz fixa estão sendo compensadas pelas adições de clientes móveis, principalmente pós-pagos.

**4. DESEMPENHO FINANCEIRO**

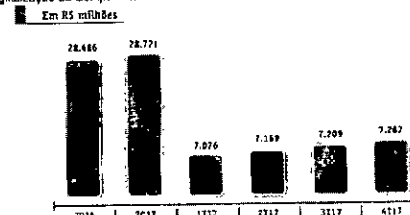
**4.1 Receita Operacional Líquida**

Em 2017, a Companhia apurou receita operacional líquida consolidada de R\$ 43.207 milhões, aumento de 1,6% em comparação a 2016, quando registramos receita líquida de R\$ 42.506 milhões. Contribuíram para esse crescimento os maiores receitas de dados e serviços digitais móveis, principalmente internet móvel além da banda larga fixa, principalmente compensadas pela redução dos valores das chamadas fixo-móvel e pela redução da taxa de interconexão, tanto fixa quanto móvel, determinadas pelo órgão regulador.



**4.2 Custos e Despesas Operacionais**

Os custos operacionais, incluindo depreciação e amortizações, atingiram R\$ 28.721 milhões em 2017, um aumento de 0,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$ 28.486 milhões), e abaixo da inflação do período de 2,6%. O incremento é explicado, principalmente, por maiores custos com comercialização de serviços, em função do requerimento da atividade comercial. Este efeito é parcialmente compensado pela redução dos custos com serviços prestados, devido à redução dos valores da interconexão fixa e móvel ocorrida em fevereiro de 2017, além dos menores custos com call center, reflexo da simplificação das ofertas e do processo de digitalização da Companhia.

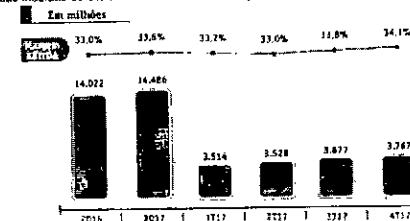


**4.3 Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras Líquidas e Equivalência Patrimonial**

O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e equivalência patrimonial consolidadas aumentou em 4,1%, passando de R\$ 6.356 milhões em 2016 para R\$ 6.632 milhões em 2017, em função, principalmente, do melhor desempenho operacional.

**4.4 EBITDA**

O EBITDA foi de R\$ 14.486 milhões em 2017, aumento de 3,9% em relação aos R\$ 14.022 milhões registrados em 2016. Por sua vez, a Margem EBITDA alcançada em 2017 foi de 33,5%, incremento de 0,5 p.p. em relação a margem de 33,0% registrada no ano anterior. Contribuíram para esse resultado a maior receita de serviços móveis, além das medidas de eficiência da custos adotadas pela Companhia.



Em milhões de reais - Consolidado	2017	2016
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial (*)	6.632,2	6.358,0
Despesas de depreciação e amortização	5.963,1	5.821,6
Em custos dos serviços prestados	1.433,3	1.409,0
Em despesas gerais e administrativas	457,3	423,8
EBITDA	14.485,9	14.022,4
Margem EBITDA	33,5%	33,0%
EBITDA	14.485,9	14.022,4
Receita operacional líquida (*)	43.206,6	42.506,4
Margem EBITDA	33,5%	33,0%

(\*) Vê demonstrações de resultados.

**4.5 Endividamento e Resultado financeiro**

Em milhões de reais - Consolidado	2017	2016
Emprestimos e Financiamentos	(3.494,9)	(5.255,0)
Reservas	(4.520,8)	(3.554,3)
Reserva de Provisões	(414,1)	(414,7)
Reserva de Impostos	(8.451,8)	(9.224,1)
Reserva de Ações	143,8	28,4
Reserva de Dividendos	(8.318,1)	(9.185,7)

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com dívida bruta de R\$ 8.318 milhões (R\$ 0,196 milhões em 2016) ou 12,0% do patrimônio líquido (13,3% em 2016). Os recursos captados são 3% denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano e cesta de moedas - LIBOR/USD) e 97% denominados em moeda nacional, sendo que a totalidade da dívida em moeda estrangeira está coberta por operações de hedge.

**4.6 Resultado do Exercício**

A consolidação dos resultados do exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária, apresenta Lucro Líquido de R\$ 4.608 milhões em 2017 (R\$ 4.085 milhões em 2016), montante 12,8% superior ao mesmo período de 2016. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2017 foi de 10,7% (9,6% em 2016).

Em milhões de reais - Consolidado	2017	2016
Lucro líquido do exercício (*)	4.608,8	4.085,2
Receita operacional líquida (*)	43.206,6	42.506,4
Margem líquida	10,7%	9,6%

(\*) Vê demonstrações de resultados.

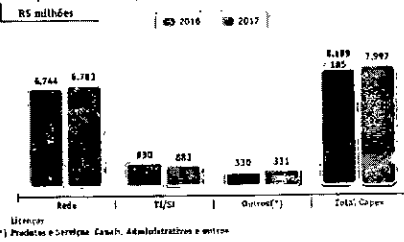
**4.7 Investimentos**

Em 2017, a Companhia investiu R\$ 7.097 milhões, valor levemente inferior ao ano anterior (R\$ 8.189 milhões) em função da aquisição de novas licenças do espectro em 2016. Desconsiderando o valor de aquisição dessas licenças, tivemos uma manutenção nos valores aplicados em projetos, demonstrando o compromisso contínuo da Telefônica Brasil com o país. Estes investimentos procuram consolidar a liderança da Companhia no mercado brasileiro, avançando os resultados no curto prazo, através de uma maior e melhor oferta aos nossos clientes. Com relação aos investimentos em projetos, 75% do total investido foi aplicado no crescimento e qualidade dos nossos serviços, permitindo atender cada vez melhor um sociedade cada vez mais conectada, e suportando o crescimento da demanda de dados por parte dos nossos clientes, tanto nos serviços fixos como nos móveis, assim como no mercado corporativo.

Em 2017, continuamos expandindo nossos serviços de telefonia fixa, incorporando 16 novas cidades com serviços de fibra ótica (FTTH) e mais de 400 mil novos acessos. Desta forma, a Telefônica Brasil está presente com FTTH em 61 cidades com mais de 7 milhões de linhas passadas a nível nacional. Adicionalmente, expandimos os serviços de TV por assinatura através da tecnologia IPTV para 65 municípios, mais que dobrando a quantidade de municípios atendidos ao final de 2016 (32 municípios). Essa rede tem sido ocupada pela ativação da atividade comercial, superando a marca de 1,2 milhão de clientes FTTH e 380 mil clientes IPTV em 2017.

Fizemos importantes investimentos na manutenção e expansão do serviço de voz e internet móvel, responsáveis por parte importante das nossas receitas. Em 2017, aceleramos a implantação do 4G atingindo a marca de 2.600 municípios, sendo 118 com tecnologia 4G+ e 397 com LTE em 700MHz. Além disso, melhoramos a qualidade do sinal em diversas regiões e aplicamos recursos importantes em ações de manutenção (proativa e reativa).

A Telefônica Brasil investiu também na integração dos sistemas e redes de telecomunicações do negócio fixo e móvel, além de melhorar a nossa infraestrutura de suporte ao negócio (sistemas, pontos de venda e atendimento). Em 2017, continuamos investindo na melhoria dos sistemas operacionais, expansão e evolução na consolidação de data centers, com destaque para a transformação do ambiente de laboratório e dos projetos do Big Data, que dão suporte ao lançamento de novos produtos e serviços, com foco principal na experiência do cliente.



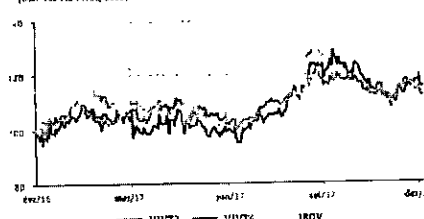
**5. MERCADO DE CAPITALIS**

A Telefônica Brasil possui ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) negociadas na B3 sob os símbolos VIVT3 e VIVT4, respectivamente. A Companhia também possui ADRs negociadas na NYSE, sob o símbolo VIV. As ações VIVT3 e VIVT4 encerraram o ano de 2017 cotadas a R\$ 41,20 e R\$ 48,82, apresentando, respectivamente, valorização anual de 13,2% e 10,3%, frente à elevação anual de 26,6% do Índice Bovespa. As ADRs finalizaram o ano cotadas a US\$ 14,83, valorizando 10,0% no período, frente a um aumento do Índice Dow Jones de 25,1%.

O volume financeiro médio diário das ações VIVT3 e VIVT4 no ano foi de R\$ 925 mil e R\$ 80.307 mil, respectivamente. No mesmo período, o volume médio diário de ADRs foi de US\$ 20.248 mil. O gráfico abaixo representa o desempenho das ações no último ano:

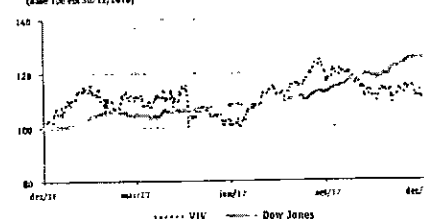
**Desempenho Ações - B3**

(Base: 100 em 30/12/2016)



**Desempenho Ações - NYSE**

(Base: 100 em 30/12/2016)



**5.1 Política de remuneração ao acionista**

Conforme estabelecida no Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os dados sobre capital próprio e dividendos declarados pela Telefônica Brasil, com base no lucro de 2017, totalizaram R\$ 4,6 milhões, conforme relacionado na tabela a seguir:

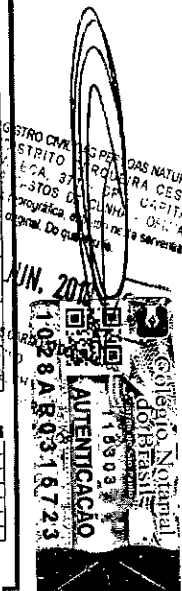
2017	Quilibratório	Posição Adicional	Total Emitido (milhões de reais)	Total Líquido (milhões de reais)	Ações	Bruto por ação (em reais)	Líquido por ação (em reais)	Tráfego do pagamento
Dividendos (base em Dez/17)	12/04/2018	12/04/2016	2.191,9	2.191,9	ON	1.217,27	1.217,27	14/01/2018
JSCP (base em nov/17)	14/12/2017	25/12/2017	1.486,6	1.263,6	PN	0,826623	0,701778	14/12/2017
JSCP (base em ago/17)	18/09/2017	28/08/2017	305,0	250,3	ON	0,186324	0,158376	31/12/2017
JSCP (base em mai/17)	19/06/2017	30/05/2017	95,0	80,8	PN	0,052759	0,044845	19/06/2017
JSCP (base em fev/17)	29/03/2017	31/03/2017	350,0	287,5	ON	0,194377	0,163978	31/12/2016
JSCP (base em ago/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	PN	0,099855	0,084976	31/12/2016

Tais declarações resultaram em um payout de 89,99% para o ano de 2017.

**5.2 Posição Acionária**

Grupo Controlador	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	64,47%	32,91%	23,58%
Minoritários	29,320.789	415.131.688	444.452.637
Tesouraria	2.280.164	993	2.281.147
Número total de ações	571.444.217	1.119.340.705	1.690.984.923

Valor patrimonial por ação: R\$ 41,13  
Capital subscrito integralizado: R\$ 63.571,4 milhões







continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.556.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Table with columns: Nota, Controladora 2017, Controladora 2016, Consolidado 2017, Consolidado 2016. Rows include Receita operacional líquida, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, Receitas (despesa) operacional, Despesas com comercialização, Despesas gerais e administrativas, Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais, Lucro operacional, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado do equívocando patrimonial, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício, Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$), Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, Controladora 2017, Controladora 2016, Consolidado 2017, Consolidado 2016. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, Ganhos não realizados em investimentos disponíveis para venda, Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos, Tributos, Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira, Outros resultados abrangentes líquidos que não serão reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, Perdas durante o curso de extinção de ativos das planas superavitárias, Tributos, Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora 2017, Controladora 2016, Consolidado 2017, Consolidado 2016. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, Saldo em 31 de dezembro de 2015, Dividendo adicional proposto do exercício de 2015, Instrumentos patrimoniais prescritos, Ações preferenciais entregues referentes ao processo judicial de plano de expansão, Ajuste DIPJ - Incentivos fiscais, Outros resultados abrangentes, Lucro líquido do exercício, Distribuição do lucro, Reserva legal, Juros sobre o capital próprio intermediários, Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização, Retenção de lucros para expansão e modernização, Dividendo adicional proposto, Saldo em 31 de dezembro de 2016, Dividendo adicional proposto do exercício de 2016, Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos, Aplicação de ações preferenciais próprias no mercado financeiro, Ações preferenciais entregues referentes ao processo judicial de plano de expansão, Ajuste DIPJ - Incentivos fiscais, Outros resultados abrangentes, Transações de capital (nota 1.c.1), Lucro líquido do exercício, Destinação do lucro: Reserva legal, Juros sobre o capital próprio intermediários, Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização, Retenção de lucros para expansão e modernização, Dividendo adicional proposto, Saldo em 31 de dezembro de 2017.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Table with columns: Reserva de capital (Capital social, Reserva de capital de ação), Reserva de lucro (Reserva para incentivos, Reserva para expansão e modernização), Dividendo adicional, Outros resultados abrangentes, Total do patrimônio líquido. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2015, Dividendo adicional proposto do exercício de 2015, Instrumentos patrimoniais prescritos, Ações preferenciais entregues referentes ao processo judicial de plano de expansão, Ajuste DIPJ - Incentivos fiscais, Outros resultados abrangentes, Lucro líquido do exercício, Distribuição do lucro, Reserva legal, Juros sobre o capital próprio intermediários, Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização, Retenção de lucros para expansão e modernização, Dividendo adicional proposto, Saldo em 31 de dezembro de 2016, Dividendo adicional proposto do exercício de 2016, Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos, Aplicação de ações preferenciais próprias no mercado financeiro, Ações preferenciais entregues referentes ao processo judicial de plano de expansão, Ajuste DIPJ - Incentivos fiscais, Outros resultados abrangentes, Transações de capital (nota 1.c.1), Lucro líquido do exercício, Destinação do lucro: Reserva legal, Juros sobre o capital próprio intermediários, Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização, Retenção de lucros para expansão e modernização, Dividendo adicional proposto, Saldo em 31 de dezembro de 2017.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Handwritten signatures, stamps, and official seals including 'CARTÃO DE AUTENTICAÇÃO' and 'IMPRESA OFICIAL'.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ nº 07.558.157/0001-02 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ambos da Lei nº 6.404/76, a diferença entre o valor econômico das ações incorporadas e o valor de mercado das ações emitidas na data de lançamento da transação foi reconhecida em "Outras Reservas de Capital" no montante de R\$1.168.707.

Esta operação esteve sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentro as regulamentações aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária do julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

Com o conclusão da aquisição em 20 de maio de 2015, a Companhia passou a ser a controladora direta da GVTPart, a Indutora da GVT, a GVTPart, linha sede no Brasil e Irina como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, adquirenta ou controladora. Sua controladora direta (GVT) atuou na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição, junto aos ativos controladores da adquirenta e das participações emitidas em troca do controle da adquirenta.

Apresentamos o preço de aquisição.

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4.603 bilhões)

(1) Ações do Contrato (Dividas Líquidas)

Montante da contraprestação líquida em dinheiro

(+) Contraprestação Contingente

(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo

(-) Passivos conforme cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA

Contraprestação total, líquida de Cash Flow Hedge

(1) Instrumentos financeiros derivativos, referem-se a hedges de fluxo de caixa para proteger o montante assumido a valor justo em euros devido à Vivendi, referente à aquisição da GVTPart.

A seguir, apresentamos a composição do valor justo dos ativos líquidos identificados adquiridos no montante de R\$4.426.373, bem como o ágio gerado na data da aquisição. Na data de elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia já havia concluído as revisões e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include: Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Gêneros a receber, Estoques, Tributos a recuperar, Outros ativos, Ativo não circulante, Aplicações financeiras em garantia, Tributos a recuperar, Derivativos (4), Derivativos e blocos judiciais, Outros ativos, Imobilizado (1), Intangível (2), Valor justo dos passivos assumidos, Valor justo dos ativos líquidos identificados adquiridos, Ágio (5), Contraprestação total, líquida de Cash Flow Hedge, Valor justo dos ativos adquiridos.

- (1) Inclui a alocação do valor da mais valia da marca do Imobilizado (R\$49.601).
- (2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (R\$59.000) e o cartão de clientes (R\$2.523.000) e a mais valia e outros intangíveis (R\$20.394).
- (3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$174.648).
- (4) Inclui a alocação do valor dos tributos incidentes sobre o passivo contingente (R\$174.300).
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart, com o expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirenta, que já está sendo utilizado para fins fiscais.

A aquisição do controle da GVTPart, pela Companhia, teve como objetivo principal proporcionar a integração dos negócios de telecomunicações fixas, móveis, dados e TV no Brasil, de forma a poder operar de maneira eficiente. A aquisição da GVTPart, permite à Companhia obter sinergias significativas em receitas e custos, gerando oportunidades de vendas cruzadas tanto no mercado pessoal quanto no corporativo, além de permitir a otimização de investimentos, melhoria da qualidade do serviço, redução de custos de conteúdo, aquisição e plataforma no negócio de TV por assinatura, devido às sinergias com o sumário do escopo e, por último, na redução das despesas gerais e administrativas, não afetando o potencial de crescimento da Companhia. Os métodos e promessas utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Carteira de clientes  
A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM ("Mid-period Earnings Method"), que é baseado em um cálculo do desconto do fluxo de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuídos à base de clientes. Líquidas das despesas das obrigações de contribuições implicadas em sua gratificação. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média a das relações com os clientes utilizando-se de um método da taxa de rotatividade.

O objetivo dessa análise de vida é estimar uma curva de substituição que previja os perdas do rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de substituição dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de low". O valor justo atribuído à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$2.523.000, o qual será amortizado pelo prazo médio de 7,77 anos.

Marca  
O valor justo da marca "GVT" foi calculado considerando o método de "relief-from-royalty". De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo todo do ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia do royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é e taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado contratar de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo atribuído à marca na data de aquisição foi de R\$59.000, o qual foi amortizado pelo prazo de 1,5 anos.

Contraprestação Contingente  
Como fruto do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social devidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso ocorra êxito em inventar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não revocável (instituído em juízo). O prazo para essa devolução é de 36 meses. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R\$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo "Emprestimos, Financiamentos e Debêntures" (nota 20), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Valor Justo do Passivo Contingente  
De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas as fontes de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja a obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Passivos contingentes e valor justo, os quais foram determinados com base na saída de caixa está meta para sua liquidação na data de aquisição.

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Demonstrações Individuais (Controladora) e consolidadas (Controladas) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

b) Base de Elaboração e Apresentação  
As demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando indicado em contrário) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelo IFRS.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Tais significativas subjetivas a essas estimativas e promessas incluem a seleção do valor justo do ativo imobilizado e sua recuperabilidade pelo valor justo a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros adquiridos em uma combinação de negócios, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução do valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outros prováveis, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuídos aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Para a comparabilidade das demonstrações financeiras individuais (demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes, demonstrações do valor adicionado e demonstrações dos fluxos de caixa) entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, deve-se levar em conta os efeitos da aquisição da Terra Networks pela TDA ocorrida em 3 de julho de 2017 (nota 1.c.1).

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As seguintes alterações às normas publicadas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017:

• **Modificações às IFRS 2014-2016:** Os projetos de melhoria anual fornecem um veículo para fazer alterações não urgentes, mas necessárias às IFRS, com o objetivo de remover inconsistências e esclarecer a redação. As alterações relacionadas às IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades, visando esclarecer o escopo da norma, entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, enquanto o resto das melhorias entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. As alterações relacionadas às IFRS 12 não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, uma vez que, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui participações classificadas como mantidas para venda, mantidas para distribuição ou como operações descontinuadas.

• **Alterações ao IAS 7, princípios de divulgação:** As alterações ao IAS 7 exigem que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as movimentações nos passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo as movimentações decorrentes dos fluxos de caixa, tais como a emissão e liquidação de empréstimos, as movimentações não-caixa, tais como aquisições não pagas, vendas e diferenças cambiais.

• **Alterações ao IAS 12, reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas:** As alterações esclarecem os requisitos de reconhecimento de impostos diferidos quando a base tributável de um ativo excede seu valor justo.

A Companhia considerou estas alterações na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas anuais, no entanto, não geraram um impacto significativo nos resultados ou na posição financeira da Companhia.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes alterações às IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Table with 2 columns: Normas e Emendas a Normas and Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após. Rows include: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 14 - Recolha de Contratos com Clientes, IFRS 15 - Recolha de Contratos com Clientes, Eclaircissements à IFRS 15 - emitidos em 12 de abril de 2015, Alterações às IFRS 2 - Baseados em Ações, Alterações às IFRS 4 - IFRS 4 Contratos de Seguros, Alterações às IAS 40 - Transferências da Propriedade do Investimento, IFRIC 22 - Interações em Moeda Estrangeira e Contraprestações Antecipadas, Melhorias anuais nas IFRS - Ciclo 2014-2016, Melhorias anuais nas IFRS - Ciclo 2015-2017, IFRS 14 - Arrendamentos, IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de renda, Alterações às IFRS 9 - Resposta de Antecipamento com Compensação Negativa, Alterações às IAS 20 - Juros Variáveis, IFRS 17 - Contratos de Seguros, Alterações às IFRS 10 - Venda ou Constituição de Aliados entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture, e IAS 28 - Coligadas e Joint Ventures.

Com base nas análises realizadas até o momento, a Companhia estima que a adoção do muitas destas normas, alterações e interpretações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período inicial de adoção. No entanto, para as seguintes normas emitidas, mas ainda não em vigor, existe a expectativa de um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no momento da sua adoção e prospectivamente.

• **IFRS 15 - Recolha de Contratos com Clientes**  
A IFRS 15 estabelece os requisitos para reconhecer receitas de contratos com clientes. Espera-se que os novos requisitos afetem os seguintes aspectos, entre outros:

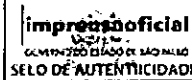
- De acordo com a IFRS 15, para os pacotes que combinam vários produtos ou serviços de base fixa, móvel, dados, internet ou televisão, a receita total será alocada a cada obrigação de desempenho com base em seu preço de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e será reconhecida quando o (os) assim que a obrigação for satisfeita, independentemente de haver itens não entregues. Isso difere da contabilização atual em que a parcela da contraprestação total que depende da entrega de elementos não contabilizados não é alocada para os elementos entregues. Consequentemente, quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, a adoção dessas novas regras resultará em um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, geralmente moonchados após a entrega no ciclo final, em detrimento da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita da venda do equipamento e a contraprestação recebida do cliente antecipadamente será reconhecida como um ativo controlador na demonstração da posição financeira.

- De acordo com a política contábil atual, todas as despesas diretamente relacionadas com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizadas quando incorridas. No entanto, a IFRS 15 exige o reconhecimento de um ativo para esses custos que são incrementais para obter um contrato e que devem ser recuperados e sua posterior amortização no mesmo período que a receita associada a esse ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que atualmente são contabilizados quando incorridos, serão diferidos de acordo com a IFRS 15, na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo. Além disso, os critérios previstos na IFRS 15 para a distinção entre agente e principal baseados no "desempenho transferível de controle" que pode obter da região atualmente aplicada de transferência de controle a partir de acordos nos quais o vendedor não tem o momento da sua entrega e não no momento de sua venda ao cliente final, a Companhia com o nome de receita atual, a IFRS 15 estabelece requisitos mais detalhados sobre como contabilizar as modificações do contrato. Certas mudanças devem ser contabilizadas como uma alteração retrospectiva (ou seja, como continuação do contrato original), enquanto outras modificações devem ser contabilizadas prospectivamente como contratos separados, como o final do contrato original e a criação de um novo.

Além disso, a IFRS 15 permite dois métodos de transição, ou seja, o método retrospectivo completo e o método cumulativo modificado com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido ajuste ao saldo de abertura dos livros acumulados na data de adoção inicial. A Companhia adotou o último, os custos amortizados ao longo do tempo serão representados; em vez disso, a Companhia adotará a primeira opção e o montante das alterações nos itens do demonstração da posição financeira e da demonstração do resultado de período como resultado da adoção da IFRS 15 pela primeira vez.

Também é possível optar por aplicar certos expedientes práticos para facilitar a aplicação das novas regras. A Companhia avalia qual deles serão adotados na implementação da norma com o objetivo de garantir a comparabilidade em sua aplicação. Os principais expedientes práticos que a Companhia está considerando são:

- **Contabilização retrospectiva:** a Companhia não aplicará a norma retrospectivamente aos contratos concluídos em 31 de janeiro de 2018.
- **Adoção de um período:** a Companhia aplicará os requisitos da norma para grupos de contratos com características semelhantes, uma vez que, para os grupos identificados, os efeitos não diferem significativamente de uma aplicação em contrato por contrato.
- **Componente financeiro:** não será considerado significativo quando o período entre o momento em que o item ou o serviço prometido é transferido para um cliente e o momento em que o cliente paga a esse item ou serviço é de um ano ou menos.
- **Desempenho (em um período):** esses custos serão reconhecidos como uma despesa quando incorridos se o período de amortização do ativo que a entidade reconhecerá de curta duração é de um ano ou menos.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 21/02/2018 07:43:50  
Nº de Série do Certificado: 2FBF731F67953761A589E81155C319BC912C6E  
[Ticket: 27.108613] - www.imprensaoficial.com.br

Handwritten signatures and stamps, including "AS NATURAIS RA CESAR CAPITAL OFICIAL" and "AUTENTICADO" stamp.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.011.881-1-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Arrendamento mercantil financeiro: são contratos que o arrendatário obtém basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do bem arrendado...

A Companhia e a TData possuem contratos de arrendamento mercantil financeiro, conforme segue:
Como arrendatária: refere-se a contratos de aluguel de equipamentos e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora...

Como arrendadora: refere-se a contratos de aluguel de equipamentos de informática (produto "Solução TI" da TData), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber (nota 5).

A diferença entre o valor nominal das parcelas e as contas a receber/pagar registradas é reconhecida como receita/despesa financeira com base no método da taxa de juros efetivo de acordo com a duração do contrato.

Arrendamento mercantil operacional: são contratos de arrendamento em que o arrendatário não transfere parte significativa dos riscos e benefícios, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

Análise de Recuperabilidade dos Ativos Não Financeiros
Avaliação do valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável...

Estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital (The Capital Asset Pricing Model ("CAPM")) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores.

Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução do valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível de unidades geradoras de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação do valor em uso: os principais pressupostos usados no estimativa do valor em uso são: (i) receitas (projeções consentidas) de vendas de clientes, evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado; (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos da Companhia e controladas não resultaram na necessidade de reconhecerem perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

Combinações de Negócios e Adições
Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócios, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é tratado da mesma maneira que o ágio que se espera que seja beneficiado pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ou separa-se o ganho ou perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

Ativos Financeiros - Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente
Ativos Financeiros: são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; ou (iv) derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação.

Ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixas e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros em garantia e instrumentos financeiros derivativos.
Mensuração Subsequente
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado, sendo (i) ativos financeiros são classificados para negociação se foram adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e incluem instrumentos financeiros derivativos contínuos que não satisfazem os critérios para a contabilização de hedge; e (ii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo do outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução do valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução do valor recuperável, os ganhos ou as perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos na demonstração dos resultados.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado em moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data do encerramento das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuídas às diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas na demonstração dos resultados, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (Ganhos)
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
- ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repassa; e (ii) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iii) não ocorrer a transferência, nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros
A Companhia e controladas avaliam na data do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Passivos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos.
Mensuração subsequente
A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contínuos que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pela norma correspondente. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e controladas não designaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Passivos financeiros a valor justo
Um ativo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

Mensuração do valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e às controladas. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio de utilização ideal do ativo ou vendendo-o e outro participante do mercado que também utilizará o ativo de forma ideal.

A Companhia e controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias ou para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximiza o uso de insumos observáveis relevantes e minimiza o uso de insumos não observáveis. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reservando a categorização para o nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia e controladas determinam classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.
Instrumentos financeiros - Apresentação líquida
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo a liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros Derivativos e Contabilização de Hedge
A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de moeda e taxa do juro e contratos de hedge, para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas do câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também pelo valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento é positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Qualquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge ativar o resultado. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica transmissões e documentos a respeito de hedge à luz do seu objetivo de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão do risco da Administração para levar a efeito o hedge.

Handwritten notes and stamps on the right side of the page, including "CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO" and "DOSSY AUTENTICADO".

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 33.3 0015861-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica na necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio. A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos refletiria diretamente a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas de períodos.

6.6) Diferibilidade

As receitas de publicidade veiculada são reconhecidas ao resultado durante o período de veiculação das peças publicitárias.

6.7) Balanço de Prejuízos Financeiros
Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando girarem ou incidirem.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa do juro efetivo, que desconta o pagamento ou recebimento no vencimento estimado da caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

6.8) Planos de Benefícios e Outros Benefícios Pós-Emprego
A Companhia e controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multilaterado de complementação de aposentadoria e assistência médica para empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são realizadas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atualizadamente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no período em que ocorrem (emprego).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido é reconhecido nas demonstrações financeiras correspondente ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTFR), dividido pelo valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mensurados por uma entidade controlada da provedora de planos, os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou controladas. O valor justo é baseado em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de pagamento nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidas em outros resultados abrangentes e imediatamente realocadas para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e designados que tribuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.556/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsto nos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

6.9) Ajustamentos, Estimativas e Provisões Contábeis Significativas
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram adotadas em bases objetivas e subjetivas, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Contorno, a incerteza relativa envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas relativas às fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um efeito significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

6.1) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações de operações de transações de vendas de ativos similares no mercado menos custos adicionais para descrever o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futura esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ativos e outros ativos. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ativos inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

6.2) Tempo de sobrevivência e duração esperada de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros do beneficiário de aposentadorias e pensões. A obrigação do benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade é baseada em tabeas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

6.3) Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos não necessariamente refletem o mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

6.4) Valor Amortizado e Intangível de Valor Determinado
O regime contábil do investimento em ativo intangível e intangível inclui a realização de estimativas para definir o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinação de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e a uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro influenciam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

6.5) Reconhecimento de receita - Programa de Fidelização de Clientes
A Companhia estima o valor justo dos pontos atribuídos no âmbito do programa de fidelização de clientes através da aplicação de técnicas atuariais. As entradas para o modelo incluem, entre outras, as estimativas de taxas de resgate esperadas, o mix de produtos em estoque disponíveis para resgate no futuro e preferências dos clientes quanto à utilização dos pontos. Como os pontos emitidos não expiram, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

6.6) Ajustes por redução ao valor de um ativo
A avaliação do valor justo de cada elemento em um acordo de múltiplos elementos, requer estimativas complexas devido à natureza do negócio. Uma possível alteração nas estimativas de valor justo poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas de períodos.

6.7) Tributos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e controladas constituem promotoras, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades locais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseado-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pelo erário tributário e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domínio da Companhia e controladas.

A Companhia e controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia ou controladas de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. No análise é considerado o calendário previsto de reversão do passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis com base em projetos internos atualizados de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens tributários depende do vários fatores, incluindo o estimativo do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de mudanças futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

6.8) Disponibilidade para assumir obrigações tributárias, ambientais, civis e trabalhistas
As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente com consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Esse obrigação pode ser legal ou litigada, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam permissões uma expectativa válida de que a Companhia ou controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante de

provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data do encerramento, incluindo a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

6.9) Reconhecimento de receita - Receita de Intermediária Autorizada
A Companhia possui sistemas de lançamento de serviços com dados de corte intermediária. Dessa forma, no final de cada mês existem receitas já autorizadas pela Companhia, mas não efetivamente lançadas a seus clientes. Essas receitas não lançadas são registradas com base em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de lançamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

6.10) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras
A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional na data da transação. Os ativos e em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio na data do balanço. As variações passíveis em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações passíveis em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas no conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes.

6.11) Conversão de Transações Denominadas em Moeda Estrangeira
Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Taxa) na data da transação e convertidos subsequentemente usando a Taxa na data das demonstrações financeiras que, em 31 de dezembro de 2017, eram US\$1,00 = R\$3,3000, e em 31 de dezembro de 2016, eram US\$1,00 = R\$3,2591, e em 31 de dezembro de 2015, eram US\$1,00 = R\$3,4351. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos das operações são reconhecidos na demonstração do resultado.

6.12) Participações em Empresas e nos Resultados
A Companhia e controladas possuem obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em métricas qualitativas e quantitativas fornecidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas do acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados. Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

6.13) Transações Envio de Pagamento em Ativos
A Companhia e controladas ressam o custo de transações liquidadas com ações emitidas pelo controlador (Telefônica), para seus clientes e empregados baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, utilizando modelo binomial de valorização. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

6.14) Ações em Tesouraria
Instrumentos patrimoniais próprios que são reacquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

6.15) Informações por Segmento
Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todos os dados dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todos as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

6.16) Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CP 00 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada segundo o CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

6.17) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Contabilizado Controlado Consolidado
31.12.17 31.12.16 31.12.17 31.12.16
Caixa e contas bancárias 114.556 109.444 117.799 106.300
Aplicações financeiras 3.569.817 4.406.102 3.832.539 4.806.741
Total 3.684.373 4.515.546 3.950.338 4.913.041

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseadas na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

6.18) CONTAS A RECEBER
Contabilizado Controlado Consolidado
31.12.17 31.12.16 31.12.17 31.12.16
Valores liquidados 6.642.523 6.077.768 6.753.621 6.003.909
Valores a receber 2.137.645 1.698.630 2.481.364 1.930.708
Valores de Intercâmbio 835.085 1.333.595 859.819 1.345.471
Valores com partes relacionadas (nota 26) 175.201 177.741 201.921 192.892
Contas a receber bruto 9.890.454 8.287.734 10.976.725 10.473.880
Dúvidas estimadas para redução ao valor recuperável (1.209.293) (1.024.412) (1.433.671) (1.399.895)
Circulante 8.681.161 7.263.322 9.543.054 9.073.985
Circulante não circulante 6.413.403 6.282.885 6.566.456 6.701.693
Total 12.094.564 10.546.207 13.109.510 12.775.678

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 31 de dezembro de 2017, R\$122.651 (R\$143.285 em 31 de dezembro de 2016), referente ao modelo de negócios do revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$16.011 (R\$32.920 em 31 de dezembro de 2016).
- Em 31 de dezembro de 2017, R\$45.031 (R\$57.272 em 31 de dezembro de 2016), referente a parcela das contas a receber decorrente de negociações relativas ao processo de recuperação judicial das empresas do Grupo Oi em 31 de dezembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$15.535 (R\$10.268 em 31 de dezembro de 2016).
- Em 31 de dezembro de 2017, R\$106.206 (R\$104.874 em 31 de dezembro de 2016), correspondente ao produto "Soluções IT", comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática no segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como atendimento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$33.014 (R\$30.025 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos das contas a receber, relativos ao produto "Soluções IT", contemplam os seguintes valores:

Valor nominal a receber 434.743 511.364
Parcelas financeiras não realizadas (30.611) (32.905)
Valor presente a receber 404.132 478.459
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (154.865) (144.738)
Valor líquido a receber 249.267 333.721
Circulante 100.296 104.874
Não circulante 148.971 228.847

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto "Soluções IT" em 31 de dezembro de 2017 era:

Vencimento a receber Valor presente (R\$ mil)
A vencer até um ano 220.961 225.891
A vencer acima de um ano e até cinco anos 204.704 207.828
Total 425.665 433.719

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e em pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por prazo de vencimento:

Contabilizado Controlado Consolidado
31.12.17 31.12.16 31.12.17 31.12.16
A vencer 6.557.902 6.032.442 6.635.125 6.841.752
Vencidos - 1 a 30 dias 1.016.172 1.025.630 1.132.000 1.073.500
Vencidos - 31 a 60 dias 342.779 309.210 375.176 327.485
Vencidos - 61 a 90 dias 224.507 225.132 232.640 227.010
Vencidos - 91 a 120 dias 95.386 110.813 105.342 105.048
Vencidos - mais de 120 dias 342.822 419.875 383.858 473.308
Total 8.565.068 8.145.272 8.864.341 9.047.099

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 21/02/2018 06:50:44Z
Nº de Série do Certificado: 2121938AD86784C1D48881C3DBF37B9C1D3D2F1A
[Texto adicional de autenticação]

AS PESSOAS NATURAIS
ERIQUEIRA CESAR
- SP - CAPITAL
CUNHA - OFICIAL
[Assinaturas e rubricas]







Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. FORNECEDORES

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.17, 31.12.16. Rows include Fornecedores diversos, Valores a repassar, Interconexão, Partes relacionadas, Total, Circulante, Não circulante.

(1) Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado como não circulante, referia-se a uma demanda judicial movida contra uma operadora de SMP com o pleito de redução do valor do VJAM. Em maio de 2017, o montante atualizado de R\$71.956 foi levantado a favor da operadora, após a composição de acordo entre as partes.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.17, 31.12.16. Rows include Imposto de renda e contribuição social a pagar, ICMS, PIS e COFINS, FUST e Fundtel, ISS, CIDE e outros tributos, Total, Circulante, Não circulante.

17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha R\$323.206 a receber da TData, referente a dividendos mínimos obrigatórios de 2017.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 31.12.15, 31.12.16. Rows include Dividendos complementares de 2015, Reversão de dividendos deliberados pela AIX, Recebimentos de dividendos e JSCP, Saldo em 31.12.16, Dividendos complementares de 2016, Dividendos mínimos obrigatórios de 2017, Recebimento de dividendos da TData, Saldo em 31.12.17.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.17, 31.12.16. Rows include Telefônica Latinoamericana Holding, S.L., Telefônica S.A., SP Telecomunicações Participações Ltda, Telefônica Chile S.A., Acionistas não controladores, Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 31.12.15, 31.12.16. Rows include Dividendos complementares de 2015, JSCP Intermediários (líquidos do IRRF), Prescrição de dividendos e JSCP, Pagamentos de dividendos e JSCP, IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP, Saldo em 31.12.16, Dividendos complementares de 2016, JSCP Intermediários (líquidos do IRRF), Prescrição de dividendos e JSCP, Pagamentos de dividendos e JSCP, IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP, Saldo em 31.12.17.

18. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constatou provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Provisões para demandas judiciais. Rows include Saldo em 31.12.15, Ingressos (resultado), Baixas por reversão, Outros ingressos, Baixas por pagamento, Atualização monetária, Saldos em 31.12.16, Ingressos (resultado), Baixas por reversão, Outros ingressos, Baixas por pagamento, Baixas por compensação, Atualização monetária, Saldos em 31.12.17, Em 31.12.16, Circulante, Não circulante, Em 31.12.17, Circulante, Não circulante.

Consolidado

Table with columns: Trabalhista, Tributária, Cível, Regu-contingente, Passivo contingente, Provisão para dano, Total. Rows include Saldos em 31.12.15, Ingressos (resultado), Baixas por reversão, Outros ingressos, Baixas por pagamento, Atualização monetária, Saldos em 31.12.16, Ingressos (resultado), Baixas por reversão, Outros ingressos, Baixas por pagamento, Saldo em 31.12.17, Em 31.12.16, Circulante, Não circulante, Em 31.12.17, Circulante, Não circulante.

Valores envolvidos

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.17, 31.12.16, 31.12.15. Rows include Natureza/Grupo de Risco, Provisões trabalhistas, Contingências possíveis.

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estas alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que revidam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentro outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo do risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Apções Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujas ações versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interessada para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Apções Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas ações processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

b) Provisões e Contingências Tributárias

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.17, 31.12.16, 31.12.15. Rows include Natureza/Grupo de Risco, Provisões trabalhistas, Contingências possíveis.

b) Provisões e Contingências Tributárias. A Companhia e controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrente do não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e administrativos a semelhantes, bem como royalties; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; e (v) majoração da base de cálculo do PIS e do COFINS, bem como majoração da alíquota de COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$502.153 (R\$343.333 em 31 de dezembro de 2016).

Trabalhos Estaduais. A Companhia e/ou controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) retenção do ISS sobre serviços de engenharia.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$32.054 (R\$30.519 em 31 de dezembro de 2016).

FUST, FUNTEL e EBC. A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais relativas a: (i) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST; (ii) exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização e Funcionamento ("TFF") das estações móveis (colares) que não são de sua propriedade; e (iii) Contribuição para o plano radiotelefone público (EDC).

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$ 819.635 (R\$ 522.575) em 31 de dezembro de 2016).

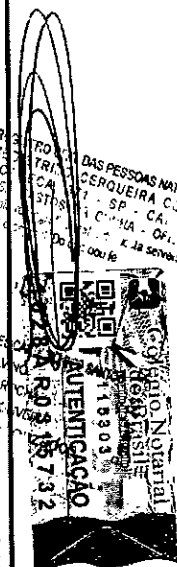
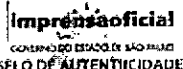
Contingências Tributárias passíveis. O entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são passíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e outros tributos (FUST, FUNTEL, FISTEL e EBC), descritos a seguir:

Trabalhos Federais. A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes do não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdidos salariais originados do "Plano Verão" e "Plano Bresser"; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE) e (c) cessão de mão de obra; (iii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como royalties; (iv) IRRF e CSLL, glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (v) redução da COFINS de perda com operações de swap; (vi) PIS e COFINS regime de competência versus regime de caixa; (vii) IRPJ - FINOR, FINANC ou FUNRES; (viii) INPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ato de reestruturação societária da Terra Networks e da Vivo S.A. de acordo com o disposto no plano de incorporação da Vivo Networks, TDBM, VivoPart e GVTPart; (ix) exclusão da revogação decorrente das operações de incorporação da Vivo Networks, TDBM, VivoPart e GVTPart; (x) exclusão da revogação decorrente das operações de incorporação da Vivo Networks, TDBM, VivoPart e GVTPart.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$ 574.725 (R\$ 400.867 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$ 574.725 (R\$ 400.867 em 31 de dezembro de 2016).



continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.001581-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Empréstimos e Financiamentos

Table with columns: Moeda Local, Informações em 31 de dezembro de 2017, Controladora / Consolidado, 31.12.17, 31.12.16. Rows include BNDES FINEM, Fornecedores, and Arrendamento Financeiro.

Garantias
(1) Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
(2) Alienação dos ativos financeiros.
(3) Alienação de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcredito "A" (JUM/PCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcreditos, o que for superior.
(4) Fiança bancária equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento e constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente às três parcelas de amortização, referenciada à prestação média pós-carência. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo deste fundo de liquidez era de R\$11,722 (R\$10,773 em 31 de dezembro de 2016)

a.1) Empréstimos e Financiamentos
Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES, possuem taxas de juros inferiores às taxas aplicadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20/CPG 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram adicionadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 31 de dezembro de 2017 de R\$32.155 (R\$47.346 em 31 de dezembro de 2016), nota 19.

a.2) Arrendamento Financeiro
A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedoras obteve extensão do prazo de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada por seus respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 101,4% a 109,4% do CDI (106,4% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

a.3) Contraprestação Contingente
Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição de totalidade das ações de emissão da GVTPart (nota 1.6.3), foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (transito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos e este montante está sujeito à atualização monetária mensal, utilizando o Índice SELIC.

Table showing financial details for contingencies: Valor nominal a pagar, Despesa financeira não realizada, Valor presente a pagar, Circulante, Não circulante.

b) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Table with columns: Emissão, Data de vencimento, Emiãdas, Circulação, Valor da emissão, Remuneração a.e., Circulante, Não Circulante, Total. Rows include 4ª emissão - Série 3, 1ª emissão - Mmas Comunica, 3ª emissão, 4ª emissão, 5ª emissão, 6ª emissão.

Os custos de transação associados a 4ª, 5ª e 6ª emissões, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 era de R\$5.422 (R\$495 em 31 de dezembro de 2016, 3ª e 4ª emissões), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

c) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro, debêntures e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2017 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Table showing payment schedules for 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, and Total. Columns include Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Arrendamento financeiro, Contraprestação contingente, Total.

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalização em caso de quebra de contrato. A quebra do contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de qualquer obrigação contratual, seja esta financeira ou operacional, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

d) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

Table showing movements for 2017 and 2016. Columns include Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Arrendamento financeiro, Contraprestação contingente, Total. Rows include Saldo em 31.12.15, Ingressos, Subvenção governamental, Encargos financeiros, Custos de emissão, Variação cambial, Balas (pagamentos), Saldo em 31.12.16, Ingressos, Subvenção governamental, Encargos financeiros, Custos de emissão, Variação cambial, Balas (pagamentos), Saldo em 31.12.17.

Em 12 de maio de 2017 foram realizados saques referentes ao contrato firmado em 18 de agosto de 2014 no montante total de R\$39,878. As taxas deste contrato são de 7,00% a.a. e 10,0% a.a., prazo total de 6 anos, com pagamentos de juros e amortizações do principal em 72 parcelas mensais e sucessivas. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

BNDES FINEM
Contrato 14.2.1182.1: Em 30 de dezembro de 2014, foi contratado uma linha de financiamento de R\$1.000.293, com taxas de: (i) T.J.P + 0 a 3,12% a.a.; (ii) 4% a.a. (fixo) + 2,32% a.a. a.p., prazo total de 5 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018. Após o período de carência serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas; (iii) 0% a.a. a.p. prazo total de 7 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2017. Após o período de carência, serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/RAF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0315881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: Aprovação, Crédito, Início do Pagamento, Ordinárias, Preferenciais (2), Total, Valor Bruto, Valor Líquido, Valor por Ação (1). Rows for 2017 and 2016.

Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte (IRR). Os acionistas imunes recebem os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos
Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "b" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data de seu devido pagamento.

Outros Resultados Abrangentes Líquidos
Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Resultado por Ação
O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício.

Table with columns: Instrumentos financeiros disponíveis para venda, Efeitos da conversão de investimentos no exterior, Lucro líquido do exercício, Ordinárias, Preferenciais, Quantidade de ações (milhares), Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício, Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício, Resultado básico e diluído por ação.

Table with columns: Receita operacional bruta (1), Deduções de receita operacional bruta, Tributos, Descontos e devoluções, Receita operacional líquida. Rows for 2017 and 2016.

Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Table with columns: Pessoal, Serviços de terceiros, Interconexão e uso de rede, Publicidade e propaganda, Aluguéis, seguros, condomínios e moios de conexão, Impostos, taxas e contribuições, Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, Depreciação e amortização (1), Custo das mercadorias vendidas, Materiais e outros custos e despesas operacionais. Rows for 2017 and 2016.

Inclui os créditos de PIS e COFINS não cumulativos nos montantes de R\$1.267 e R\$40.847 em 2017 e 2016, respectivamente.

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Table with columns: Multas e despesas recuperadas, Provisões trabalhistas, tributárias, civis e regulatórias, Resultado líquido na alienação/perda dos ativos (1), Outras receitas (despesas) operacionais (2), Total, Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais. Rows for 2017 and 2016.

O montante de 2016, inclui R\$476.371 (líquido dos valores residua) referente à alienação de 1.655 lotes de transmissão da Companhia para a Telextras Torres Brasil Ltda. Após a transação de venda dos ativos, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das torres alienadas para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

Nesta mesma transação, realizada em 2016 o descrito no item (1), a Companhia alienou a posse de contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento (carteira de clientes) pelo montante de R\$40.899.



continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0301-62 - NIRE: 35.3.0015861-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Table with columns: Empresas, Natureza da transação, 2017 (Receita operacional, Custos, despesas e outras despesas operacionais, Resultado financeiro), 2016 (Custos, despesas e outras despesas operacionais, Resultado financeiro). Rows include various subsidiaries like SP Telecomunicações Participações, Telefônica LatinAmerica Holding, etc.

(1) Em março de 2016, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de infraestrutura, do Cessão de Contratos de Locação, de Compartilhamento e Outras Averbas ("contrato") com a Telixus Torres Brasil Ltda...

Impactos no Balanço Patrimonial table with columns: Descrição, R\$ mil. Rows include Valor a receber da Telixus Torres Brasil Ltda, Valor da baixa dos valores residuais das torres, etc.

(1) Em 6 de abril de 2016, a Telixus Torres Brasil Ltda, realizou a quitação do montante de R\$760.000 devido à Companhia referente a esta transação, que é reclassificado na demonstração dos fluxos de caixa como "Caixa recebido na venda de ativo imobilizado"

Impactos na Demonstração dos Resultados table with columns: Descrição, R\$ mil. Rows include Grupo do DRE, Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, etc.

b) Remuneração dos Administradores
O montante da remuneração (consolidada) paga pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$21.684 e R\$109.314, respectivamente. Destes montantes, R\$14.439 (R\$39.822 em 31 de dezembro de 2016) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$7.245 (R\$69.492 em 31 de dezembro de 2016) a remuneração variável.

29. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES
A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação das suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados das suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e controladas.
O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considere os prazos e condições do concessão e o valor justo do benefício entregue na data de concessão às opções e controladas remessadas à Telefônica o valor justo do benefício entregue na data de concessão às opções e controladas.

30. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO
A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrona com os devidos tipos de benefícios.
Plano Tipo Administrador Patrocinador
PBS-A Benefício Delimitado (BD) Sistel Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás.

Assistência médica - Lei 9.855/08 Benefício Delimitado (BD) Telefônica Brasil TGL-Log
CTB Benefício Delimitado (BD) Telefônica Brasil Telefônica Brasil
Telefônica BD Benefício Delimitado (BD) VisãoPrev Telefônica Brasil
TCOPREV Híbrido Benefício Delimitado Telefônica Brasil, Terra Networks e TGL-Log
VISÃO (CD)Híbrido VisãoPrev TGL-Log
A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2017 e 2016, com base no cadastro dos participantes mencionados nas seguintes datas:
Planos de Benefícios de Saúde Pós-Emprego
A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data-base de 31 de outubro de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017 e o cadastro dos participantes com data-base de 31 de julho de 2016, projetado para 31 de dezembro de 2016.



Handwritten signatures and official stamps including 'AUTENTICAÇÃO' and '30 JUN 2018'.

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015681-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.7) Homologação do Limitador de Ativos

Limitador dos ativos no início do exercício
Juros sobre o ativo limitador de ativos
Mudanças no ativo limitador de ativos, exceto juros
Efeito gerado por aquisição de sociedade
Limitador dos ativos ao final do exercício

Table with columns for 31.12.17 and 31.12.16, showing Planos de previdência pós-emprego and Planos de benefícios de saúde pós-emprego.

c.8) Resultados previstos para o exercício de 2018

Custo do serviço corrente
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido
Total

Table showing results for 2018 with columns for Planos de previdência pós-emprego, Planos de benefícios de saúde pós-emprego, and Total.

c.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2018

Contribuições das patrocinadoras
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador
Total

Table showing contributions for 2018 with columns for Planos de previdência pós-emprego, Planos de benefícios de saúde pós-emprego, and Total.

c.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

Em exercício de 2017
No exercício de 2016

Table showing average duration of obligations for 2017 and 2016.

c.11) Premissas atuariais

Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido

Table showing actuarial assumptions for discount rate.

Taxa de crescimento salarial futuro

Table showing actuarial assumptions for salary growth rate.

Taxa de crescimento dos custos médicos

Table showing actuarial assumptions for medical costs growth rate.

Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários

Table showing actuarial assumptions for indexation of benefits.

Idade prevista para a aposentadoria

Table showing actuarial assumptions for retirement age.

Taxa de mortalidade de válidos

Table showing actuarial assumptions for mortality rate of valids.

Taxa de mortalidade de inválidos

Table showing actuarial assumptions for mortality rate of invalids.

Taxa de entrada em invalidez

Table showing actuarial assumptions for disability entry rate.

Rotatividade

Table showing actuarial assumptions for turnover rate.

Além das premissas acima, para 2017 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 4,3%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido

Table showing actuarial assumptions for discount rate (2016).

Taxa de crescimento salarial futuro

Table showing actuarial assumptions for salary growth rate (2016).

Taxa de crescimento dos custos médicos

Table showing actuarial assumptions for medical costs growth rate (2016).

Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários

Table showing actuarial assumptions for indexation of benefits (2016).

Idade prevista para aposentadoria

Table showing actuarial assumptions for retirement age (2016).

Taxa de mortalidade de válidos

Table showing actuarial assumptions for mortality rate of valids (2016).

Taxa de mortalidade de inválidos

Table showing actuarial assumptions for mortality rate of invalids (2016).

Taxa de entrada em invalidez

Table showing actuarial assumptions for disability entry rate (2016).

Rotatividade

Table showing actuarial assumptions for turnover rate (2016).

Além das premissas acima, para 2016 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 4,5%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo do benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo do benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo do benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

Table showing the impact of actuarial assumptions on the defined benefit liability for 2017.

c.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam afetar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajustar o valor presente do passivo do benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação do benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajustar o valor presente do passivo do benefício definido:

Table showing sensitivity analysis for the discount rate assumption.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação do benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:

Table showing sensitivity analysis for the medical costs growth rate assumption.

c.14) Alocação dos ativos dos planos

Table showing asset allocation for 2017 and 2016.

Table showing asset allocation details for 2017, including investments in fixed income, equities, and other assets.

(i) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo, gás e biocombustível; telefonia; siderurgia e metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; moda e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; mobiliário, entre outros.

c.15) Calendário de vencimentos dos pagamentos de benefícios futuros

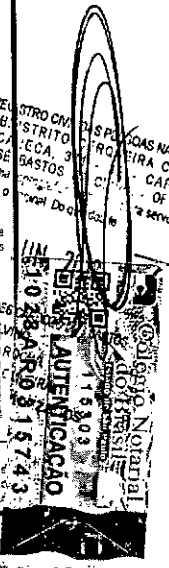
Table showing the schedule of future benefit payments for 2017 and 2016.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes dos ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debenture e do arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDSES. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (hedged).

A Companhia mantém controles internos com relação aos instrumentos financeiros derivativos que, em opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a tais instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento de tais riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.



continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-42 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Table with columns: Classificação por categoria, Hierarquia de valor justo, Saldo contábil (31.12.17, 31.12.16), Valor justo (31.12.17, 31.12.16). Rows include Ativos Financeiros (Circulante, Não Circulante) and Passivos Financeiros (Circulante, Não Circulante).

c) Gestão de Capital
O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.
A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando as condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos da dívida, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.
A Companhia inclui na estrutura da dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNS e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.
Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

Table showing financial ratios: Em 31.12.17, Em 31.12.16. Columns include: Menos de um ano, Entre um ano e cinco anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos, Total.

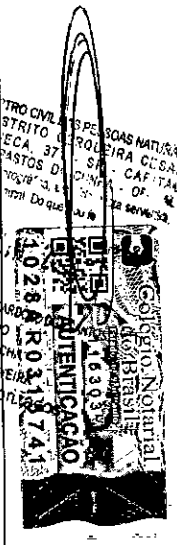
d) Política de Gestão de Riscos
A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de atividades controladas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.
d.1) Risco de Taxa de Câmbio
Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2017, 2,7% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (10,4% em 31 de dezembro de 2016). A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (hedge cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento em moeda estrangeira (R\$225.254 e R\$1.287.884 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições de hedge operacionais de hedge cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.
Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial dos seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destas dívidas e ativos (US\$ 16.353 mil e € 17.535 mil a receber em 31 de dezembro de 2017 e US\$17.293 mil a receber e €5.895 mil a pagar em 31 de dezembro de 2016) para minimizar seus riscos cambiais.
d.2) Risco de Juros de Juros e Taxas
Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros fixas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (hedge cambial, IPCA e TJLP) controladas a taxas de juros flutuantes (CDI).
A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional. Durante o exercício de 2016 e no primeiro trimestre de 2017, a TJLP era de 7,3%. A partir do segundo trimestre de 2017, a TJLP manteve-se em 7,0% até o final do ano.
O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão - Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador. Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$3.032.639 e R\$4.906.741 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão do serem respectivamente a curto prazo.

d.3) Risco de Liquidez
O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não dispor(em) de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.
A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota 2, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.
O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional do caixa e a captação prévia do recurso, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.
A seguir, apresentamos um resumo do perfil de vencimento dos passivos financeiros controlados, previstos em contratos:

Table showing maturity profiles for Em 31.12.17 and Em 31.12.16. Columns include: Menos de um ano, Entre um ano e cinco anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos, Total.

d.4) Risco de Crédito
O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recuperação de valores facturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos não vendidos para a rede de distribuidores.
O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e mantém o risco de contas inadimplidas controlando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, o qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções nos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou de segurança nacional.
O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos não vendidos é administrado por uma política de base de conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de credit scoring, análise de demonstrações e informações financeiras e contábeis as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.
A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

d.5) Riscos Socioambientais
Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, condições atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades. Investimentos para melhorar nossas instalações ou operar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e nossa situação financeira e patrimonial.



continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-02 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas  
Telefônica Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e os respectivos demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidadas"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho da suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas no seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Provisão para contingências tributárias e regulatórias

De acordo com as Notas 3 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nos âmbitos civil, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas Tributária e Regulatória, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas tinham em curso em discussão em diversas instâncias, nos montantes de R\$ 44 bilhões o de R\$ 6,4 bilhões, respectivamente, dos quais R\$ 3,5 bilhões e R\$ 1,1 bilhão, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentar prognóstico de perda provável, como avaliado por sua administração e com base na posição de seus assessores jurídicos.

Considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, qualquer mudança do prognóstico ou aumento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação dessas contingências foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

Reconhecimento de "receita não faturada"

Conforme as Notas 3 e 23 às demonstrações financeiras, o reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente significativo, tendo em vista que envolve sistemas complexos de faturamento, com processamento de grandes volumes de dados e diferentes portfolhos de produtos com variações de preços e prazos de diferentes planos e opções de serviços.

Adicionalmente, neste contexto, as receitas são reconhecidas mensalmente, quando há ingresso de benefícios econômicos, existindo a parcela "lavrada" e a parcela não lavrada, decorrentes dos serviços prestados entre a data de faturamento e o final do mês, sendo identificadas, processadas e reconhecidas dentro do mês em que o serviço foi prestado. Assim, as "receitas não lavradas" registradas constantemente no mês em que os serviços foram prestados, são estornadas no mês seguinte quando do efetivo faturamento e no novo período para a mensuração das "receitas não lavradas" relativas à prestação do serviço daquele mês corrente é efetuada, e assim sucessivamente ao longo do exercício.

Eventual inconsistência no cálculo desta "parcela não lavrada" pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, sendo considerado, dessa forma, área de foco de nossa auditoria.

Ambiente de controles internos e de Tecnologia da Informação

A Companhia atua na exploração de serviços de telecomunicações e desenvolvimento das atividades necessárias ou ótimas à execução desses serviços, com prestação de serviços de: (i) Serviço Telefônico Fixo Conectado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"); (iii) Comunicação Internet em banda larga; (iv) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); e (v) TV por assinatura (serviço de acesso condicionado ("SEAC")) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas ("PGOT"). Nesse contexto, a Companhia é altamente dependente da sua estrutura de Tecnologia da Informação, com processamento de um grande volume de transações decorrentes de suas operações.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíam:

- (a) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela administração dos valores e as probabilidades de perda.
- (b) Para processos tributários e regulatórios relevantes, com interpretações mais subjetivas e complexas, obtenção por meio da administração, de avaliação de especialistas renomados e independentes em relação às causas quanto aos prognósticos de perda, argumentos ou teses de defesa.
- (c) Nos reuniões com a administração para discutir e avaliar, com ajuda de nossos especialistas, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.
- (d) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.
- (e) Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação e registro/divulgação de contingências.

Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros:

- (a) Avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação (TI).
- (b) Testes de transações de receitas de vendas de serviços, por meio de amostragem não estatística.
- (c) Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da receita lavrada ainda não lavrada no final do exercício.
- (d) Recálculo da estimativa da receita lavrada e ainda não lavrada no final do exercício, bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente lavrada no mês subsequente após o fechamento.
- (e) Adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.
- (f) Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração e reconhecimento contábil da receita não lavrada decorrente da prestação do serviço.

Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento da receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de Tecnologia da Informação, efetuamos entendimento e avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados e manuais dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes e, quando necessário, testes de controles compensatórios, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acesso privilegiado e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Ambiente de controles internos e de Tecnologia da Informação

A estrutura de Tecnologia da Informação da Companhia, devido ao seu histórico de aquisições e parte de suas operações, é composta por mais de um ambiente de tecnologia, com processos distintos e controles segregados, e requer um robusto sistema de controles internos, capaz de permitir à sua administração pleno monitoramento das operações diárias, incluindo o acompanhamento e controle de informações quantitativas físicas, financeiras e locais decorrentes dos serviços prestados.

Essa área foi foco de nossa auditoria porque observamos a existência de diversos controles manuais e automatizados em operação, grande volume de acessos aos sistemas e a determinação da segregação de função de forma descentralizada. A avaliação da efetividade dos processos e controles é determinante no processo de auditoria e na definição da abordagem pretendida para obtenção do conforto necessário, uma vez que controles e/ou processos podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações e, consequentemente, resultar na distorção inadequada das demonstrações financeiras.

Outros Assuntos

Demonstrações de Valor Adicionado  
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e respectivas contas, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todas as aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior  
O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de fevereiro de 2017, sem ressalva.

Outros Intervenientes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a elaboração da auditoria

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, constatar se esse relatório está, de forma relevante e consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há alguma inconsistência no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a responder a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, individualmente ou em conjunto, por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, de acordo, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Essas responsabilidades da administração e da governança são distintas das responsabilidades do auditor. Nossa opinião não oferece segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, o qual relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes do fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, expressamos julgamento profissional e mantemos cuidado profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante do fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representação feitas intencionalmente.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e o razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, de base contábil de combinação de demonstrações com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da comunidade operadora da Companhia de continuar operando, incluindo a avaliação da capacidade de gerar caixa e recursos financeiros suficientes para suportar suas operações em um horizonte de tempo relevante. Se concluímos que há incerteza relevante em relação a essas condições, incluímos no relatório de auditoria as divulgações relevantes. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos e apresentamos, geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as operações transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou organizações de propósito específico que expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho do auditorio do grupo e, consequentemente, pelo relatório de auditoria.

Comunicamos-nos com o responsável pela governança a respeito, entre outros aspectos, do âmbito planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais distorções significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também ao responsável pela governança distorção de que cumprimos todos os requisitos éticos relevantes, incluindo de requerer uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas, ou aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com o responsável pela governança, destacamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, desda matéria, constituem os principais assuntos de auditoria. Destacamos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências advindas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Também efetuamos testes dos lançamentos contábeis, manuais e automatizados, utilizando amostra definida a partir de critérios específicos relacionados ao risco de transgressão de controles.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram apropriada e suficiente evidência de auditoria quanto à adequada elaboração das demonstrações financeiras.

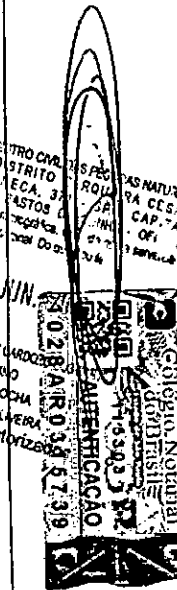


São Paulo, 10 de fevereiro de 2018  
PWC  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP001000-5

Estrela Maria Vieira de Souza  
Contadora CRC 1RS0469770-2



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 21/02/2018 às 09:01.  
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF3789C1D3D2F1A  
{ Ticket: 27108501 } - www.imprensaoficial.com.br



# TELEFÔNICA BRASIL S.A.

## BALANÇO PATRIMONIAL

C.N.P.J. nº 02.558.157/0001-62

Em 31 de dezembro de 2017

(em milhares de reais)

### ATIVO

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Caixa e Equivalentes de Caixa	3.681.173		
Estoques	324.711		
Circulante - Outros	12.662.155	Circulante	18.819.861
Não Circulante	7.329.870	Não Circulante	13.881.934
Investimentos, Imobilizado e Intangível	78.165.244	Patrimônio líquido	69.461.358
<b>Total do ativo</b>	<b>102.163.153</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>102.163.153</b>

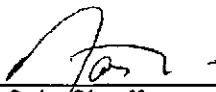
## ÍNDICES

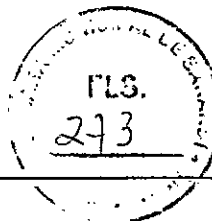
Liquidez Imediata	0,20	$\frac{\text{Caixa e Equivalentes de Caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Corrente	0,89	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Seca	0,87	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Geral	0,73	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante}}$
Solvência Geral	3,12	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante}}$
Grau de Endividamento	0,47	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais	0,32	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$
Quociente de Origem de Recursos a Longo Prazo	0,83	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo não Circulante}}$
Garantia de Capital de Terceiros	2,12	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante}}$

Capital Social Integralizado em 31/12/2017: R\$63.571.415.865,09

Patrimônio Líquido: R\$69.461.358.759,16

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.

  
 Carlos César Mazur  
 Contador  
 CRC 1PR-028067



*X q 96*



# CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI

CNPJ: 78.844.834/0001-70 Estado do Paraná Exercício: 2018

Pregão Presencial

## Ata de Realização do Pregão Presencial nº 5 / 2018

Data e Hora de Abertura da Sessão <b>02/07/2018 15:30</b>	Data e Hora de Encerramento da Sessão <b>02/07/2018 16:26</b>	Nº da Ata <b>1</b>	Nº da Sessão	Posição da Sessão <b>Sessão Única</b>	Tipo do Pregão <b>Menor Preço Global</b>
Órgão Interessado <b>CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI</b>					Processo <b>26 / 2018</b>

Objeto  
**CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA PARA 14 LINHAS DE TELEFONIA MÓVEL**

Pregoeiro(a)  
**JOAO ROBERTO DOS SAN - Portaria nº 05/2018 de 05/02/2018**

Ao segundo dia do mês de julho do ano de 2018, as 15:30 horas, reuniram-se o Pregoeiro João Roberto dos Santos Lopes e os membros da Equipe de Apoio, para realizar os procedimentos relativos ao referido Pregão Presencial nº 005/2018-CMS. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu, a sessão pelo sistema e efetuou o Credenciamento dos interessados. Na sequência, os envelopes nº 01 e 02 foram rubricados pelos presentes e abertos os envelopes de proposta de preços. Após análise das propostas, o Senhor Pregoeiro decidiu por CLASSIFICÁ-LAS, pois atenderam as especificações contidas no Edital. Em seguida, o Senhor Pregoeiro convocou os classificados para apresentação de lances de acordo com o estabelecido no Edital. Após os lances, o Senhor Pregoeiro abriu o envelope de documentação das licitantes classificadas, decidindo por HABILITAR a empresa vencedora da fase de lances por atender as exigências do edital. Durante a sessão os participantes entraram em comum acordo com a administração pública para acréscimo de um item ao objeto, não configurando ônus a administração pública, uma vez que o item 1 do objeto teve o valor reduzido e o item 11 teve o seu valor zerado, acrescentando assim o item 12 sem acréscimo de valores ao objeto, conforme proposta em anexo. Desta forma, após os lances e a habilitação das proponentes, a classificação final teve o seguinte resultado:

### Participantes Credenciados

Licitante	Representante
CNPJ Razão Social 02.558.157/0001-62 TELEFONICA BRASIL S.A.	Doc. de Identidade Nome 123960009 SSP-SP LUIS FERNANDO BORRO 117.274.288-03

### Propostas Escritas e Lances Verbais do Pregão Presencial nº 5 / 2018

Lote	Qtde Itens	Descrição do Lote	Status
1	11	LOTE 1	
Propostas Escritas			
CNPJ	Razão Social	Valor do Lote	
02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A.	2.518,86	Classificado
Lances Verbais			
CNPJ	Razão Social	Valor do Lote	
02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A.	1.951,00	1º Rodada
02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A.	1.951,00	2º Rodada
02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A.	1.951,00	Conclusão
02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A.	1.951,00	>>>>>> Habilitado

### Resumo do Pregão Presencial nº 5 / 2018

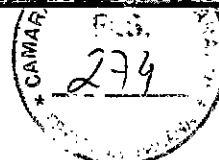
Lote	Qtde Itens	Descrição do Lote	Status
1	11	LOTE 1	
CNPJ	Razão Social	Valor Inicial	Valor Final
02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A.	2.518,86	1.951,00
Arrematante			

### Resultado Final do Pregão Presencial nº 5 / 2018

Lote: 1 Qtde Itens: 11 Valor do Lote: 1.951,00 Economicidade: 26,73 %  
Arrematante: TELEFONICA BRASIL S.A. Situação: Arrematado

### Resumo de Resultado do Pregão Presencial nº 5 / 2018

<b>02.558.157/0001-62 TELEFONICA BRASIL S.A.</b>			
Lote	Qtde Itens	Descrição do Lote	Valor do Lote
1	11	LOTE 1	1.951,00
Quantidade de Lotes: 1		Quantidade de Itens: 11	Total da Empresa: R\$ 1.951,00
<b>Total do Pregão Presencial: R\$ 1.951,00</b>			





# CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI

CNPJ: 78.844.834/0001-70 Estado do Paraná Exercício: 2018

## Pregão Presencial

Colocada a palavra à disposição dos credenciados em relação a classificação final, não houve questionamento pertinente à presente licitação. Os representantes presentes ficam notificados da decisão, e suas assinaturas na presente ATA, renunciando ao direito de recurso. Finalmente, o Sr. Pregoeiro convidou quaisquer interessados a fiscalizar o processo licitatório em questão, bem como a realização dos serviços ora contratados. Nada mais a tratar, é encerrada a reunião às 16:00 horas e lavrada a presente ATA, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da comissão e representantes presentes.

*João Roberto L. Lopes*

JOAO ROBERTO DOS SANTOS LOPES - Pregoeiro  
Portaria nº 05/2018 de 05/02/2018

*Gracielle Lima*

GRACIELLE SILVA LIMA - Membro  
Portaria nº 05/2018 de 05/02/2018

*João Leonardo Pinelli Milhan*

JOAO LEONARDO PINELLI MILHAN - Membro  
Portaria nº 05/2018 de 05/02/2018

02.558.157/0001-62 - TELEFONICA BRASIL S.A.  
117.274.288-03 - LUIS FERNANDO BORRO



## À CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI-PR PREGÃO PRESENCIAL 005/2018

PROPONENTE: TELEFONICA BRASIL S/A

C.N.P.J 02.558.157/0001-62

ENDEREÇO: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376

BAIRRO: Cidade Monções CIDADE: São Paulo UF: SP

CEP: 04571-936

Telefone: 44 99185-2544 e-mail: luis.borro@telefonica.com

REPRESENTANTES LEGAIS QUE ASSINARÃO O CONTRATO EM CONJUNTO:

Marcelo Ataíde de Oliveira

Brasileiro, Casado

RG: 7.390.495-1/SSPPR

CPF: 271.741.152-68

E

Paulo Cezar Costa Menezes


Brasileiro, Casado

RG: 43336908/SSPPR

CPF: 709.791.469-68

## PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	Consumo Mensal	Unid.	Serviço	Valor Unitário (min)	Total
1	14	Unid.	Assinatura Básica	R\$ 7,00	R\$ 98,00
2	2000	Min	Chamadas VC1 mesma operadora	R\$ 0,20	R\$ 400,00
3	2500	Min	Chamadas VC1 fixo	R\$ 0,20	R\$ 500,00
4	2000	Min	Chamadas VC1 outra operadora	R\$ 0,20	R\$ 400,00
5	200	Min	Chamadas VC2 mesma operadora	R\$ 0,35	R\$ 70,00
6	100	Min	Chamadas VC2 fixo	R\$ 0,55	R\$ 55,00
7	100	Min	Chamadas VC2 outra operadora	R\$ 1,20	R\$ 120,00
8	100	Min	Chamadas VC3 mesma operadora	R\$ 0,35	R\$ 35,00
9	100	Min	Chamadas VC3 fixo	R\$ 0,55	R\$ 55,00
10	100	Min	Chamadas VC3 outra operadora	R\$ 1,20	R\$ 120,00
11	14	Unid.	Gestor Controle	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	14	Unid.	Serviço Tarifa Zero Local	R\$ 7,00	R\$ 98,00
TOTAL MENSAL					R\$ 1.951,00

  
**Luis Fernando Borro**  
 Gerente de Contas Especialista Governo  
 (44) 99105-6655  
 luis.borro@telefonica.com

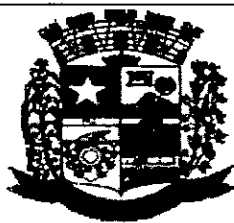
Telefonica Brasil S/A  
 CNPJ/MF: 02.558.157/0001-62  
 Inscrição Estadual: 108.383.949.112

End. Correspondência: Av. Dr. Chucri Zaidan, 860, 3º andar - Lado A - CEP 04563-110 - Itaim Bibi - São Paulo/SP.  
 End. Sede: Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1376, 16º andar - CEP 04571-000 - Cidade Monções - São Paulo/SP.



Handwritten initials and marks: '90', 'p', 'x', and 'R'.





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
AVENIDA MARINGÁ, 660 – CENTRO  
FONE: 44-4009-1750

Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br) E-mail: [compras@cms.pr.gov.br](mailto:compras@cms.pr.gov.br)

### TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Pregoeiro da Câmara Municipal, JOÃO ROBERTO DOS SANTOS LOPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor Portaria nº 005/2018, especialmente a Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista de seu parecer conclusivo resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nº: 027/2018  
b) Licitação Nº: 005/2018  
c) Modalidade: Pregão  
d) Data Adjudicação: 03/07/2018

e) Objeto da Licitação : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP) NACIONAL E INTERNACIONAL, CONFIGURANDO A COMUNICAÇÃO DE VOZ (MÓVEL – MÓVEL / MÓVEL - FIXO), nos quantitativos e especificações exigidos no Anexo I (Termo de Referência), que integra o presente Edital.

Fornecedor: TELEFONICA BRASIL S.A.

CNPJ/CPF: 02.558.157/0001-62

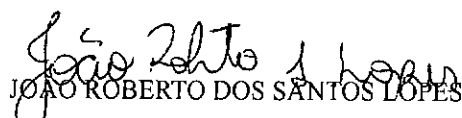
Itens:

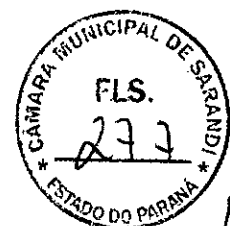
Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
ASSINATURA BÁSICA	14 UNID	R\$ 7,00	R\$ 98,00
CHAMADAS VC1 MESMA OPERADORA	2.000 MIN	R\$ 0,20	R\$ 400,00
CHAMADAS VC1 FIXO	2.500 MIN	R\$ 0,20	R\$ 500,00
CHAMADAS VC1 OUTRA OPERADORA	2.000 MIN	R\$ 0,20	R\$ 400,00
CHAMADAS VC2 MESMA OPERADORA	200 MIN	R\$ 0,35	R\$ 70,00
CHAMADAS VC2 FIXO	100 MIN	R\$ 0,55	R\$ 55,00
CHAMADAS VC2 OUTRA OPERADORA	100 MIN	R\$ 1,20	R\$ 120,00
CHAMADAS VC3 MESMA OPERADORA	100 MIN	R\$ 0,35	R\$ 35,00
CHAMADAS VC3 FIXO	100 MIN	R\$ 0,55	R\$ 55,00
CHAMADAS VC3 OUTRA OPERADORA	100 MIN	R\$ 1,20	R\$ 120,00
GESTOR CONTROLE	14 UNID	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SERVIÇO TARIFA ZERO	14 UNID	R\$ 7,00	R\$ 98,00

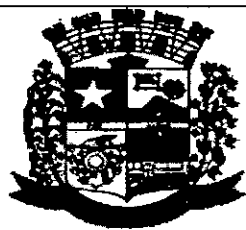
Valor Total Adjudicado - R\$ 1.951,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Sarandi, 25 de junho de 2018.

  
JOÃO ROBERTO DOS SANTOS LOPES  
PREGOEIRO





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
AVENIDA MARINGÁ, 660 – CENTRO  
FONE: 44-4009-1750

Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br) E-mail: [compras@cms.pr.gov.br](mailto:compras@cms.pr.gov.br)

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Presidente da Câmara Municipal, CARLOS ROBERTO FALASCHI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nº : 27/2018  
b) Licitação Nº : 5/2018  
c) Modalidade : Pregão  
d) Data Homologação : 04/07/2018  
e) Objeto da Licitação : CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA PARA 14 LINHAS DE TELEFONIA MÓVEL

Fornecedor: TELEFONICA BRASIL S.A.

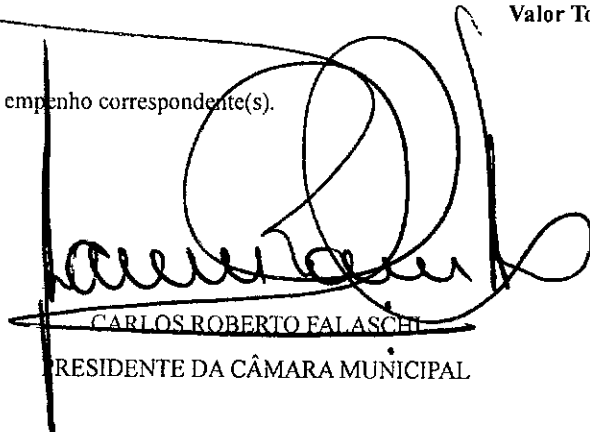
CNPJ/CPF: 02.558.157/0001-62

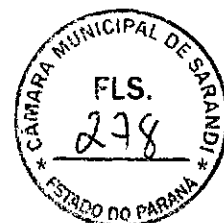
Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
ASSINATURA BÁSICA	14 UNID	R\$ 7,00	R\$ 98,00
CHAMADAS VC1 MESMA OPERADORA	2.000 MIN	R\$ 0,20	R\$ 400,00
CHAMADAS VC1 FIXO	2.500 MIN	R\$ 0,20	R\$ 500,00
CHAMADAS VC1 OUTRA OPERADORA	2.000 MIN	R\$ 0,20	R\$ 400,00
CHAMADAS VC2 MESMA OPERADORA	200 MIN	R\$ 0,35	R\$ 70,00
CHAMADAS VC2 FIXO	100 MIN	R\$ 0,55	R\$ 55,00
CHAMADAS VC2 OUTRA OPERADORA	100 MIN	R\$ 1,20	R\$ 120,00
CHAMADAS VC3 MESMA OPERADORA	100 MIN	R\$ 0,35	R\$ 35,00
CHAMADAS VC3 FIXO	100 MIN	R\$ 0,55	R\$ 55,00
CHAMADAS VC3 OUTRA OPERADORA	100 MIN	R\$ 1,20	R\$ 120,00
GESTOR CONTROLE	14 UNID	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SERVIÇO TARIFA ZERO	14 UNID	R\$ 7,00	R\$ 98,00

Valor Total Homologado - R\$1.951,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Sarandi, 04 de julho de 2018.

  
CARLOS ROBERTO FALASCHI  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL**  
AVENIDA MARINGÁ, 660 – CENTRO  
CEP: 87.111-000 - SARANDI - PR  
TELEFONE: (44) 4009-1750  
E-MAIL:compras@cms.pr.gov.br

Ofício n.º 008/2018/CPL

Sarandi, 07 de agosto de 2018.

A Senhora  
**Telefônica Brasil S.A.**  
Câmara Municipal de Sarandi - PR

**Assunto: Correção de Minuta Contratual do Edital de abertura**

1. Venho através deste ofício corrigir o que está disposto na Minuta Contratual exposta como Anexo I no Edital de abertura da licitação. O itens da Minuta 13.2 e 13.3 foram redigidos de maneira incorreta. Dessa forma deve ser subtraído da Minuta Contratual para que mantenha-se a vinculação ao instrumento convocatório. Ficando o item 13 da seguinte forma:

**13.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, servidor público regularmente designado pela CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8.666/1993.**

**13.2. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.**

**13.3. O ato de recebimento dos serviços não importa em sua aceitação. A fiscalização deixará de atestar os serviços entregues, caso apresentem irregularidades, especificações incorretas ou que estejam contrariando os padrões determinados pela legislação oficial vigente.**

**13.4. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.**

**13.5. A Contratada se reserva o direito de recusar ou solicitar o refazimento de serviços que considere inadequados e/ou abaixo dos padrões de qualidade pretendidos.**

*João Roberto dos Santos Lopes*  
João Roberto dos Santos Lopes  
Pregoeiro





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000– Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [camara@cms.pr.gov.br](mailto:camara@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

**CONTRATO Nº 203/2018-CMS**

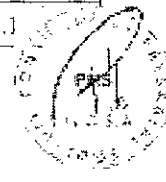
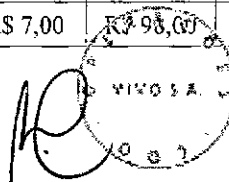
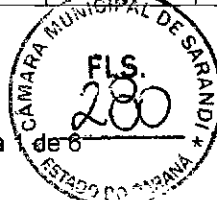
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE  
CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE  
SARANDI E TELEFONICA BRASIL S.A.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.844.834/0001-70, com sede na Avenida Maringá, nº 660, Centro, na cidade de Sarandi, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Presidente CARLOS ROBERTO FALASCHI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 4300554-8, SSP/PR CPF 547.086.139-20, residente e domiciliado nesta cidade de Sarandi, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **TELEFÔNICA BRASIL S.A.** inscrita no CNPJ/CPF sob n.º 02.558.157/0001-62, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1376, Cidade Monções, CEP 04571-936 – São Paulo – SP, neste ato representado por seus representantes legais, Marcelo Ataíde de Oliveira, portador da cédula de identidade civil RG n.º 7.390495-1, inscrito no CPF sob n.º 271.741.152-68, residente na cidade de Curitiba – Paraná e Paulo Cezar Costa Menezes, portador da cédula de identidade civil RG n.º 4.333.690-8, inscrito no CPF 709.791.469-68, residente na cidade de Curitiba – Paraná, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, conforme edital de Pregão Presencial nº 005/2018-CMS, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Municipal 327/2009 e, subsidiariamente, pela Lei Federal 8.666/1993 e demais legislações pertinentes, bem com às propostas apresentadas que ora integram este contrato independentemente de transcrição, e, também em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO DO CONTRATO**

**1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP) NACIONAL E INTERNACIONAL, CONFIGURANDO A COMUNICAÇÃO DE VOZ (MÓVEL - MÓVEL / MÓVEL - FIXO), de acordo com as condições e especificações técnicas mínimas previstas neste Contrato, no Edital de Pregão nº 005/2018-CMS e seus anexos, bem como na proposta da Contratada, conforme segue:**

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Valor total anual
1	ASSINATURA BÁSICA	14 UNID	RS 7,00	RS 98,00	RS 1.176,00
2	CHAMADAS VC1 MESMA OPERADORA	2.000 MIN	RS 0,20	RS 400,00	RS 4.000,00
3	CHAMADAS VC1 FIXO	2.500 MIN	RS 0,20	RS 500,00	RS 6.000,00
4	CHAMADAS VC1 OUTRA OPERADORA	2.000 MIN	RS 0,20	RS 400,00	RS 4.000,00
5	CHAMADAS VC2 MESMA OPERADORA	200 MIN	RS 0,35	RS 70,00	RS 840,00
6	CHAMADAS VC2 FIXO	100 MIN	RS 0,55	RS 55,00	RS 660,00
7	CHAMADAS VC2 OUTRA OPERADORA	100 MIN	RS 1,20	RS 120,00	RS 1.440,00
8	CHAMADAS VC3 MESMA OPERADORA	100 MIN	RS 0,35	RS 35,00	RS 420,00
9	CHAMADAS VC3 FIXO	100 MIN	RS 0,55	RS 55,00	RS 660,00
10	CHAMADAS VC3 OUTRA OPERADORA	100 MIN	RS 1,20	RS 120,00	RS 1.440,00
11	GESTOR CONTROLE	14 UNID	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
12	SERVIÇO TARIFA ZERO	14 UNID	RS 7,00	RS 98,00	RS 1.176,00





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000– Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [camara@cms.pr.gov.br](mailto:camara@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

5.8. No caso de eventual atraso no pagamento, desde que não tenha a CONTRATADA contribuído de qualquer forma para sua ocorrência, mediante pedido, poderá incidir, sobre o valor devido, atualização financeira a partir do dia posterior ao vencimento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, *pro rata tempore*.

5.9. Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

#### **6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Sarandi, sendo:

**-0100101031000120013390300000 / 1001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

6.2. As despesas para os exercícios subsequentes correrão por dotação específica a ser consignada.

#### **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste instrumento contratual, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-os caso estes estejam em desacordo com a proposta da Contratada;

7.2. Comunicar imediatamente à contratada as irregularidades verificadas na prestação dos serviços para que esta providencie a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

7.4. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, atestar as notas fiscais e efetuar o pagamento, nas condições, prazos e preços pactuados;

7.6. Emitir Nota de Empenho;

7.7. Publicar os extratos do Contrato, na forma da Lei;

7.8. Manter, sempre por escrito com a Contratada, os entendimentos acerca do instrumento contratual.

#### **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Iniciar a prestação dos serviços objeto deste contrato, **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, contados da assinatura do Contrato, de acordo com os parâmetros previstos no Edital de Pregão nº 005/2018, neste Termo de Referência e no futuro Contrato.

8.2. Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;

8.3. Indicar preposto na cidade de Sarandi-PR ou Maringá-PR, com a anuência da CONTRATANTE, para representá-la, sempre que for necessário, durante o período de vigência do Contrato;

8.4. Possibilitar a disponibilização de novas facilidades tecnológicas, quanto ao serviço e equipamentos utilizados;

8.5. Possibilitar aos usuários de telefones celulares da CONTRATANTE, na condição de assinante viajante, receber a prestação do serviço móvel celular em redes de outras prestadoras de serviço, sujeitando-se, nessa hipótese, às condições de tarifas e preços, bem como às condições técnicas e operacionais por elas estabelecidas, de acordo com a regulamentação vigente, responsabilizando-se por todas as despesas pelo uso do sistema móvel celular em "roaming", que serão incluídas na conta de serviços que emitir;

8.6. Prestar os serviços durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;

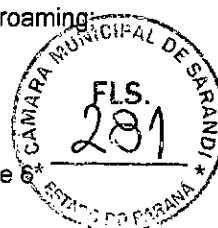
8.7. Apresentar nota fiscal/fatura mensal consolidada, e demonstrativo individual de utilização dos serviços por terminal, com no mínimo as seguintes informações:

a) Dia e horário em que foi utilizado o serviço;

b) Duração da utilização do serviço;

c) Número chamado, origem e destino, quando em roaming;

d) Valor dos serviços, inclusive impostos.





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000– Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [camara@cms.pr.gov.br](mailto:camara@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade aplicadora da penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão.

**10.2.** Ficam fixados, a título de multa, garantida a prévia defesa, os seguintes limites máximos:

I - Multa de mora de 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia, no caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, calculado sobre o valor estimado do contrato.

II - Multa compensatória de 10% (vinte por cento), sobre o valor estimado do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias ou prestação do serviço fora das especificações contratadas.

III - Multa compensatória de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor estimado do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

**10.3.** As sanções previstas no item 10.2 poderão ser aplicadas, cumulativamente, com as previstas no item 10.1., incisos I, III e IV, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme art. 87, §2º da Lei 8.666/93.

**10.4.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Câmara Municipal de Sarandi, devidamente justificado.

### **11. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**11.1.** Constituem motivos para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de outros motivos previstos na Lei Federal n. 8.666/93:

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

II - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

III - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

IV - As demais hipóteses mencionadas nos artigos 78, na forma dos artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/93.

**11.2.** A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência da Administração.

**11.3.** A rescisão do contrato também poderá ser judicial, nos termos da legislação.

**11.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**11.5.** Quando a rescisão ocorrer com base nos itens "II" e "III" do item 11.1, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

### **12. DA VINCULAÇÃO**

**12.1.** Vinculam-se a este Contrato o **Pregão Presencial nº 005/2018-CMS**, com seus anexos e demais elementos constantes no **Processo Administrativo nº 027/2018-CMS**, de 29/05/2018, bem como a proposta da CONTRATADA, os quais fazem parte do presente contrato, independentemente de transcrição.

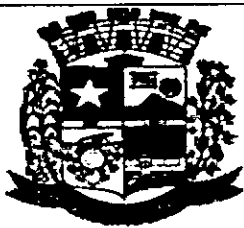
### **13. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**13.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, servidor público regularmente designado pela CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

**13.2.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

**13.3.** O ato de recebimento dos serviços não importa em sua aceitação. A fiscalização deixará de atestar os serviços entregues, caso apresentem irregularidades, especificações incorretas que e contrariando os padrões determinados pela legislação oficial vigente.





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**AVENIDA MARINGÁ, 660 – CENTRO**  
**FONE: 44-4009-1750**  
**CNPJ 78.844.834/0001-70**

Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br) E-mail: [compras@cms.pr.gov.br](mailto:compras@cms.pr.gov.br)

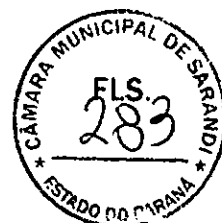
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2018-CMS**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP) NACIONAL E INTERNACIONAL, CONFIGURANDO A COMUNICAÇÃO DE VOZ (MÓVEL – MÓVEL / MÓVEL – FIXO).

PROCESSO ADM. Nº	027/2018-CMS
ORIGEM:	PREGÃO PRESENCIAL 005/2018-CMS
CONTRATANTE:	CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ SOB Nº 78.844.834/0001-70
CONTRATADA:	TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ: 02.558.157/0001-62
OBJETO:	FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA O USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI NO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES PERTINENTES AOS VEREADORES.
VALOR:	R\$ 23.412,00 (VINTE E TRÊS MIL QUATROCENTOS E DOZE REIAS).
VIGÊNCIA:	O presente instrumento será válido por 12 (doze) meses a partir de sua publicação.
ASSINATURA	17 de agosto de 2018.

Sarandi, 17 de agosto de 2018.


Carlos Roberto Falaschi - Leão  
Presidente



P U B L I C A Ç Ã O

EXTRATO DE CONTRATO Nº 203/2018-CMS

Súmula:- Resultado de processo de Pregão Presencial nº 005/2018-CMS, em favor de TELEFÔNICA BRASIL S/A.

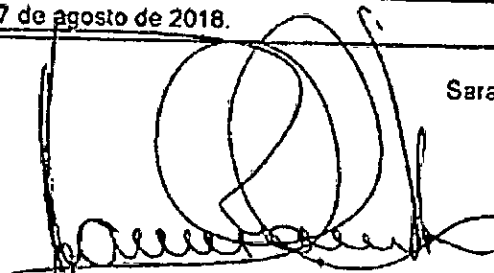
	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI</b> ESTADO DO PARANÁ AVENIDA MARINGÁ, 660 - CENTRO FONE: 44-4009-1750 CNPJ 78.844.834/0001-70 Site: <a href="http://www.cms.pr.gov.br">www.cms.pr.gov.br</a> E-mail: <a href="mailto:compras@cms.pr.gov.br">compras@cms.pr.gov.br</a>
---	---

EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2018-CMS

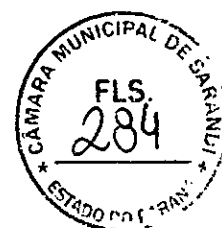
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP) NACIONAL E INTERNACIONAL, CONFIGURANDO A COMUNICAÇÃO DE VOZ (MÓVEL - MÓVEL / MÓVEL - FIXO).

PROCESSO ADM. Nº	027/2018-CMS
ORIGEM:	PREGÃO PRESENCIAL 005/2018-CMS
CONTRATANTE:	CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ SOB Nº 78.844.834/0001-70
CONTRATADA	TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ: 02.558.157/0001-62
OBJETO:	FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA O USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI NO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES PERTINENTES AOS VEREADORES.
VALOR:	RS 23.412,00 (VINTE E TRÊS MIL QUATROCENTOS E DOZE REIAS)
VIGÊNCIA:	O presente instrumento será válido por 12 (doze) meses a partir de sua publicação.
ASSINATURA	17 de agosto de 2018.

Sarandi, 17 de agosto de 2018.

  
Carlos Roberto Fatasch Leão  
Presidente

Publicado no Órgão Oficial do Município, "JORNAL O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", em 21 de agosto de 2018. Edição nº 13.588 - terça-feira - Classidiário, Pagina 10.







# CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI

Estado do Paraná

CNPJ: 78.844.834/0001-70

AV MARINGÁ, 660 CENTRO - TELEFONE: (44) 4009-1750 - CEP: 87111-000

## NOTA DE EMPENHO

Nº do Empenho: 237 / 2018 Ordinário Data: 31/08/2018 Página 1 / 1

Credor: 1407 TELEFONICA BRASIL S.A.  
Endereço: Comercial: ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376 - C.E.P. 04572-935 - São Paulo - SP  
C.N.P.J.: 02.558.157/0001-62 Insc. Est.:

CÓPIA

Orgão: 01. CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI	Tipo de Licitação: Pregão
Unidade: 01.001. CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI	Nº Licitação: 5/2018
Prog. Trabalho: 01.031.0001.2.001. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	Nº Contrato: 225/2018
Elemento Desp.: 3.3.9.0.39.00.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Desdobramento: 58 00 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	
Reduzido: 19	
F. de Recurso: 1001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	01001

Dotação Inicial 500.000,00	Saldo Anterior 215.126,43	Valor 23.412,00	Saldo Atual 191.714,43
-------------------------------	------------------------------	--------------------	---------------------------

HISTÓRICO: PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. DECORRENTE DO CONTRATO 203-2018, QUE POR SUA VEZ É FRUTO DO PROCESSO DE PREGÃO 005-2018, NO QUAL A EMPRESA TEFEFONICA BRASIL S.A. SAGROU-SE VENCEDORA.

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
1	168	UN	ASSINATURA BÁSICA	7,00	1.176,00
2	24000	UN	CHAMADAS VC1 MESMA OPERADORA	0,20	4.800,00
3	30000	UN	CHAMADAS VC1 FIXO	0,20	6.000,00
4	24000	UN	CHAMADAS VC1 OUTRA OPERADORA	0,20	4.800,00
5	2400	UN	CHAMADAS VC2 MESMA OPERADORA	0,35	840,00
6	1200	UN	CHAMADAS VC2 FIXO	0,55	660,00
7	1200	UN	CHAMADAS VC2 OUTRA OPERADORA	1,20	1.440,00
8	1200	UN	CHAMADAS VC3 MESMA OPERADORA	0,35	420,00
9	1200	UN	CHAMADAS VC3 FIXO	0,55	660,00
10	1200	UN	CHAMADA VC3 OUTRA OPERADORA	1,20	1.440,00
11	168	UN	GESTOR CONTROLE	7,00	1.176,00

CÓPIA

Total Retenções: 0,00 Total Liq. Empenho: 23.412,00

Autorizo a Despesa Acima Discriminada

CARLOS ROBERTO FALASCHI  
PRESIDENTE DA CÂMARA

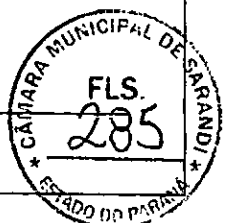
CILAS SOUZA MORAIS  
PRIMEIRO SECRETARIO

Empenhado por:

Conferido por:

Gracielle Silva Lima

ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0





**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais	
Entidade Executora	CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
Ano*	2018
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	5
Instituição Financeira	Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito
Contrato de Empréstimo	
Modalidade*	Pregão
Número edital/processo*	27/2018
Descrição Resumida do Objeto*	Assinatura de 14 linhas para telefonia móvel.
Forma de Avaliação	Menor Preço
Dotação Orçamentária*	0100101031000120013390390000
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	31.954,32
Data de Lançamento do Edital	16/02/2018
Data Abertura	02/07/2018
NOVA Data Abertura	
Data Cancelamento	
Data Registro	15/06/2018
Data Registro da Retificação	06/08/2018
Data Registro do Cancelamento	

Atenção: o TCE-PR não possui cópia dos arquivos dos editais. Eles devem ser obtidos exclusivamente junto aos municípios/entidades.

Para maiores informações, consulte o site da entidade: <http://www.cms.pr.gov.br>

